

*Plano e Programa de  
Investimentos e Despesas de  
Desenvolvimento da  
Região Autónoma da Madeira  
2001*

**PIDDAR 2001**  
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL



Região Autónoma da Madeira  
Governo Regional

PLANO E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS  
E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA  
REGIÃO AUTÓNOMA  
DA MADEIRA

**PIDDAR**  
2001

VERSÃO APROVADA



## ÍNDICE

	Págs.
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO PARA 2001</b> ..	3
1.1. Agricultura e Pecuária .....	3
1.2. Florestas .....	7
1.3. Pesca e Aquacultura .....	11
1.4. Indústria, Artesanato, Comércio e Serviços .....	14
1.5. Turismo .....	19
1.6. Energia .....	22
1.7. Transportes .....	24
1.8. Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico .....	25
1.9. Sociedade de Informação .....	27
1.10. Educação e Formação Profissional .....	29
1.11. Emprego .....	35
1.12. Trabalho .....	37
1.13. Juventude .....	38
1.14. Desporto .....	39
1.15. Cultura .....	40
1.16. Comunidades Madeirenses .....	44
1.17. Saúde .....	45
1.18. Segurança Social .....	47
1.19. Defesa do Consumidor .....	48
1.20. Habitação e Urbanismo .....	49
1.21. Ambiente .....	53
1.22. Modernização da Administração Pública .....	58
<b>2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS</b> .....	61
<b>3. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOL- VIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL</b> .....	64







# **INTRODUÇÃO**





## INTRODUÇÃO

O Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira para 2001 insere-se na estratégia de médio prazo para o desenvolvimento económico e social da Região apresentada no Plano de Desenvolvimento Económico e Social, PDES 2000/2006, confirmada no Plano de Desenvolvimento Regional, que enquadra o Quadro Comunitário de Apoio 2000/2006 (QCAIII), e consagrada no Programa do Governo 2001/2004.

No ano 2001, o Governo prosseguirá a concretização das orientações de política, medidas e programas de investimento já definidos no ano 2000 e iniciará a implementação de um conjunto de novas actuações em cada uma das áreas incluídas no Plano.

Assim, em coerência com a estratégia de médio prazo definida para a Região, o presente Plano visa:

- Reforçar a competitividade e o posicionamento geo-estratégico da economia madeirense através do fortalecimento e promoção da eficiência da base empresarial e produtiva, da melhoria das acessibilidades externas e do reforço do desenvolvimento de infraestruturas e serviços associados à Sociedade da Informação;
- Promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano, reforçando a valorização dos recursos humanos e a capacidade de inovação;
- Assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais, promovendo a coesão interna, preservando e valorizando o ambiente e o património natural, urbano e cultural e promovendo a melhoria da qualidade dos serviços da Administração Pública.

O esforço de investimento programado para 2001 no âmbito do PIDDAR tem presente os condicionalismos decorrentes do processo de consolidação orçamental, a necessidade de modernização que a Região Autónoma da Madeira ainda continua a registar ao nível das infraestruturas sociais e económicas, a conclusão dos projectos que integram o Quadro Comunitário de Apoio 1994 (QCA II) e a execução plena dos projectos que integram o Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III).

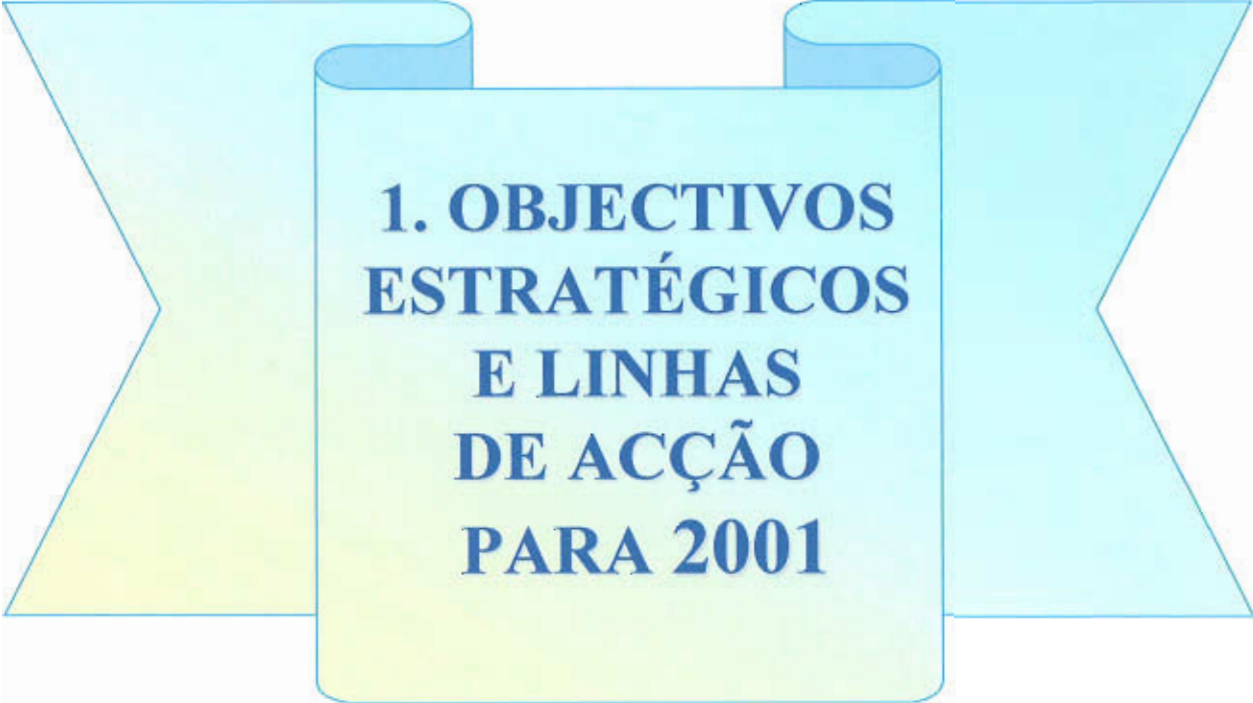
A concretização em 2001 da estratégia definida conta com a contribuição de apoios comunitários no âmbito dos QCA II e III, através dos instrumentos financeiros com finalidade estrutural:

FEDER, FSE, FEOGA e IFOP, integrados nas intervenções operacionais regionais: Programa Operacional Plurifundos 1994/99 (POPRAM II) e Programa Operacional Plurifundos 2000/06 (POPRAM III), em algumas intervenções sectoriais nacionais, designadamente, “Educação”, “Ciência, Tecnologia e Inovação”, “Sociedade da Informação” e “Economia”, em Iniciativas Comunitárias, nomeadamente, “LEADER”, “EQUAL”, “INTERREG” e no Fundo de Coesão, e ainda, com os apoios ou iniciativas complementares ao abrigo do Estatuto das Regiões Ultraperiféricas (nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão).

Relativamente aos projectos do PIDDAR que beneficiam destes apoios, há que garantir a execução dos que se encontram na fase final de absorção dos apoios no âmbito do QCA II e, no que se refere ao QCA III, garantir que a selecção dos projectos e a sua execução física e financeira seja regida por princípios de eficiência, tendo em conta condições regulamentares comunitárias mais rigorosas.

O PIDDAR para 2001 apresenta-se sistematizado em 3 pontos:

- 1. Objectivos Estratégicos e Linhas de Acção para 2001
- 2. Política de Investimentos
- 3. Programação Financeira dos Investimentos e Acções de Desenvolvimento da Administração Regional



**1. OBJECTIVOS  
ESTRATÉGICOS  
E LINHAS  
DE ACÇÃO  
PARA 2001**



## 1.1. AGRICULTURA E PECUÁRIA

O ano 2000, foi, para o sector agrícola, um ano considerado normal em termos climatéricos, malgrado chuvas que ocorreram durante a Primavera terem condicionado fortemente a produção de frutas de clima temperado.

Em grande parte devido à entrada em funcionamento de estruturas de conservação e armazenagem de produtos agrícolas em 1999, nomeadamente o Centro de Abastecimento Horto-Frutícola dos Prazeres e do Centro de Abastecimento Hortícola da Santa, não se verificaram problemas relevantes no escoamento das produções regionais.

Em 1999, para além da produção de cerca de 5 milhões de litros de vinho da Madeira (castas boas), dos quais mais de 70% destinaram-se ao mercado nacional e internacional, produziram-se 110 mil litros de vinho de mesa “Madeirense”, que, com a entrada em funcionamento da Adega de São Vicente, foram alvo de comercialização, tendo obtido uma boa aceitação no mercado.

No caso específico da cultura da banana, constatou-se que, apesar do ano agrícola ter sido favorável, esta cultura não recuperou dos danos causados pelo temporal de Janeiro de 1999, não se prevendo um aumento da produção comercializada.

Esta situação não se deve apenas aos elevados prejuízos que esta cultura sofreu em Janeiro de 1999, mas também a um conjunto de razões das quais se salientam:

- a diminuição sensível da área de cultura fruto da expansão imobiliária e da construção de necessárias infraestruturas;
- uma certa instabilidade que se vive no sector, decorrente dos sucessivos ataques a que a Organização Comum de Mercado tem sido sujeita por parte dos países liberais;
- a crise financeira que tem caracterizado as cooperativas do sector, originada quer pela diminuição das quantidades comercializadas, quer pelo preço muito baixo que se verifica no mercado continental e, a carência de mão de obra agrícola.

No que se refere à Organização Comum de Mercado, a Comissão Europeia apresentou em finais de 1999 uma proposta de reforma com o objectivo de que as regras relativas ao comércio com

países terceiros estejam em conformidade com a Organização Mundial do Comércio, tendo sempre em devida consideração os legítimos interesses da produção comunitária.

Com o objectivo de sanear financeiramente as cooperativas que operam no sector, durante o ano de 2000 foi promovida uma profunda reestruturação, a qual conduzirá, até ao final do ano, à redução de quatro para duas organizações.

No que se refere à carência de mão de obra no sector agrícola, é de salientar que se considera ser no sector da cultura da banana que ela tem mais efeitos negativos, em virtude de muitos dos produtores de banana exercerem a sua profissão em outros sectores de actividade, e a cultura da bananeira ser muito exigente em mão de obra durante todo o ano.

Em 2000, entrou em vigor um novo Quadro Comunitário de Apoio, o qual vigorará até 31 de Dezembro de 2006.

No âmbito do sector agrícola, os apoios comunitários ao investimento encontram-se enquadrados em dois programas:

- O Programa Operacional Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira (POPRAM III)
- A Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural “LEADER”.

No quadro do POPRAM III, as componentes relativas ao desenvolvimento agrícola e rural são acolhidas na Medida 2.1 “Agricultura e Desenvolvimento Rural”.

A estratégia relativa a esta Medida insere-se nas orientações e prioridades definidas no Eixo Prioritário 2 – Consolidação da Base Económica e Social da Região, e apresenta como objectivo estratégico a promoção de uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social.

O POPRAM III, foi aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C (2000) 1776, de 28/07/2000, e o seu Complemento de Programação aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POPRAM III, em reunião de 13 de Outubro de 2000.

Por este motivo e pelo facto de já não ser possível assumir mais compromissos no quadro do QCA II, não existiu em 2000 nenhuma aprovação de ajudas ao investimento financiadas pela União Europeia.

Relativamente à iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural, só é de prever a sua entrada em vigor durante o ano 2001.

No quadro de apoio ao rendimento é de referir que foi apresentado pela Região um Programa de Desenvolvimento Rural 2000-2006 (PDRu-M), o qual através das quatro medidas previstas, “Indemnizações Compensatórias”, “Florestação de Terras Agrícolas”, “Agro-Ambientais” e “Reforma Antecipada”, prossegue os seguintes objectivos gerais:

- Preservar a paisagem natural humanizada;
- Valorizar as características tradicionais de gestão e manutenção das explorações agrícolas;
- Contribuir para a correcção gradual das pressões sobre os recursos naturais (terra, água e paisagem);
- Melhorar as condições de formação do rendimento dos produtores e famílias que sustentam as explorações agrícolas;
- Renovar o tecido empresarial agrícola, através do rejuvenescimento dos chefes de exploração.

O incremento do **sector da pecuária** deve-se em grande parte ao apoio dispensado e ao fornecimento por parte dos serviços públicos competentes de reprodutores seleccionados das espécies: bovina, equina, ovina e caprina. Têm-se também desenvolvido esforços no sentido de promover a diversificação de produtos de origem pecuária obedecendo a normas higio-sanitárias e a níveis de fabrico cada vez mais exigentes em matéria de promoção de qualidade.

O Centro de Reprodução Animal e o Centro de Ovinicultura da Madeira têm vindo a ser remodelados e modernizados por forma a responder cabalmente às solicitações dos produtores e agricultores. Mesmo assim o aumento da procura não tem sido acompanhado do aumento da capacidade de resposta destes serviços.



O novo Laboratório Regional de Veterinária que se encontra em fase final de construção, terá instalações e equipamentos adequados por forma a responder às solicitações públicas e privadas no sentido de dar cumprimento às exigências comunitárias em matéria de controlo e qualidade alimentar. Saliente-se neste campo a importância da acreditação do laboratório nas várias áreas que lhe estão consignadas, em particular no campo da microbiologia alimentar e da química dos alimentos.

A estratégia a desenvolver durante o ano de 2001 assenta nos seguintes grandes **objectivos**:

- Preservação da paisagem natural humanizada, através de uma valorização das características tradicionais de gestão e manutenção das explorações agrícolas, e da correcção gradual das pressões sobre os recursos naturais;
- Reforço da competitividade económica das produções regionais quer ao nível do mercado local, quer ao nível do mercado externo, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento de produções que possam beneficiar de sistemas comunitários e nacionais de valorização e protecção de produtos e da promoção da qualidade e da inovação da produção agro-rural, de forma a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores, em matéria de qualidade e segurança alimentar;
- Garantia da sustentação de explorações de pequena dimensão, que desempenham uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem, através de uma melhoria das condições de formação do rendimento dos produtores e famílias que sustentam as explorações agrícolas, privilegiando acções ligadas à multifuncionalidade da agricultura, ao artesanato, ao turismo em espaço rural e à protecção e valorização do património rural e natural;
- Melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais, quer através de uma participação activa no seu desenvolvimento económico e social, quer através da melhoria das infra-estruturas envolventes das explorações agrícolas, nomeadamente ao nível das acessibilidades, electrificação, regadios e do emparcelamento, quer através do apoio à organização, associação e iniciativas dos agricultores, nas vertentes sócio-económica e sócio-profissional;

- Melhoria das estruturas de apoio à produção pecuária, nomeadamente no que respeita ao Centro de Reprodução Animal e ao Centro de Ovinicultura da Madeira;
- Criação de estruturas complementares e/ou inovadoras tendo como finalidade sobretudo a demonstração de fabrico do queijo artesanal, a utilização de subprodutos da agricultura na alimentação animal, o desenvolvimento da pecuária biológica e a divulgação dos produtos e técnicas de produção;
- Promoção de acções para detecção das doenças que afectam os animais, bem como as que se relacionam com a qualidade e higiene dos produtos de origem animal;
- Promoção de acções de investigação aplicada à tipificação e certificação de produtos regionais de qualidade.

No que respeita a **medidas de política** a concretizar em 2001, salienta-se a implementação e operacionalização da Medida 2.1 – Agricultura e Desenvolvimento Rural do POPRAM III, e do Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu-M).

No âmbito do POPRAM III, regulamentar-se-à o regime de ajudas ao investimento financiado pelo FEOGA-O, as quais visam a modernização e reestruturação das explorações agrícolas, a instalação de jovens agricultores, a transformação e comercialização, o desenvolvimento de produtos de qualidade, as infra-estruturas, os serviços agro-rurais, a preservação e valorização do espaço natural e do património rural e a silvicultura.

O Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu-M), é financiado pelo FEOGA-G, e inclui ajudas ao rendimento, nomeadamente as Medidas Agro-Ambientais e as Indemnizações Compensatórias, ajudas à Florestação de Terras Agrícolas e Cessação de Actividade (reforma antecipada).

## **1.2. FLORESTAS**

As superfícies florestadas, nas Ilhas da Madeira e Porto Santo, correspondem a cerca de 40% da totalidade das áreas das duas Ilhas.

A floresta natural da Madeira – Laurissilva – ocupa cerca de 22% da superfície da Ilha da Madeira, concentrando-se, sobretudo, na vertente norte, de características orográficas difíceis e onde ocorrem temperaturas mais baixas e elevada humidade.

A este coberto vegetal associa-se um património científico de inegável valor e um equilíbrio biológico e biofísico de importância crucial na conservação da natureza.

A área florestal introduzida representa cerca de 18% da superfície da Ilha da Madeira, sendo as espécies mais representativas o pinheiro bravo, o eucalipto, a acácia, o castanheiro, e 15% da do Porto Santo, sendo o pinheiro de alepo e o cupressus macrocarpa as espécies mais abundantes.

A tendência actual é a de incrementar os princípios da biodiversidade, procurando-se, para tal, instalar espécies indígenas e/ou naturalizadas assim como exóticas em que a dupla função produtiva e de protecção seja bem patente.

Presentemente, no sector florestal, tem-se vindo assistir à realização de diversas acções, visando, nomeadamente:

- a arborização e/ou beneficiação das florestas obedecendo a propósitos de diversidade biológica, a conservação e recuperação de habitats e a produção sustentável. O nº de projectos apresentados na acção Programa de Desenvolvimento Florestal (PDF), no intervalo 1995 a 1998, foram de 82, a que corresponderam 839 905 árvores plantadas, 991 hectares intervenionados (arborizados e beneficiados) e um investimento de cerca 646 765 contos;
- um melhor conhecimento das espécies e comunidades vegetais indígenas do arquipélago da Madeira, nomeadamente através de estudos de taxonomia, fitossociologia, biologia molecular, biologia reprodutiva, ecologia, etc.
- a divulgação e a conservação da flora indígena nomeadamente através da propagação, reintrodução e conservação da biodiversidade a longo prazo (banco de sementes);
- a detecção, prevenção e combate a incêndios florestais de modo a proteger as áreas florestais existentes;
- a sensibilização e a divulgação;

- a criação de um sistema de informação florestal, tendo em vista a elaboração da carta florestal da RAM, da carta de risco de incêndios florestais e do plano de ordenamento florestal da RAM;
- a racionalização do regime silvo-pastoril através da redução da carga animal em zonas de aptidão florestal, do melhoramento do *habitat* e instalação de pastos melhorados em zonas de pastoreio ordenado, do melhoramento de estruturas de apoio (estábulos, cercas, parques de maneo e de tratamento higio-sanitário) e de acções de sensibilização e apoio logístico aos produtores;
- a valorização de áreas florestais situadas em locais de elevado interesse paisagístico, através da criação de miradouros, de caminhos de acesso, da criação de áreas recreativas e da protecção de manchas de vegetação;
- o repovoamento piscícola das águas interiores visando o desenvolvimento da pesca desportiva;
- o fomento cinegético e o ordenamento e gestão racional dos recursos cinegéticos.

**A política a prosseguir** visa garantir a perenidade dos recursos naturais e a diversificação de actividades em meio rural e será concretizada através do aumento da produtividade e da área dos espaços florestais, da melhoria dos sistemas de informação e, ainda, da compatibilização das múltiplas funções destes espaços, designadamente, as funções produtivas, ambientais, sociais e culturais.

As **acções** a desenvolver em 2001 inserem-se nas seguintes linhas de intervenção estratégica:

- Proceder à criação de um sistema de informação florestal como meio de melhorar a gestão das florestas;
- Elaborar o Plano Regional de Ordenamento Florestal visando o estabelecimento de normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais por forma a garantir a produção sustentada de bens e serviços a eles associados;
- Promover a expansão do património florestal tendo em vista aumentar e melhorar a área florestal, garantir o ordenamento florestal, (de modo a proteger a diversidade biológica e a paisa-

- gem), combater o despovoamento do meio rural e a conservação do solo e combater a erosão e regularizar os recursos hídricos;
- Proteger e conservar os diversos ecossistemas florestais de modo a reforçar a capacidade de prevenção, detecção e combate dos incêndios florestais, a reduzir os riscos e efeitos de pragas e doenças e a controlar os efeitos da poluição atmosférica;
  - Racionalizar o regime silvo-pastoril visando a redução da carga animal em zonas de aptidão florestal, o melhoramento e instalação de pastagens nas zonas com aptidão silvo-pastoril e o melhoramento das infra-estruturas afectas à silvo-pastorícia e dos rebanhos que se apresentem em regime silvo-pastoril ordenado;
  - Proceder ao ordenamento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores, de modo a aumentar o número de espécies cinegéticas, a melhorar a gestão dos recursos cinegéticos, a promover a instalação de campos de treino de caça, a garantir o bom estado sanitário das populações, a melhorar as infra-estruturas de produção de peixe e a fomentar o repovoamento piscícola das ribeiras;
  - Promover e desenvolver a investigação científica nos domínios da fauna e da flora visando assegurar a perenidade dos endemismos macaronésios e madeirenses ameaçados de extinção e melhorar o conhecimento e conservação “ex situ” e “in situ” da biodiversidade vegetal do arquipélago da Madeira, com destaque para a Laurisilva;
  - Aproveitar o potencial dos múltiplos recursos associados à floresta na promoção e desenvolvimento do ecoturismo com o objectivo de melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e lazer.

Para além das acções referidas, prevê-se concretizar durante o ano 2001 as seguintes **medidas de política:**

- Alteração da legislação relativa à conservação, protecção e gestão do património florestal e à concessão de apoios financeiros ao sector, particularmente os enquadráveis no 3º Quadro Comunitário de Apoio;

- Celebração de protocolos com entidades singulares e colectivas que permitam aprofundar o esforço de melhoria e expansão do património florestal;
- Elaboração da “Carta Florestal da RAM”, da “Carta de Risco de Incêndios Florestais” e do “Plano Regional de Ordenamento Florestal da RAM”.

### **1.3. PESCA E AQUACULTURA**

A orientação seguida pelo Governo Regional nos últimos anos tem-se centrado na optimização dos recursos existentes, procurando novas possibilidades de desenvolvimento, de modo a permitir um crescimento sustentado do sector das Pescas na RAM.

Relativamente à frota regional, os apoios concedidos pelo Governo Regional têm visado o ajustamento e a modernização da frota atuneira e, sobretudo, da que se dedica à captura do peixe espada preto. Relativamente a esta última, os resultados estão já a fazer-se sentir a nível da quantidade capturada, suficiente para o abastecimento das indústrias e do consumo. Esta orientação deverá ser fomentada por mais alguns anos, para que todos os armadores interessados possam beneficiar dos apoios existentes e deles tirarem o benefício adequado, contribuindo também para a diversificação desejada.

A capacidade de frio disponível é globalmente satisfatória para a actividade previsível a curto prazo, pelo que dever-se-á dar continuidade à modernização, à conservação, à manutenção e à adequação das instalações.

Foram introduzidas algumas melhorias nos portos, tanto ao nível dos equipamentos de descarga e estiva, como das próprias estruturas, o que tem possibilitado uma maior rapidez e um menor esforço nas operações de descarga.

O sector industrial tem sido alvo de uma atenção particular, tanto nos apoios à instalação das indústrias, como na criação de condições para que possam consolidar as suas posições no mercado, já que delas depende, em grande parte, o destino das nossas mais importantes capturas.

A investigação aplicada às pescas e à aquacultura tem desenvolvido um trabalho meritório no conhecimento das potencialidades futuras, quer dos recursos existentes, quer das experiências em

cativeiro, que estão sendo levadas a cabo e que brevemente poderão contribuir decisivamente, para um aumento do pescado à disposição do mercado consumidor.

Relativamente à formação profissional dos activos da pesca, continuar-se-à a proporcionar a todos aqueles que disso necessitem os conhecimentos adequados às suas funções.

Todos os vectores de orientação estão apontados para uma optimização dos recursos existentes, por forma a atingir os seguintes **objectivos**:

- Melhoria na exploração do potencial haliêutico;
- Reforço da competitividade das estruturas de exploração;
- Melhoria da segurança e das condições de trabalho a bordo;
- Melhoria do aprovisionamento;
- Valorização do produto;
- Valorização dos recursos humanos;
- Melhoria do abastecimento do mercado.

As **acções** a prosseguir em 2001 para a concretização dos objectivos referidos são, por domínios de actuação, as seguintes:

#### ***Frota Pesqueira***

- Apoios visando a imobilização definitiva de embarcações, a reordenação através de incentivos à criação de sociedades mistas e associações temporárias de empresas e o controlo das actividades, quer das descargas, quer da actividade das embarcações;
- Apoio à renovação das embarcações (principalmente as sediadas em Câmara de Lobos) cuja actividade principal é a pesca do peixe espada preto, dotando-as de melhores condições de operacionalidade, segurança e higiene a bordo, visando uma melhor qualidade das capturas e uma maior rentabilidade das embarcações.



### ***Investigação aplicada às pescas e aquacultura***

- Continuação da avaliação de stocks dos recursos haliêuticos mais significativos para a economia do sector, bem como daqueles que apresentem potencialidades de exploração;
- Continuação do levantamento oceanográfico da ZEE e respectiva caracterização ambiental, com vista a um melhor conhecimento dos “habitat” das populações marinhas e do seu comportamento;
- Apoio a acções de organização das zonas marinhas protegidas e à criação de condições favoráveis ao repovoamento e concentração de recursos;
- Continuação da exploração experimental de aquacultura em “offshore”, visando a obtenção de resultados práticos que possibilitem futuramente uma actividade comercial deste tipo de produção;
- Exploração científica da possibilidade da produção de diversas espécies em cativeiro, a desenvolver no Centro de Maricultura da Calheta.
- Participação em novos projectos de investigação, que impliquem a troca de conhecimentos e experiências com outras regiões.

### ***Pesca experimental e exploratória***

- Dar continuidade aos cruzeiros de prospecção e levantamento dos recursos disponíveis na ZEE da RAM, procurando novas áreas de pesca ou recursos subexplorados ou inexplorados, bem como experimentando novas artes, técnicas, métodos e equipamentos de pesca.

### ***Formação profissional***

- Disponibilizar os incentivos e meios de formação aos profissionais da pesca que frequentam acções de formação profissional, na Região ou no exterior, valorizando os recursos humanos do sector e optimizando a utilização dos meios técnicos disponíveis. Serão ministrados na Escola das Marinhas do Comércio e Pesca, em Lisboa, cursos de “Mestre de Largo”, “Mestre Costeiro” e de “Contramestre”, para além dos cursos de “Aptidão Pescas” e “Arrais de Pesca” que serão ministrados na Região.

### *Infra-estruturas de apoio à actividade da pesca e à transformação dos produtos*

- Melhoria das condições de desembarque e da qualidade dos produtos desembarcados, cumprindo e fazendo cumprir as normas sanitárias em vigor;
- Criação de infraestruturas de apoio ao sector industrial, apoio à aquisição de equipamentos, à prospecção de novas tecnologias de transformação e controlo de qualidade e ao tratamento de efluentes industriais.

Para além das acções referidas, releva-se a prossecução da execução da Medida “Pescas e Aquacultura”, integrada no POPRAM 2000-2006, que enquadra intervenções dirigidas ao ajustamento do esforço de pesca, através da cessação definitiva da actividade de embarcações desajustadas (indisponibilidade de recursos) e/ou tecnicamente inadequadas e obsoletas (fraca produtividade), envolvendo demolição, transferência para países terceiros ou para outros fins diferentes da pesca, e a constituição de sociedades mistas, em especial com países terceiros com recursos disponíveis, por forma a poderem rentabilizar a sua actividade e poderem abastecer, em particular, a indústria transformadora regional.

Estão também integradas nesta Medida um conjunto de outras intervenções em diversos domínios relevantes para a modernização do sector e para a valorização económica e social dos activos ligados ao sector.

#### **1.4. INDÚSTRIA, ARTESANATO, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

**O sector industrial** da Região caracteriza-se por uma estrutura pouco diversificada, onde coexistem indústrias orientadas para o mercado regional (moagem, produtos de panificação e pastelaria, massas alimentícias, alimentos compostos para animais, lacticínios, vinhos, cervejas, tabacos, mobiliário, etc) e outras de base artesanal mais viradas para a exportação (bordados, tapeçarias e vimes), assentando a estrutura destas últimas na mão de obra intensiva e orientando-se para um número muito restrito de mercados, o que as coloca sob uma forte dependência relativamente à conjuntura económica externa.

Tradicionalmente, o sector industrial na RAM é caracterizado pela sua debilidade evidenciado pela fraca participação na estrutura do PIB Regional (Indústrias transformadoras – 9,1%; Indústrias extractivas – 0,8% - Fonte: DRE, dados de 1992).

A estes aspectos condicionantes do crescimento e desenvolvimento industriais, há a acrescer a carência de mão de obra qualificada, os baixos níveis de produção e de produtividade, os custos dos factores de produção e a inadequação dos processos de gestão, para além da limitação do mercado regional e da escassez de matérias primas.

Actualmente, no que respeita às indústrias dominantes da RAM, assiste-se a uma alteração positiva no sector, tendo surgido novas indústrias na sequência dos diferentes sistemas de incentivos ao investimento, nomeadamente do SIBR, do SIDERAM e do PEDIP obtendo-se deste modo uma dinamização da base produtiva regional, bem como um incremento dos postos de trabalho.

Apesar do esforço desenvolvido e dos excelentes resultados alcançados com a execução dos diferentes sistemas de incentivos, não foi ainda possível eliminar integralmente a situação de fragilidade das empresas regionais, pelo que deverá continuar a ser incentivado o investimento produtivo, promovendo a criação, expansão e modernização do tecido empresarial, tendo em vista a dinamização da base produtiva regional, tornando-se também indispensável a criação de infra-estruturas de apoio e de suporte à indústria, nomeadamente parques industriais e Áreas de Localização Empresarial, bem como outras infra-estruturas de base e tecnológicas.

Atendendo às exigências dos mercados e à acentuada agressividade concorrencial, as empresas têm de fazer da qualidade um elemento chave da sua estratégia competitiva, a qual terá de se concretizar a todos os níveis, envolvendo não só os produtos mas também as condições ambientais de funcionamento, as instalações e as condições de trabalho, incluindo a formação dos recursos humanos.

Ao Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE-RAM) compete apoiar, através de programas e sistemas de incentivos, o tecido empresarial regional na sua tentativa de modernização e de internacionalização.

As insuficiências existentes no tecido empresarial em matéria de competitividade e produtividade terão de ser ultrapassadas de modo a defrontar uma concorrência acrescida face ao alargamento da União Europeia.

Por outro lado, a globalização das economias, originando uma rápida evolução tecnológica e alterações nos padrões de consumo, obriga a que se efectuem, continuamente, ajustamentos significativos ao processo produtivo.

O **sector do comércio** contribui com cerca de 14% para a formação do PIB, absorvendo cerca de 10% da população activa. De realçar que é no Concelho do Funchal que se localiza o maior número de estabelecimentos comerciais (55.8% dos estabelecimentos retalhistas e 71% dos estabelecimentos grossistas) e onde se realiza cerca de 95% do volume de vendas.

O comércio a retalho é uma actividade muito fragmentada, representando cerca de 87% do total de estabelecimentos, predominando unidades empresariais de pequena dimensão com baixo valor bruto de produção por estabelecimento, mas que ocupa cerca de 73% dos activos do sector.

O posicionamento geográfico da Região Autónoma da Madeira, caracterizada por uma situação de insularidade e de afastamento em relação ao exterior, a sua peculiar orografia que a tem limitado estruturalmente, a sua quase total dependência do exterior no que respeita ao aprovisionamento de matérias primas e de produtos essenciais, e ainda toda a actividade relacionada com o turismo, faz com que a actividade comercial seja bastante intensa.

No âmbito dos apoios à actividade comercial, e para além dos projectos aprovados no desenvolvimento dos Quadros Comunitários de Apoio, é de realçar o grande esforço de modernização do sector que os Projectos Especiais de Urbanismo Comercial do PROCOM (Programa de Apoio à Modernização do Comércio) vieram a possibilitar.

É de realçar ainda, as ajudas ao aprovisionamento ao abrigo do regime POSEIMA, cujo objecto é minorar o custo na importação de matérias primas e produtos essenciais ao abastecimento, repercutindo-se, esse benefício, no consumidor final.

Neste contexto, destacam-se como **linhas de actuação** prioritárias para o ano 2001:

- Promover a expansão e a criação de novas infraestruturas, nomeadamente parques industriais e áreas de localização empresarial (ALE's);
- Apoiar e incentivar iniciativas empresariais que tenham em vista, nomeadamente, o aumento efectivo da produtividade e da competitividade, o reforço da capacidade técnica, tecnológica e

de marketing, a introdução de novos produtos, novas tecnologias e processos de organização e gestão empresarial;

- Promover a cooperação empresarial e a internacionalização;
- Desenvolver sistemas e suportes informativos ao tecido empresarial e ao investimento;
- Promover a introdução de sistemas de qualidade na dinâmica organizacional do IDE e aumentar quantitativa e qualitativamente o nível de qualificação profissional dos seus colaboradores;
- Promover a criação de estruturas de apoio à qualidade industrial. através do Laboratório de Metrologia da Madeira;
- Promover o crescimento sustentado do artesanato, procurando reforçar a inovação ao nível do “design” e da concepção dos produtos, investindo numa maior agressividade das acções de marketing e estimulando o ingresso dos jovens no trabalho artesanal pela via da revalorização sócio-profissional desta actividade;
- Diversificar as actividades nos mercados externos;
- Aumentar e valorizar o potencial humano através de medidas de desenvolvimento pessoal e organizacional junto dos empresários e respectivos colaboradores;

Atendendo às prioridades acima enumeradas, estão previstas as seguintes **acções**:

- Continuação da construção de infraestruturas no Parque Industrial da Zona Oeste, de modo a adequá-lo aos seus fins e objectivos;
- Melhoramento do Parque Industrial da Cancela;
- Continuação dos trabalhos de concepção e de construção do Parque Industrial da Camacha;
- Início dos trabalhos de concepção e de construção do Parque Industrial das Ginjas – São Vicente;
- Início dos trabalhos de concepção e construção do Parque Industrial do Porto Santo;

- Desenvolvimento de acções de sensibilização no âmbito da qualidade, nomeadamente ao nível de metrologia legal;
- Intensificação das medidas de apoio ao aprovisionamento, nomeadamente no que respeita ao regime do POSEIMA;
- Desenvolvimento de sistemas de informação sobre a malha comercial da RAM, como sejam o “Registo de Estabelecimentos Comerciais”, o “Observatório do Comércio” e o “Sistema de Informação Geográfica”, de modo a possibilitar uma efectiva caracterização da actividade comercial regional;
- Promoção de iniciativas conducentes à cooperação comercial de forma a minorar os efeitos negativos associados à pequena dimensão das unidades comerciais da Região;
- Fomento da qualificação do sector de prestação de serviços às empresas;
- A nível do comércio externo e em colaboração com o ICEP, proporcionar a necessária formação e informação, tendo em vista a promoção e divulgação no exterior de produtos, serviços e empresas da RAM;
- Apoiar as estruturas associativas empresariais com o fim de possibilitar a criação de sinergias e facilitar a sua acção em prol do desenvolvimento e do crescimento das empresas associadas;
- Promover uma campanha de promoção dos produtos regionais de modo a incrementar o seu consumo, quer no mercado regional, quer no exterior;
- Implementar um programa de informação e divulgação sobre o exercício da actividade económica (PIDAE), a fim de informar/formar os empresários da RAM sobre os apoios, normas e regras da actividade económica;
- Criação de um sistema de Informação Geográfica sobre a actividade comercial e industrial;
- Conceder, no âmbito do SIPPE – Sistema de Incentivos a Pequenos Projectos Empresarias, criado pelo Dec. Leg. Reg. N° 211/2000/M, de 21 de Agosto, e regulamentado pela Portaria 106/2000, de 7 de Novembro, incentivos a fundo perdido, ou empréstimos, a pequenos projectos de investimento visando promover ganhos sistémicos de competitividade nas

pequenas e micro empresas, designadamente através do reforço da sua capacidade técnica e tecnológica e da modernização das estruturas físicas;

- Criar um ambiente propício ao alargamento da oferta de produtos e serviços financeiros e a consequente dinamização da procura, suscitando a adopção pelas PME's das novas formas de financiamento, através, nomeadamente da participação na constituição de fundos de capital de risco e do reforço do fundo de contragarantia mútuo;
- Apoiar iniciativas ao nível dos sistemas de informação, de estudos sobre o tecido empresarial da RAM, de acesso a mercados externos e da promoção turística e empresarial da RAM, visando a obtenção de economias externas, a criação de "interfaces" entre os sectores público e privado, a divulgação da informação, a promoção de parcerias e o apoio à internacionalização das empresas;
- Criar uma nova estrutura na freguesia da Camacha vocacionada para o fabrico e comercialização de obras em vime;
- Desenvolver e apoiar projectos inovadores na área do "design";
- Promover acções de formação na área do artesanato destinadas principalmente a jovens, por forma a possibilitar o aparecimento de novos activos;
- Modernizar e revitalizar o comércio do artesanato ao nível regional, potenciando a ligação ao turismo e introduzindo factores incentivadores de uma imagem global de qualidade, autenticidade e genuinidade.

## **1.5. TURISMO**

O aspecto mais significativo neste sector é, sem dúvida, o considerável aumento da oferta que se tem verificado nos últimos anos.

O número de estabelecimentos hoteleiros nos últimos 5 anos passou de 143 para 244 e corresponde a um aumento de 70,6 pontos percentuais. Representa um acréscimo de 27% na capacidade de alojamento que em 1995 se situava nas 17 509 camas e que em 1999 evoluiu para 22 234.



Hoje, existem 23 800 camas, distribuídas por cerca de duas centenas e meia de estabelecimentos, continuando os estabelecimentos de 5 e 4 estrelas a representar a maior parte da oferta, com cerca de 60% do total.

No que diz respeito ao Porto Santo, este ano com a abertura de 554 novas camas, a ilha deu um passo decisivo para o desenvolvimento do sector turístico passando a dispor agora de 1 454 camas de oferta hoteleira.

A par do aumento da oferta, a procura tem evoluído em sentido positivo, com um aumento de 31% do número de visitantes entre 1995 e 1999, e de 20,6% do número de dormidas, no mesmo período.

Os principais mercados de origem de visitantes continuam a ser os mercados britânico, alemão e português.

A taxa média de ocupação situou-se entre 63,6% em 1995 e 64,6% em 1999, tendo assim atingido o seu valor mais elevado. Os “hotéis-apartamentos” foram a categoria de alojamento que apresentou a taxa de ocupação mais favorável com 76%.

Nos últimos cinco anos as receitas hoteleiras registaram um aumento global de 30,8%.

A par da hotelaria tradicional têm surgido outros alojamentos. Hotéis rurais, casas de campo, casas de turismo rural e casas de turismo de habitação, estalagens, albergarias, que, espalhados por toda a ilha da Madeira, e também na ilha do Porto Santo, vão ao encontro das novas necessidades e motivações.

As contenções até agora impostas pelo aeroporto do Funchal foram finalmente superadas pela finalização das obras do novo aeroporto intercontinental da Madeira.

A Região passa a poder ligar-se directamente a todos os destinos e origens abrindo-se novas perspectivas e potencialidades de crescimento.

O Plano de Ordenamento Turístico, cuja conclusão se aguarda ainda no corrente ano, deverá introduzir os parâmetros e orientações necessários e imprescindíveis para assegurar um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do sector turístico.

Para os próximos anos impõe-se um desenvolvimento turístico sustentável que garanta a manutenção da qualificação da Madeira como destino de qualidade.

Haverá que responder com adequação e eficácia ao aumento previsível da capacidade de oferta de alojamento e à melhoria das condições de acessibilidade ao destino, em consequência da abertura do novo aeroporto.

Assim como **objectivos prioritários** salientam-se os seguintes:

- Manutenção das características de destino de qualidade;
- Atenuação das actuais predominâncias de alguns mercados, mediante o crescimento das quotas dos mercados com maior potencial de crescimento;
- Consolidação dos nichos de mercado já identificados - congressos e incentivos, golfe, passeios a pé e ecoturismo para a ilha da Madeira e praia e saúde para a ilha do Porto Santo;
- Aumento do volume das receitas;
- Sensibilização da população para a importância do sector e para a necessidade de um desenvolvimento sustentável;
- Dinamização da participação dos parceiros privados na promoção institucional do destino turístico «MADEIRA»;
- Posicionamento na Sociedade da Informação mediante a utilização das novas tecnologias para a divulgação dos produtos turísticos regionais em redes de informação com fins promocionais e comerciais, em parceria com o sector privado.

As principais **medidas** propostas para 2001 são:

- Apresentação e representação do destino em feiras, exposições e congressos;
- Campanhas de publicidade a nível nacional e internacional, quer dirigidas aos profissionais, quer ao público;

- Organização de acções promocionais - seminários, semanas da Madeira, workshops, sessões de formação aos agentes, etc, nos mercados prioritários;
- Acções de relações públicas, internas e externas;
- Implementação do Plano de Ordenamento Turístico;
- Redimensionamento dos programas de animação que já são cartazes internacionais com alargamento do seu período de duração e com conteúdos inovadores;
- Coordenação e divulgação dos eventos sociais, culturais e religiosos com interesse turístico, tendo em vista a sua divulgação atempada;
- Criação de uma marca internacional de produto turístico de prestígio, designada “Quintas da Madeira”;
- Apoio aos operadores turísticos na abertura de novos mercados ou de novos catálogos e brochuras da Madeira;
- Criação de novos suportes informativos e promocionais escritos e audiovisuais, bem como a actualização dos já existentes;
- Criação de programas de educação ambiental para o turismo.

## **1.6. ENERGIA**

A Região Autónoma da Madeira devido à sua localização geográfica e porque não dispõe de recursos energéticos fósseis, apresenta uma dependência significativa do exterior polarizada nos derivados do petróleo. Acresce que, devido à relativamente pequena dimensão do seu sistema energético, as tradicionais alternativas para a substituição dos produtos petrolíferos, como o carvão, gás natural ou energia nuclear, não são equacionáveis para a RAM.

No que concerne à energia primária, os recursos endógenos representam cerca de 15% da procura global, sendo o restante importado.

Os recursos energéticos regionais com maior expressão para o balanço energético regional são a hidroelectricidade e a biomassa florestal, que é utilizada essencialmente para a produção de calor nos sectores residencial e industrial.

Também a energia eólica e solar, cuja expressão não é tão elevada, apresenta considerável importância, entre as fontes energéticas renováveis disponíveis na Madeira. Estas fontes energéticas apresentam um elevado potencial e podem ter um grande desenvolvimento no futuro, caso determinadas barreiras e constrangimentos venham a ser superados.

Deste modo, é objectivo da política energética regional desenvolver estudos e projectos com vista à redução da dependência energética do exterior através da valorização dos recursos energéticos locais e da utilização racional da energia, bem como à melhoria do ambiente e qualidade de vida, através de soluções inovadoras de produção e utilização energéticas.

A cooperação com outras regiões da União Europeia, alicerçada em programas comunitários que co-financiam estudos e projectos enquadráveis na perspectiva atrás exposta tem sido um dos instrumentos mais adequados ao desenvolvimento de uma dinâmica regional assinalável, nos domínios energético e suas *interfaces* com o ambiente e a qualidade de vida.

Deste modo, constituem **objectivos** da política energética regional:

- Apoiar acções que promovam a diminuição da dependência externa através da optimização dos recursos energéticos endógenos e das suas “interfaces” com o aprovisionamento de energia;
- Garantir o aprovisionamento de energia;
- Apoiar estudos para a possível implementação de gás propanado na costa sul da Ilha da Madeira.

A concretização de tais objectivos implica a implementação, no ano 2001, de várias **acções e medidas**, nomeadamente:

- Concessão de indemnizações aos produtores independentes de energia de modo a incrementar a produção de energias renováveis;

- Criação do Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal;
- Desenvolvimento de estudos e projectos com vista à redução de dependência energética do exterior através da valorização dos recursos energéticos locais;
- Cooperação com outras regiões da União Europeia tendo em vista a implementação voluntária de programas de racionalidade e de eficiência energética.

### 1.7. TRANSPORTES

No que respeita às **acessibilidades internas** tem sido desenvolvido nos últimos anos, um significativo esforço de investimento, visando o reforço dos níveis de acessibilidade intra-regional e a compatibilização da rede regional com a procura de transporte a médio e longo prazo, constituindo-se, por outro lado, a rede hierarquizada das acessibilidades internas, também, como um factor de estruturação física do território.

Em termos de tráfego rodoviário da rede regional, verifica-se um aumento generalizado do mesmo em toda a Região, particularmente, na faixa litoral sul da Ilha da Madeira, sobretudo no Funchal e concelhos envolventes – Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico. Em termos da procura de tráfego actual, verifica-se como aspecto mais saliente, fluxos de tráfego elevados nos eixos Funchal – Ribeira Brava e Funchal – Machico, com especial incidência nas secções mais próximas do Funchal.

Uma vez concluídos os principais eixos viários estruturantes, como a Via Rápida Ribeira Brava – Machico e as ligações ao Norte da Ilha da Madeira através dos Túneis da Encumeada e do Norte, importa compatibilizá-los com a malha viária regional e municipal existente e complementá-los com algumas novas ligações rodoviárias aos principais centros de actividade económica e às zonas mais isoladas e interiores da Região.

Para os próximos anos está previsto desenvolver um conjunto de intervenções, de natureza diversa embora complementares, nomeadamente em termos da reformulação de acessos e nós rodoviários, de variantes a centros urbanos, da diversificação e modernização de ligações rodoviárias, da melhoria da acessibilidade a zonas industriais e de actividade económica e da requalificação da rede viária.

Os investimentos a realizar no ano 2001, no âmbito do **sector marítimo portuário** decorrem do plano de acção da APRAM S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de Julho, e concorrem para o objectivo de melhorar a eficácia económica dos portos, através da melhoria e diversificação de serviços portuários e suas condições de funcionamento.

Relativamente ao **sector aeroportuário**, e uma vez concluída a obra de ampliação do Aeroporto da Madeira, que irá contribuir significativamente para atenuar o isolamento da Região, destaca-se para 2001 a remodelação do antigo terminal de passageiros, que conjuntamente com a parte nova do terminal, apresentará, na sua configuração final, uma capacidade de movimentação anual até 3,5 milhões de passageiros, com uma hora de ponta de 3 600 passageiros/hora. Prosseguirá também em 2001, a recomposição da estrutura viária circundante no acesso à cidade de Machico, obra integrada no projecto de ampliação do Aeroporto.

## **1. 8. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

No sentido de alargar as competências e capacidades em I & D, têm vindo a ser implementadas acções visando o reforço das estruturas já existentes, a formação de recursos humanos e a criação de bases para um maior desenvolvimento futuro no domínio científico e tecnológico.

O esforço público tem vindo a ser dirigido essencialmente para investimentos visando a modernização, construção e apetrechamento de unidades de apoio à actividade produtiva (particularmente à agricultura e silvicultura e à pesca e aquacultura), a conservação dos recursos naturais e a preservação do ambiente e a investigação clínica e epidemiológica.

Com a criação da Universidade da Madeira, de um Centro de Ciência e Tecnologia, de um Parque Tecnológico e de um Centro de Inovação Empresarial, as actividades de I & D deverão ganhar uma maior dinâmica, já que vão sendo reunidas condições para a criação de “massas críticas” necessárias para viabilizar um desenvolvimento sustentado daquelas actividades.

O desenvolvimento científico e tecnológico na Região deverá contribuir, principalmente, para a valorização económica de recursos regionais específicos, para a preservação do património natural, para o incremento da base empresarial e produtiva e do valor acrescentado regional e para o desenvolvimento de serviços associados às telecomunicações e às tecnologias de

informação e comunicação. Para tal, pretende-se envolver, em parceria, diversos actores regionais na mobilização dos escassos recursos e capacidades científicas e técnicas, bem como, consolidar o processo de desenvolvimento da Universidade da Madeira e criar condições favoráveis à formação de investigadores, ao seu enquadramento em instituições de ensino superior e/ou instituições científicas e à sua fixação na Região.

A estratégia a implementar em 2001 visa atingir os seguintes **objectivos**:

- Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, em especial nas áreas das Ciências do Mar, Ciências da Terra e do Ambiente, Ciências da Saúde, Tecnologias da Informação, Tecnologias dos Materiais e Inovação Tecnológica;
- Fomentar o conhecimento, a cooperação científica e tecnológica, a dinamização de uma “rede científica regional” e a sua inserção em redes, nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento de projectos de inovação e a troca de experiências;
- Desenvolver as funções de apoio à iniciativa empresarial e ao desenvolvimento social, promovendo um ambiente favorável à inovação no “interface” com as infraestruturas científicas e tecnológicas existentes (Universidade da Madeira e Complexo Científico e Tecnológico);
- Promover a cultura científica e tecnológica.

Para a prossecução destes objectivos, prevê-se para 2001, o desenvolvimento das seguintes **linhas de actuação**:

- Promover a aquisição de equipamentos e a modernização de instalações que permitam a extensão de actividades de investigação e desenvolvimento experimental, nomeadamente nas áreas da produção agrícola e florestal, da aquacultura, das estruturas e materiais de construção, da conservação do ambiente e recursos naturais, da saúde pública, bem como o desenvolvimento de serviços de certificação e controlo de qualidade;
- Reforço das competências regionais, nas áreas estratégicas do Madeira Tecnopolo, através do desenvolvimento de programas de formação e de acções de cooperação internacional, com

ênfase especial na formação tecnológica e na formação contínua, aplicadas aos diferentes graus de ensino;

- Desenvolvimento de projectos de cooperação empresarial ao nível internacional que facilitem a inovação e a transferência de conhecimentos para as empresas regionais;
- Implementação, em articulação com o NESI - Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação de projectos de disseminação e desenvolvimento da Sociedade da Informação na Região e de modernização da administração pública regional, e a elaboração de políticas que facilitem o acesso à informação e a inserção nas redes de telecomunicações internacionais.

### **1.9. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

A Região tem vindo a ser dotada de modernas infra-estruturas básicas de telecomunicações, pelo que existem condições básicas potenciadoras do desenvolvimento de serviços associados à Sociedade da Informação.

Tendo em conta as oportunidades oferecidas às regiões ultraperiféricas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, para acederem ao conhecimento e aos mercados e considerando os desafios com que se confrontam para qualificar a sua economia e ganhar competitividade na nova divisão internacional do trabalho que vem emergindo, a Região tem vindo a atribuir uma importância estratégica às áreas ligadas à Sociedade da Informação. Neste sentido foi criado, em 1998, o Núcleo Estratégico da Sociedade de Informação (NESI), o qual, em cooperação com o Madeira Tecnopolo, propõe-se desenvolver acções dinamizadoras neste domínio.

Tendo em consideração que a educação para a vida na “Sociedade da Informação” terá de começar ao nível do ensino, tem vindo a ser feito um grande esforço de investimento em equipamento informático desde a década de 90.

Ao nível dos serviços de saúde, encontra-se em fase de implementação uma rede telemática, tendo em vista apoiar as actividades desenvolvidas no âmbito daqueles serviços e melhorar a eficiência dos mesmos.



Dada a importância da projecção da Região nos seus aspectos culturais, está em desenvolvimento uma base de dados sobre a História do Atlântico. Perspectiva-se, também, a curto prazo, a informatização e a divulgação via Internet, do inventário do património da Região.

A actuação futura nesta área visa atingir os seguintes **objectivos**:

- Promoção da formação e fixação de quadros qualificados a vários níveis;
- Concessão de estímulos dirigidos à dinamização da procura, ao desenvolvimento da economia digital e de produtos e serviços em áreas de intervenção estratégicas;
- Promoção do acesso aos benefícios da Sociedade da Informação a todos os cidadãos;

Neste sentido, a estratégia a implementar em 2001 visa, nomeadamente:

- A criação de condições para o acesso generalizado da população às novas tecnologias de informação;
- A promoção de uma exploração adequada das infraestruturas de telecomunicações existentes;
- A realização de investimentos no domínio da educação, envolvendo a expansão da actual rede integrada a todos os estabelecimentos de ensino, a criação de uma rede avançada intra-escolar e o desenvolvimento do programa de escola conectiva, assim como a criação de conteúdos educacionais;
- O desenvolvimento de iniciativas tendo em vista a criação de sistemas de informação, o acesso às redes digitais de informação e o desenvolvimento da cooperação com instituições nacionais e comunitárias;
- A reorganização e modernização dos serviços públicos para o cidadão, designadamente ao nível da saúde, através da implementação de uma rede telemática, tendo em vista apoiar as actividades desenvolvidas no âmbito dos serviços de saúde e melhorar a eficiência dos mesmos;
- O desenvolvimento do comércio electrónico e de uma indústria de conteúdos digitais.

## **1.10. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

A construção de novas escolas para o ensino infantil tem levado à continuidade do crescimento da oferta pública e particular (que passou no último ano de 6 800 para 7 200 lugares), assegurando a cobertura generalizada a todas as crianças de 5 anos e de 78% das crianças na faixa etária de 3 e 5 anos, das quais, mais de metade com frequência gratuita.

Para o 1º ciclo, a conclusão de 4 novos edifícios escolares para substituição de instalações não apropriadas para o ensino, e o redimensionamento/ampliação de várias outras escolas vem adaptando as estruturas ao decréscimo progressivo de alunos em resultado da redução demográfica.

A criação de 9 novas escolas a “tempo inteiro” (ETI’s) fizeram subir de 54 para 63 o seu número total, abrangendo neste momento 60% dos alunos de 1º ciclo. Cerca de 60% destas escolas ficarão dotadas com, pelo menos, uma sala de informática o que permitirá, em complemento curricular, o desenvolvimento de actividades regulares para aprendizagem de novas tecnologias.

A substituição integral da telescola pelo ensino directo é já uma realidade no 1º ciclo.

A entrada em funcionamento da Escola Básica 2+3 do Carmo, prevista para 2001, porque se situa no Concelho de Câmara de Lobos, onde restam ainda as dificuldades mais evidentes do sector, garante, por si só, o cumprimento de todos os objectivos fundamentais para o período 1997/2000: generalização da educação pré-escolar, aumento de ETI’s no Concelho onde elas são de maior importância, eliminação da telescola e cumprimento da escolaridade obrigatória de 9 anos.

No ensino secundário espera-se a manutenção dos cerca de 7 400 alunos actualmente existentes, verificando-se uma redução do número de opções pela “Via Ensino” em favor do Ensino Tecnológico e Profissional.

A construção de novas escolas tem vindo a permitir a eliminação progressiva de edifícios não apropriados para o ensino.

Com vista a promover o intercâmbio de informação e a formação de jovens nas competências básicas da Sociedade da Informação, destaca-se a existência de um parque informático da ordem

dos 1 300 computadores conectados através de 44 nós da rede, com 13 000 utilizadores periódicos a aceder à Internet e a outros serviços como o e-mail/WAP, a disponibilização de informação institucional, software aplicacional, alojamento de páginas dos organismos e estabelecimentos de ensino e a formação de pessoal docente e não docente.

No âmbito da **educação especial e reabilitação** continua o processo de levantamento e despiste da deficiência, envolvendo já um total superior a 10 000 crianças e jovens, que tem permitido a implementação do apoio precoce em todas as deficiências, incluindo o domiciliário.

Neste sentido, são de relevar os esforços desenvolvidos com vista à formação de pessoal docente e técnico e a entrada em funcionamento dos 11 centros psico-pedagógicos existentes.

Assumem também particular ênfase os esforços desenvolvidos com vista à formação de pessoal docente e técnico especializado, de modo a obter-se um atendimento mais adequado às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, com carácter permanente, em todos os concelhos, conforme o objectivo que está na base da criação dos centros psico-pedagógicos.

Como resultado destas medidas constata-se um aumento substancial do número de crianças, jovens e adultos apoiados pela educação especial, sendo actualmente de 4 182 o número de beneficiados.

Para a dinâmica empreendida na área da **formação profissional** contribuíram em grande medida os apoios do Fundo Social Europeu, bem como uma cada vez maior sensibilização para a importância da formação, tanto a nível de activos, como factor decisivo para o aumento da capacidade produtiva e da própria estabilidade do emprego, como também, por uma maior procura de opções profissionalizantes especialmente por parte dos jovens.

A Direcção Regional de Formação Profissional constitui, na Região, o maior promotor de formação profissional tendo procedido nos últimos anos, e de forma gradual, à introdução de cursos com carácter versátil e à criação de efeitos motivadores através de uma melhor adequação não só às necessidades do mercado de trabalho mas também aos anseios e motivações dos potenciais candidatos.

Releve-se também os esforços envidados no sentido da procura de novas alternativas na vertente educação/formação permitindo a institucionalização dos “Currículos Alternativos” e do “13º Ano Profissionalizante”.

A criação de mecanismos e procedimentos que contribuam para a elevação da qualidade das acções de formação e, complementarmente, a dinamização e o reforço das acções de acompanhamento e controlo, têm sido uma das grandes preocupações dos serviços públicos, considerando que a aplicação plena da legislação inerente à certificação de formadores e à acreditação das entidades formadoras, bem como a aplicação da legislação ou dos programas relativos aos perfis profissionais definidos são instrumentos fundamentais para a salvaguarda da qualidade e da própria credibilização do sistema.

Para os próximos anos perspectiva-se o desenvolvimento de medidas que possam proporcionar a consolidação dos objectivos definidos nos documentos de programação vigentes, Plano de Desenvolvimento Regional e Plano Regional de Emprego, salvaguardando a necessária adequação aos princípios estabelecidos no âmbito das orientações europeias para o emprego, designadamente a empregabilidade, o espírito empresarial, a adaptabilidade e a igualdade de oportunidades, e aos domínios de acção constantes do novo Regulamento do Fundo Social Europeu.

Da formação adequada na área de hotelaria e turismo e da melhoria sustentada de competências resultarão vantagens competitivas inegáveis quer ao nível da oferta turística quer ao nível da consolidação da procura da mesma.

Decorrente da publicação do Decreto Regulamentar Regional nº 17/2000/M, de 22 Março, que amplia as áreas de acção do Conservatório, passando a abranger, para além da música, o teatro, a dança e as artes em geral, serão, para o presente ano lectivo, ministrados cursos profissionais nessas áreas.

Numa Região essencialmente vocacionada para o turismo, é de todo o interesse que se proceda ao enriquecimento do produto turístico regional através da introdução de componentes de animação, arte, cultura e divertimento que as artes do espectáculo poderão proporcionar. Para isso é fundamental a formação de profissionais devidamente habilitados o que requer um ensino de qualidade na área das artes do espectáculo.

No que se refere a outras áreas de grande incidência das acções de formação destacam-se: comércio e serviços, indústrias transformadoras, acção social, apoio a projectos no domínio do desenvolvimento científico e tecnológico e apoio a novas profissões no domínio do ambiente.

Não obstante a evolução positiva registada a nível da oferta formativa, persistem carências a nível das infra-estruturas de formação e insuficiência de competências em termos de formadores.

Neste contexto, as acções a desenvolver em 2001 deverão incidir principalmente nas seguintes **linhas de actuação**:

*Ao nível das infra-estruturas e equipamentos educativos*

- Continuar a garantir a expansão da Rede Regional Escolar através, nomeadamente, da construção de novas escolas;
- Continuar a promover o redimensionamento e ampliação de escolas básicas do 1º Ciclo e núcleos do pré-escolar, em ordem a assegurar a generalização do projecto “ Escola a Tempo Inteiro”, programa fundamental ao desenvolvimento de crianças que frequentam esses níveis de ensino;
- Dotar as escolas, as organizações, os professores e as famílias de meios de acesso às Novas Tecnologias, como forma de combater a info-exclusão e de garantir a democraticidade no acesso às fontes de informação;
- Promover a adaptação de estruturas e equipamentos escolares de modo a facilitar o acesso de crianças e jovens portadores de deficiência;

*Ao nível da promoção do ensino e da aprendizagem*

- Aumentar a cobertura da educação pré-escolar, por forma a atingir os 100%, no último ano e os 78% no global dos 3, 4 e 5 anos;
- Contribuir para a formação integral das crianças e jovens que se encontram a frequentar os estabelecimentos de ensino, numa perspectiva de conjugar a componente curricular com actividades de apoio complementar curricular e extra-escolar;

- Promover a formação de inspetores de educação por forma a complementar, aprofundar e actualizar conhecimentos e competências profissionais, conferindo ao desempenho das funções inspectivas mais eficácia e um maior contributo para a melhoria do sistema educativo;
- Criar as condições necessárias e conducentes ao sucesso educativo e à diminuição do absentismo escolar, nomeadamente através do alargamento dos currículos alternativos regionais e da elaboração e disponibilização de material didáctico e equipamentos adequados;
- Continuar a apostar na formação dos recursos humanos e sua inserção no mercado do trabalho, nomeadamente através do alargamento dos currículos alternativos regionais e do 13º Ano Profissionalizante, considerando-se ainda nesta formação a eliminação do analfabetismo dos não escolarizados e do analfabetismo funcional;
- Melhorar a qualidade do ensino nas áreas consideradas essenciais nomeadamente as áreas técnicas e tecnológicas, as metodologias e as da “dimensão europeia da educação”;
- Educar para a cidadania, numa perspectiva de formação pluridimensional, nomeadamente na Educação para a Saúde, na Educação Rodoviária e na Educação Ambiental;
- Alargar o Programa de Formação e Desenvolvimento em Inteligência Conectiva - CITD - com vista a abranger a formação não só de docentes, mas também de um maior número de jovens nas competências básicas da Sociedade da Informação, tornando-os activos no processo ensino - aprendizagem e na criação de conteúdos digitais em língua portuguesa e promover redes de aprendizagem que facilitem a interdisciplinaridade e a abertura ao meio;
- Apoiar trabalhos de reconhecido mérito nas áreas científicas e pedagógicas da responsabilidade de docentes e técnicos de educação, numa perspectiva de divulgá-los não só na RAM como também no exterior;
- Assegurar a educação e integração familiar e social das crianças, jovens e adultos com deficiências auditivas, intelectuais, motoras, visuais e outras que exijam métodos especiais de acção;

- Assegurar a colaboração com as famílias nas acções necessitando de uma intervenção médico-psico-pedagógica adequada;
- Promover acções tendentes à prevenção, reabilitação e integração social das pessoas com deficiência;
- Promover a formação de pessoal docente e técnico especializado, incluindo a extensão do curso de estudos superiores especializados, em colaboração com o Instituto Politécnico do Porto, e o curso de formação profissional para ingresso na carreira de técnico profissional em educação especial.

#### *Ao nível da formação profissional*

- Incrementar as acções destinadas essencialmente a jovens com o objectivo de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho em áreas que lhes dêem perspectivas de estabilidade;
- Incrementar os sistemas de Educação/Formação, nomeadamente através da promoção da respectiva permeabilização;
- Promover a manutenção e expansão dos factores inerentes à formação para jovens fora do sistema de ensino e à formação de activos do turismo, tendo em vista a promoção da empregabilidade, a melhoria de competências e a modernização do tecido económico e social;
- Assegurar, no âmbito do Conservatório – Escola de Artes (CEPAM), o funcionamento dos cursos actualmente ministrados e de novos cursos profissionais a implementar;
- Promover a formação e alargamento de públicos, progressivamente mais esclarecidos e actantes, mediante intervenção prioritária nas camadas mais jovens da população, designadamente num trabalho contínuo junto das escolas;
- Elevação dos níveis de qualificação da população activa, como pressuposto fundamental para o crescimento, a competitividade e o emprego, através da generalização da formação ao longo da vida;
- Reforçar as medidas que promovam a qualidade na formação;

- Melhorar as infra-estruturas afectas à formação, tanto numa perspectiva de condições técnicas, como de apoio;
- Promover a dinamização da produção de recursos e materiais didácticos;
- Reforçar a intervenção em projectos no âmbito da exclusão;
- Adaptar celeremente toda a legislação inerente ao FSE;
- Dar continuidade a contactos com outras entidades, no sentido da realização de parcerias;
- Reforçar a intervenção de Programas de Iniciativa Comunitária na Região, recorrendo para tal a acções de divulgação e informação;
- Protocolizar colaborações com entidades nacionais no âmbito do FSE e de programas comunitários na área dos recursos humanos.

### **1.11. EMPREGO**

A situação do mercado regional de emprego tem tido uma evolução positiva, com a taxa de desemprego a situar-se nos 2,2%, segundo dados do 2º trimestre de 2000, o que constitui o mais baixo valor registado na Região.

O Plano Regional de Emprego (PRE), lançado em 1999, visa reforçar a política de emprego do Governo Regional, assentando essencialmente no combate ao desemprego juvenil, no facilitar da transição da escola para a vida activa, na reinserção profissional dos adultos desempregados e na prevenção do desemprego de longa duração. São ainda objectivos prioritários, fomentar o espírito empresarial, estimular o desenvolvimento local e defender a igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e à formação profissional.

As medidas de emprego, no quadro do Plano Regional, visam ainda facilitar o ajustamento das competências individuais às exigências do mercado de emprego, por forma a que cada elemento da população activa possa encontrar e manter o seu posto de trabalho.

O apoio à inserção de jovens na vida activa, será mantido através de incentivos à contratação, sem prazo e a tempo inteiro, de processos de formação e inserção profissional aliados à



necessidade de facilitar a inserção em diversas entidades, bem como através da implementação e funcionamento de Unidades de Inserção na Vida Activa.

No domínio da reinserção dos adultos, as medidas destinam-se a melhorar o acesso ao mercado de trabalho e a empregabilidade dos desempregados, em especial os de longa duração, nomeadamente através de incentivos à contratação, programas de ocupação de adultos desempregados, programas de formação/emprego e implementação e funcionamento de Clubes de Emprego.

No que diz respeito ao desenvolvimento empresarial e local, serão apoiados projectos de criação de empresas económica e socialmente viáveis, inseridos em processos de animação e desenvolvimento local, promovidos por candidatos ao primeiro emprego e desempregados. Estes incentivos além de constituírem uma alternativa à situação de desemprego dos promotores, contribuirão para a revitalização do tecido social e económico das localidades onde estão inseridos.

Assim, a manutenção de baixos valores da taxa de desemprego e os incentivos ao emprego cada vez mais abrangentes, e que têm permitido o aumento da taxa de empregabilidade, são os aspectos mais significativos e que se perspectivam manter num cenário futuro.

Deste modo, constituem objectivos prioritários para 2001:

- Manter baixa a taxa de desemprego;
- Continuar a apoiar a criação de postos de trabalho, através das medidas e programas de emprego;
- Prosseguir os objectivos do Plano Regional de Emprego.

As **medidas de política** a concretizar em 2001, são:

- Fomentar a inserção de jovens na vida activa através de medidas de apoio à contratação de programas de ocupação e de emprego/formação;
- Desenvolvimento de medidas de apoio ao desemprego de adultos com prioridade para os de longa duração;

- Apoio à formação e actividade dos Agentes de Desenvolvimento, UNIVA's e Clubes de Emprego;
- Consolidação e dinamização de incentivos ao empresário estimulando o acesso à função empresarial e criação de emprego;
- Articulação de análises e estudos com vista à elaboração de um conjunto de indicadores de avaliação dos objectivos das medidas de emprego.

### **1.12. TRABALHO**

O factor Trabalho, entendido aqui na sua concepção ampla como um conjunto de relações, decorrentes da prestação de trabalho entre empregadores e trabalhadores e suas associações representativas, assume cada vez maior importância na sociedade actual.

A estabilidade nas relações laborais, assente na responsabilidade dos intervenientes sociais, na paz social e nas condições de satisfação e de realização no Trabalho, constitui um factor essencial para as condições motivadoras do investimento e, conseqüentemente, na criação de emprego.

Nesta perspectiva, as relações laborais, pela sua importância e contributo para o desenvolvimento, têm constituído um domínio de particular atenção na política social do Governo Regional, na defesa da estabilidade e justiça, na criação de condições de diálogo e entendimento entre os parceiros sociais, numa prática de tripartismo, de modo a que o progresso ocorra ao serviço das pessoas e valorando simultaneamente a dimensão social.

O desafio que se coloca neste domínio é gerir, com sensatez, moderação e sentido de justiça, os seguintes grandes objectivos: a criação de condições que estimulem o investimento produtivo, consubstanciado na criação de empresas estáveis, com projectos consolidados e geradores de emprego, e a manutenção de trabalho em condições justas e dignas, para que a sociedade evolua em benefício de todos.

A acção futura no domínio laboral visa a manutenção e reforço qualitativo de tais desígnios, o que se pressupõe medidas apropriadas nas várias vertentes do trabalho, ou seja: nas condições de prestação do trabalho, na acção conciliadora, na prestação de serviços e apoios informativos aos

parceiros sociais, no reforço da acção sensibilizadora, formadora e de fiscalização, no que se refere à Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, no apoio às iniciativas promotoras da Igualdade de Oportunidades, com redobrada acção da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e na concretização de outras acções, iniciativas e colóquios de âmbito formativo no domínio da divulgação da legislação laboral.

Para a realização ampla e eficaz destes objectivos, torna-se necessário concretizar vários programas nos vários domínios de intervenção, dos quais se evidenciam:

- Reforço da acção da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CRITE), de modo a que esta comissão tripartida, possa expandir o seu leque de intervenção, com a realização de acções sensibilizadoras e acompanhamento dos casos iniciadores de desigualdade e de discriminação no trabalho e no emprego;
- Execução, o mais abrangente, envolvendo vários departamentos governamentais, do Plano Regional de Igualdade (PRIO), de modo a criar as condições adequadas à concretização de uma acção de promoção de igualdade no trabalho, no emprego, na família e na sociedade em geral;
- Execução de programa no domínio da prevenção, segurança, higiene e saúde no trabalho, visando a melhoria das condições de trabalho e a redução da sinistralidade laboral e das doenças profissionais;
- Realização de programas de formação na área da legislação do trabalho, através da realização de acções formativas, seminários, colóquios, com especialistas das várias áreas temáticas, tendo como destinatários empregadores e trabalhadores dos vários sectores profissionais.

### **1.13. JUVENTUDE**

No âmbito da política de Juventude, as preocupações dominantes têm incidido, fundamentalmente, no apoio ao associativismo juvenil, na criação de infra-estruturas de alojamento vocacionados para o turismo juvenil e no estímulo à participação de jovens em programas que dinamizem o seu espírito de voluntariado e de cidadania.

O objectivo prioritário para o ano 2001 é o de assegurar um maior investimento na Educação Informal com vista à integração plena, social e cultural, dos jovens.

As **medidas** passam pelo seguinte:

- Reforço do apoio ao associativismo juvenil, em particular o de carácter sócio-cultural, visto constituir um dos instrumentos mais importantes para a ocupação dos tempos livres juvenis, conduzindo a uma maior responsabilização na realização de projectos em grupo;
- Proporcionar instalações físicas adequadas para o funcionamento das associações juvenis;
- Impulsionar o acesso à Internet pelo maior número possível de associações juvenis;
- Prosseguimento dos programas regionais, nacionais e comunitários – “Juventude e Trabalho”, “Infante D. Henrique”, “Serviço Voluntário Europeu”, “Juventude 2000/2004”;
- Introdução na Internet do espólio do Centro de Documentação e Informação;
- Representação em comissões regionais – protecção de menores, projecto vida, educação, etc. – com vista a assegurar uma coerência global e integrada da política de juventude;
- Prosseguimento da expansão da rede de pousadas;
- Estudo sociológico do impacto das novas tecnologias de informação nos jovens;
- Criação de uma estrutura de apoio no Parque de Campismo do Montado do Pereiro.

#### **1.14. DESPORTO**

O desporto constitui uma das práticas sociais que podem contribuir para a qualidade de vida das populações, pelo que tem merecido particular atenção dos poderes públicos da Região.

O apoio financeiro a associações desportivas e à alta competição, o desenvolvimento do parque desportivo e a formação desportiva têm sido as áreas de intervenção que mais se evidenciaram.

Na área das instalações desportivas, tem sido dada prioridade à construção de instalações em espaços escolares, de modo a permitir a sua utilização partilhada com o desporto federado em horário não coincidente com o período das actividades escolares.

Assim, no âmbito da política desportiva regional, pretende-se assegurar o acesso generalizado à prática desportiva, incentivar a competição regional, promover a excelência ao nível do desporto e explorar as potencialidades de promoção da imagem da Região através do desporto.

A concretização destes objectivos de política passa pelo desenvolvimento das **acções** seguintes:

- Prosseguir com a beneficiação de campos de futebol e a construção de piscinas, tanques de aprendizagem, ginásios e polidesportivos ao ar livre, destinados à utilização por desportistas de recreação ou federados;
- Continuar a assegurar a formação de técnicos ligados ao desporto, tentando abarcar áreas mais vastas, nomeadamente ao nível do dirigismo desportivo. Neste âmbito, salienta-se a existência de uma biblioteca técnica, disponível em horário alargado e acessível a todos os interessados, e de um posto público de acesso à Internet;
- Garantir a participação regular dos atletas e clubes desportivos madeirenses nas competições nacionais.

### **1.15. CULTURA**

No âmbito da cultura as intervenções têm-se centrado na preservação do património móvel e imóvel, na promoção de acções que visam a dinamização do sector museológico, no apoio a diversas realizações artísticas e culturais, e na dinamização das bibliotecas e arquivos. Todas estas intervenções realizam-se numa perspectiva de descentralização, indo de encontro aos objectivos delineados para o sector.

No que respeita ao património arquitectónico foi dada continuidade ao trabalho de classificação de diversos imóveis, não tendo sido descurada a valorização arquitectónica e cultural dos imóveis, bem como das próprias zonas adjacentes. Na área da construção vernácula prosseguiu o apoio à defesa e recuperação das casas de colmo e moinhos.

Na sequência da celebração de protocolos de cooperação com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), foram efectuadas obras de recuperação e restauro, diagnosticadas como mais urgentes, em vários imóveis classificados.

Está em curso a realização do Inventário do Património Arquitectónico da RAM com o apoio técnico da DGEMN, estando já disponíveis, via Internet, as fichas de mais de 80 imóveis, classificados, ou não.

No campo museológico, deu-se continuidade à recuperação do seu acervo e ao enriquecimento das colecções, designadamente nos Museus das Cruzes e de Arte Contemporânea. A programação de actividades e a existência de “serviços educativos” em alguns museus, permitiu uma maior afluência de público, sobretudo o jovem.

A oferta cultural ficou enriquecida com a reabertura ao público da Casa-Museu Frederico de Freitas, pela diversidade das suas colecções e possibilidade da consulta informática de espólio.

Na área das publicações e actividade editorial, destaca-se a “Revista Islenha”, as edições próprias da DRAC e o apoio à edição de obras privadas, visando a sua divulgação institucional.

Por forma a permitir uma resposta mais eficaz do serviço disponibilizado pelo Arquivo Regional da Madeira, foi dada especial atenção à progressiva informatização dos acervos documentais, tendo sido criados programas específicos para registo e consulta por áreas arquivísticas. Deu-se início à digitalização das colecções dos dois matutinos regionais. O projecto editorial do Arquivo foi ampliado e, para além do Boletim do Arquivo Histórico da Madeira, estão a ser inventariados e editados os registos paroquiais.

Quanto ao serviço de bibliotecas, são de referir a Sala de Documentação Contemporânea e a Biblioteca de Culturas Estrangeiras, utilizadas por públicos diferenciados e com características próprias. Neste campo foi dada continuidade à catalogação do acervo bibliográfico do Depósito Legal, com a possibilidade de consulta informática pelos utentes, assim como a pesquisa via Internet. Procedeu-se, ainda, à melhoria das instalações com a criação da “sala técnica” e ao aumento do espaço destinado à leitura.

Em matéria de animação e divulgação cultural, continuaram as iniciativas previstas em termos de exposições, conferências e concertos musicais. Nas artes plásticas, procurou-se uma

programação que preenchesse, ao longo do ano, a vocação das Galerias do Turismo e do Centro Edmundo de Bettencourt, no sentido de uma maior divulgação das obras de artistas madeirenses.

A Casa das Mudanças – Casa da Cultura da Calheta, conheceu este ano uma forte dinamização, ocorrendo exposições e outros eventos de grande alcance mediático-cultural.

Para além da realização do Festival de Música da Madeira promoveu-se, pela segunda vez, a versão regional do Festival “Sete Sóis, Sete Luas”, com a vertente atlântica “Raízes do Atlântico” vocacionada para a música de raiz tradicional.

Continuam a realizar-se anualmente as iniciativas de carácter regional, como é o caso dos encontros de orquestras de bandolins, dos festivais de floclore e de grupos corais.

É também de salientar o trabalho de investigação e o estudo historiográfico das Ilhas, desenvolvido pelo Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), e a realização de encontros temáticos e a edição de livros no sentido de promover a História da Madeira e das demais ilhas.

Assim, constituem **objectivos prioritários** da actuação para o ano de 2001:

- Reforço das identidades culturais (património, música tradicional, história e literatura insular);
- Cooperação na defesa do património e melhor articulação das iniciativas de carácter cultural, através de um relacionamento, baseado numa maior confiança e rigor, com autarquias, grupos, agentes e instituições da sociedade civil, designadamente a Igreja Católica;
- Dinamização do sector museológico e das bibliotecas e arquivos (e correspondente acervo cultural);
- Ligação a redes, organismos e institutos nacionais de carácter privado ou tutelados pelo Ministério da Cultura;
- Reforço das ligações com as comunidades madeirenses no mundo, apoiando as visitas de agentes e grupos culturais que actuem junto dos emigrantes e disponibilizando às “Casas da Madeira” diverso material cultural;

- Descentralização cultural.

Na prossecução destes objectivos, constituem principais **linhas de actuação**:

#### ***Património***

- Dar continuidade à realização do “Inventário do Património Arquitectónico” e promover a sua divulgação junto de público, designadamente, escolas e autarquias,
- Dar continuidade à elaboração de projectos integrados de recuperação e beneficiação do património móvel e imóvel, com ou sem apoio comunitário;
- Prosseguir com obras de recuperação e restauro nos casos de maior risco, nomeadamente na área do património histórico-religioso da RAM.

#### ***Na área dos museus***

- Dinamizar a divulgação dos espaços museológicos e das respectivas colecções.
- Dar continuidade ao restauro do espólio museológico e à aquisição de novas peças de modo a enriquecer as colecções;

#### ***Publicações***

- Editar/reeditar obras de referência e de mérito cultural no campo da historiografia, do ensaio e da literatura de carácter insular.

#### ***Arquivo e Bibliotecas***

- Prosseguir com o plano de informatização dos serviços e proceder à melhoria/conquista de espaços para o exercício das diferentes actividades.

#### ***Animação e Divulgação Cultural***

- Continuar uma política de descentralização cultural, nas áreas da música e das artes plásticas, seleccionando e promovendo iniciativas de qualidade;
- Apoiar a criação de associações de carácter cultural, capazes de estruturar projectos e de promover a diversificação das iniciativas culturais por toda a ilha;



- Promover a divulgação da cultura regional fora da Madeira, nos diferentes níveis da sua expressão;
- Prosseguir, no âmbito da CEHA, com actividades de investigação e divulgação, designadamente as relacionadas com a comemoração do 25º aniversário do estabelecimento de autonomia política da Madeira, constando de um programa de estudo, investigação e debate da História e Cultura da Madeira;
- No domínio do enquadramento legislativo e institucional do sector, prevê-se a regulamentação dos processos de candidatura a contratos-programa e a protocolos de cooperação, com a conseqüente criação de condições operacionais para a sua aplicação.

#### **1.16. COMUNIDADES MADEIRENSES**

Constituindo as nossas comunidades no estrangeiro um dos traços fundamentais da História da própria Região Autónoma e tendo em conta que a emigração definitiva é praticamente inexistente, o Governo Regional tem centrado a sua acção, em matéria de Comunidades Madeirenses, nos seguintes vectores essenciais:

- Acompanhamento permanente das condições em que ainda se processa alguma emigração com carácter temporário, pese embora a sua tendência decrescente, e apoio a acções tendentes a uma melhor integração dos emigrantes nos seus países de acolhimento; contactos permanentes com as respectivas autoridades e acções de informação e formação, de modo a ser assegurado com dignidade todo o processo emigratório;
- Manutenção e reforço de uma presença junto dos madeirenses emigrados, através do apoio ao seu movimento associativo e de uma informação que se pretende cada vez mais abrangente, usando-se para o efeito os canais próprios da RDP e RTP, que deverão reforçar a presença temática madeirense nos respectivos programas destinados às Comunidades, e as facilidades disponibilizadas pela Internet, bem como o contacto directo com vista à auscultação das suas principais preocupações;
- Ligação mais estreita no sentido de cativar os luso-descendentes, nomeadamente através de projectos culturais, académicos, artísticos, desportivos e outros, em articulação com entidades

públicas ou privadas vocacionadas para o efeito (“Cursos de Verão”, em parceria com a Universidade da Madeira e “Jogos Escolares”, em colaboração com a Secretaria Regional da Educação) e implementação de uma informação, tão ampla quanto possível entre os jovens da Madeira e os jovens das Comunidades e entre estes e a sua região de origem;

- Apoio ao Congresso e ao Conselho das Comunidades Madeirenses, órgãos consultivos do Presidente do Governo Regional que constituem na prática a reunião magna da família madeirense, privilegiando-se as recomendações emanadas e os necessários contactos com vista à continuação da criação de “lobbies” madeirenses no mundo, como forma de afirmação da própria Região Autónoma; participação em iniciativas junto a departamentos regionais e internacionais que contemplem a temática das migrações.

### **1.17. SAÚDE**

No sector da Saúde processaram-se, nos últimos anos, algumas mudanças importantes em diversas áreas, nomeadamente ao nível de equipamentos, de serviços, de recursos humanos e de acessibilidade.

A rede pública actualmente existente é composta por cerca de 50 centros de saúde, que desenvolvem a sua actividade essencialmente na área dos cuidados de saúde primários, e por duas unidades hospitalares, que constituem o Centro Hospitalar do Funchal e que actuam ao nível dos cuidados de saúde diferenciados.

O número de camas por 1000 habitantes era de 8 em 1997.

O número de profissionais de saúde registou, no mesmo período, um forte incremento com excepção do número de médicos. Com efeito, o número de médicos por 1000 habitantes denota uma ligeira melhoria passando de 1,42 em 1990, para 1,56 em 1997.

A situação a nível de indicadores de saúde evidencia uma evolução favorável das condições de saúde da população. No entanto, alguns indicadores indiciam a necessidade de reforço de acções junto da população idosa, cujas exigências serão cada vez maiores devido ao aumento da esperança de vida.

Como resultado da vigilância efectuada nos centros de saúde destaque-se a diminuição dos níveis de mortalidade infantil em 6 pontos percentuais, situando-se em 4,3 por cada 1000 nados vivos em 1999.

Na área de Saúde Pública constituem, portanto, objectivos prioritários para 2001:

- Continuar com as obras de remodelação e beneficiação do parque imobiliário do Centro Regional de Saúde, por forma a conceder uma maior funcionalidade aos espaços existentes;
- Dar um relevo especial ao sistema de informação da saúde no sentido de uma cabal resposta às expectativas dos cidadãos e ao direito que possuem de serem tratados individualmente e com respeito pelos seus valores e confidencialidade;
- Promover a saúde e prevenir a doença com a continuidade dos programas de rastreio do cancro da mama e do colo do útero, de controlo da diabetes mellitus, de rastreio da retinopatia diabética, dos programas de saúde materno-infantil, e de saúde oral, do combate ao alcoolismo, e dos programas de prevenção e luta contra o tabagismo “Vamos Crescer Sem Fumar”, de redução do consumo de álcool e de “Investigação & Desenvolvimento”;
- Promover a melhoria da prestação de cuidados na comunidade que inclui acções curativas e de promoção da saúde ao domicílio à população adulta e incapacitada;
- Apetrechar os Centros de Saúde e as pequenas unidades de cuidados de saúde, com equipamentos novos e específicos para a implementação dos novos programas de saúde e adquirir equipamentos básicos de uso corrente, com vista à continuidade dos cuidados básicos de saúde.

O Centro Hospitalar do Funchal, debate-se há vários anos com determinados problemas na área dos equipamentos hospitalares, que nalguns casos ultrapassaram o seu tempo útil de vida, reclamando a sua substituição mais ou menos urgente.

Assim, após todos estes anos continuam a ser **medidas prioritárias**:

- A melhoria e ampliação das instalações do Serviço de Urgência, e que implica a transferência do Laboratório do Serviço de Imuno-Hemoterapia;

- A transferência do Hospital de Dia de Hemato-Oncologia;
- A transferência da Unidade de Hemodiálise e do Serviço de Medicina Física e Reabilitação para novas instalações;
- A reestruturação e remodelação das instalações do Hospital Dr. João de Almada;
- A construção, remodelação e adaptação de instalações com a vista à criação de condições mais funcionais e à resolução de algumas situações críticas verificadas no âmbito dos serviços de apoio geral, designadamente no arquivo clínico central, armazéns, serviço de instalações e equipamentos, cozinha e lavandaria;
- A construção de um Pavilhão Hospitalar Complementar que deverá incluir a construção de um auto-silo e de uma zona destinada à reinstalação de diversos serviços.

#### **1.18. SEGURANÇA SOCIAL**

A Segurança Social na Madeira tem vindo a aproximar-se dos seus grandes objectivos de aumento da coesão social e de reforço da solidariedade social, intervindo nas comunidades locais e com elas, criando novas estruturas e formas de trabalho, descentralizando serviços e promovendo parcerias locais.

A política de Segurança Social para o ano de 2001 será orientada de acordo com as seguintes **linhas de actuação:**

- Promover a criação e desenvolvimento da iniciativa particular e privada, no sentido de apoiar os grupos mais desfavorecidos;
- Incrementar a aproximação ao cliente da Segurança Social e ao cidadão em geral, tendo em vista um sistema de Solidariedade e Segurança Social eficiente, eficaz e de qualidade, onde se aposte na associação entre “mais informação” e “melhor imagem”;
- Promover um conhecimento mais aprofundado das realidades sociais, permitindo uma intervenção mais eficaz;

- Reforçar o apoio aos grupos sociais com carências específicas como as crianças e os jovens de risco, as mulheres vítimas de violência, os sem abrigo e os idosos;
- Dar prioridade à criação e desenvolvimento de estruturas e serviços que apoiem o crescente número de pessoas dependentes;
- Reforçar o conceito de parceria e participação no trabalho com as comunidades locais;

### **1.19. DEFESA DO CONSUMIDOR**

A protecção dos consumidores, especialmente no que concerne à defesa dos seus legítimos direitos e interesses, continua merecendo especial atenção por parte do Governo Regional.

No âmbito deste sector, constituem **linhas de intervenção** prioritárias a desenvolver no ano de 2001:

- O desenvolvimento, pelo Serviço de Defesa do Consumidor, de acções de informação, formação e educação dos consumidores, em particular, e dos agentes económicos, em geral, no pressuposto de que o conhecimento mútuo dos respectivos direitos e deveres contribuirá para a redução da conflitualidade e para a concretização de um mercado de qualidade e de segurança. Neste sentido, este serviço actuará em estreita colaboração com os organismos fiscalizadores, na perspectiva de assegurar a protecção dos interesses e direitos dos consumidores;
- A resolução extrajudicial e a mediação dos Conflitos de Consumo;
- O desenvolvimento de acções que contribuam para a formação de cidadãos conscientes, participativos e activos, no quadro dos seus direitos/deveres, quer na qualidade de consumidores, quer como cidadãos em geral;
- O desenvolvimento de diversas iniciativas, de modo a divulgar informação especializada, através, nomeadamente, de acções na comunicação social, junto de escolas, associações empresariais e da sociedade civil, entre outras;

- A realização de acções de formação superior e qualificantes, com destaque para uma pós-graduação em Direito do Consumo, na sequência de protocolo estabelecido com a Universidade de Coimbra;
- A produção de material de informação especializado, para distribuição aos consumidores em geral e para apoio aos profissionais da área;
- A promoção de seminários temáticos e realização anual das Jornadas sobre Consumo;
- A participação em feiras ou eventos similares que permitam uma maior difusão de informação e aproximação dos serviços ao consumidor;
- O apoio técnico a consumidores, na prevenção/resolução das situações de conflito, ou no âmbito de outros interesses dos consumidores;
- O apoio a estruturas autónomas de protecção dos direitos do consumidor e o fomento de associações dos consumidores;
- A melhoria dos instrumentos tecnológicos, científicos e do conhecimento existentes no Centro de Documentação do Serviço de Defesa do Consumidor, de modo a que o mesmo possa desempenhar um papel informativo, formativo e educativo, adequado às necessidades dos consumidores e aos desafios da sociedade de consumo;
- O incremento das acções de fiscalização, por parte da Inspeção Regional das Actividades Económicas, no sentido da salvaguarda, cada vez mais efectiva, da saúde e segurança dos consumidores.

## **1.20. HABITAÇÃO E URBANISMO**

A Região, apesar da considerável recuperação dos últimos 20 anos, apresenta ainda um défice estrutural no sector de habitação.

Os factores que têm condicionado negativamente o acesso à habitação resultam, sobretudo, de importantes constrangimentos ligados ao elevado custo de construção, o que deriva, em grande medida, da escassez de solos, de estruturas morfológicas e orográficas difíceis, da elevada densi-

dade populacional e do elevado custo dos materiais importados. Estima-se que, na Região, o custo da construção deverá ser superior em cerca de 35% à média do Continente.

No sentido de fazer face aos problemas habitacionais mais prementes, tem vindo a ser desenvolvida uma política pública de apoio à habitação, visando particularmente as famílias mais carenciadas, através da construção para arrendamento social.

A intervenção pública tem-se dirigido também a famílias de rendimentos intermédios, através do apoio a cooperativas de habitação, da cedência de terrenos em direito de superfície para auto-construção, da alienação de fogos aos inquilinos e de apoios aos particulares através do PRID e do Regime de Apoio à Valorização da Paisagem (RAVP).

Para além das iniciativas com vista a produzir mais habitação, impõe-se o incremento das iniciativas dirigidas à revitalização e reabilitação do parque habitacional público e privado e, em simultâneo, de iniciativas ao nível das infraestruturas públicas e equipamentos sociais, com o objectivo de integrar socialmente as populações carenciadas num processo de resposta global a problemas de natureza sócio-económica.

Na sequência da política sectorial desenvolvida, prosseguir-se-á no ano de 2001 com as seguintes **medidas**:

- **Intervenção habitacional integral** através da política de fomento da habitação social promovida pelo Governo Regional - IHM ou pelos municípios, destinada ao arrendamento pelos agregados familiares com fracos recursos económicos e carências habitacionais mais imediatas. Para além da disponibilização dos fogos sociais, continuar-se-á a dotar os empreendimentos de infra-estruturas e equipamentos sociais complementares, com vista à integração das populações realojadas;
- **Intervenção habitacional complementar**, alternativa à habitação social, reforçando as condições para que as famílias pertencentes a segmentos de rendimento intermédios resolvam com a ajuda pública o seu problema habitacional, no sentido de adquirir, construir ou arrendar habitação e de criar condições de habitabilidade através da reabilitação da habitação.

Com o objectivo de desenvolver esta acção complementar, estão previstas várias **medidas alternativas**, nomeadamente:

- Apoio a cooperativas de habitação económica;
- Apoio a empresas construtoras de habitação económica;
- Cedência de terrenos, em direito de superfície, para auto-construção;
- Alienação de fogos de habitação social aos inquilinos;
- Apoio a famílias na reabilitação das suas habitações, alargando o âmbito de intervenção dos actuais programas PRID e RAVP;
- Desenvolvimento de programas de incentivos ao arrendamento, permitindo deste modo o alargamento do mercado privado de arrendamento;
- **Intervenção habitacional integrada** através de medidas visando o reordenamento, revitalização e reabilitação do parque habitacional público e privado, incluindo o desenvolvimento de iniciativas ao nível das infra-estruturas públicas e equipamentos sociais, com vista a integrar socialmente as populações carenciadas num processo de resposta a outros problemas de natureza social;

Neste âmbito a política habitacional exigirá a implementação de **medidas integradas**, nomeadamente:

- Implementação de acções concretas de apoio à integração sócio-económica das famílias, envolvendo as áreas de protecção social, saúde, educação e emprego;
- Promoção e fomento da integração urbanística e paisagística do parque habitacional público e privado, envolvendo em especial as áreas do urbanismo, ambiente e municípios, para, eventualmente, se virem a definir novos núcleos de desenvolvimento urbano ou a melhorar os núcleos existentes;
- Promoção e fomento da gestão habitacional pública e privada nos domínios da administração, conservação e reabilitação.



A par das intervenções do domínio da habitação nas suas diferentes vertentes, que contribuirão para a atenuação da pressão urbanística existente, pretende-se assegurar um desenvolvimento harmonioso do tecido urbano global, de modo a garantir uma boa vivência urbana e contribuir para a coesão social.

Devido a factores geográficos, económicos e administrativos, o padrão de povoamento apresenta acentuadas diferenciações no espaço regional, ocorrendo, paralelamente, um tipo de povoamento muito disperso e fragmentado e uma excessiva concentração no litoral Sul e, mais acentuadamente, no espaço central polarizado pelo Funchal. Este aglomerado urbano concentra cerca de 45% da população.

Na ilha do Porto Santo, o tecido urbano encontra-se disperso e degradado, devido ao crescimento anárquico gerado à margem da produção de solo urbano organizado.

Investimentos estruturais recentes (ampliação do Aeroporto, Zona Franca Industrial e zonas de localização de actividades fora do Funchal) estão a alargar, principalmente para a zona leste, a dinâmica territorial. A construção dos eixos viários estruturantes contribuirão para um funcionamento mais equilibrado do território e o desenvolvimento da rede urbana.

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e o Plano de Ordenamento Turístico, em fase de conclusão, permitirão disciplinar e enquadrar as intervenções no território e, em particular, no litoral, no sentido de promover um desenvolvimento mais equilibrado do território e a valorização ambiental.

A estratégia a imprimir nesta área no âmbito do PIDDAR 2001 visa, nomeadamente:

- A criação de condições para a utilização equilibrada do espaço regional;
- A promoção da desconcentração do aglomerado urbano do Funchal e do desenvolvimento da rede urbana definida no POTRAM;
- A promoção de uma gestão prudente da orla costeira e uma utilização racional do litoral;

Nesta base, constituem **linhas de actuação** prioritária para 2001:

- Promover o ordenamento urbano e territorial, melhorando os equilíbrios espaciais;
- Promover a integração das funções urbanas, como elemento de coesão social;
- Melhorar a qualidade de vida das populações, nomeadamente, das zonas urbanas e sub-urbanas;
- Garantir a todo o território regional o acesso a determinados serviços e a determinados padrões de qualidade de vida;
- Requalificar o património edificado;
- Promover a defesa e gestão integrada do litoral;
- Promover a acessibilidade marítima no litoral;
- Promover a exploração sustentável dos recursos vivos e não vivos;
- Garantir a qualidade biológica das águas do litoral.

### **1.21 AMBIENTE**

A Madeira possui ecossistemas naturais de grande importância, quer para a sobrevivência da sua população, quer enquanto recurso genético e de material de estudo à escala mundial.

Destaque especial merece a Floresta Laurissilva, Reserva Biogenética do Conselho da Europa e Património Mundial Natural da UNESCO.

As Ilhas Desertas e as Ilhas Selvagens constituem também motivos de orgulho para a Região, não só pelo património natural que encerram, mas também pelo trabalho de preservação da Natureza que ali se tem vindo a realizar, sendo detentoras, as primeiras, da classificação de Reserva Biogenética do Conselho da Europa e, as segundas, do Diploma Europeu para Áreas Protegidas, atribuído pelo mesmo organismo.

Estes reconhecimentos internacionais vêm atrair as atenções de um público cada vez mais consciente dos problemas que actualmente se vivem em termos ambientais, mas também mais exigente em termos da qualidade dos produtos que lhes são oferecidos. Se atendermos ao facto

de estar a aumentar o tempo que as populações dos países desenvolvidos podem dedicar ao lazer, fácil é perceber o potencial económico que as zonas naturais encerram em termos turísticos.

Nesta perspectiva é importante não esquecer, contudo, os riscos que decorrem de uma utilização excessiva dos ecossistemas mais frágeis, pelo que, uma programação cuidadosa das actividades permitidas e a sensibilização e educação das populações, é fundamental.

A União Europeia tem vindo a acompanhar a evolução mundial no sector, com a aprovação de diversas directivas e regulamentos que obrigam os Estados Membros a adoptar estratégias de desenvolvimento sustentado, sob pena de sofrerem penalizações. O estabelecimento da Rede Natura 2000 e a adopção da Convenção sobre a Biodiversidade, vieram impôr aos vários países regras de conduta a respeitar por todos. Na Região Autónoma da Madeira existem 11 Sítios de Importância Comunitária que integram a Rede Natura 2000, os quais deverão ser alvo, obrigatoriamente, do esforço prioritário de conservação por parte da administração pública.

Uma das grandes preocupações actuais com os espaços naturais da Região é a disseminação de espécies não indígenas, quer da fauna quer da flora. Para prevenir problemas nesta área, foi publicado em 1999 um diploma regional que regula a introdução de espécies não indígenas da fauna no território da RAM, havendo, contudo, que dar igualmente atenção ao controlo e/ou erradicação de espécies de flora exóticas com características invasoras, que se começam a constituir como uma ameaça séria aos ecossistemas insulares.

Intervenções igualmente importantes no que se refere à preservação dos valores ambientais têm sido levadas a cabo com a construção e o reforço de infraestruturas ligadas à prevenção de riscos de erosão e de catástrofes naturais, ao saneamento básico, à gestão dos resíduos, à preservação e gestão dos recursos hídricos e à requalificação da paisagem.

Os cursos de água da Ilha da Madeira, devido à orografia e geologia da Ilha, caracterizam-se por terem extensões pouco superiores a 10 Km descendo de altitudes muito elevadas, com declives entre os 30 e os 40%, na parte inicial, e entre 4 e 10% próximo do nível do mar, o que traduz, em épocas de maior pluviosidade, o seu carácter torrencial e a ocorrência de situações adversas e muitas vezes catastróficas, havendo que intervir “ex-ante” em acções de canalização, regularização e desassoreamento do leito das ribeiras.

No que respeita à drenagem e destino final de águas residuais, os Concelhos do Funchal, Câmara de Lobos e Santa Cruz estão actualmente dotados de sistemas de destino final de efluentes, de modo a evitar a contaminação dos meios receptores.

A melhoria das condições de acessibilidade e desenvolvimento de redes de abastecimento de água que, no período 2000/2006, beneficiarão a quase totalidade dos agregados populacionais, irão provocar maiores exigências no que respeita à drenagem e destino final de águas residuais. A uma diminuição do número de habitações isoladas, corresponderá um aumento de núcleos populacionais junto às estradas e caminhos municipais que, por si justificam redes de águas residuais próprias, com destino final constituído por ETAR's compactas ou ligação a destinos finais comuns a outros sistemas.

O problema da gestão dos resíduos, que afecta generalizadamente as modernas concentrações urbanas, coloca-se com particular relevância em regiões insulares com as características e as especificidades da Madeira, devido, nomeadamente, às suas especificidades geográficas, à distribuição da população e à reduzida dimensão do mercado local para viabilizar algumas soluções de reciclagem.

A intervenção pública neste domínio visa sobretudo proporcionar uma gestão ambientalmente adequada e simultaneamente eficiente dos resíduos, através da implementação de um sistema integrado de tratamento e valorização, incluindo soluções de tratamento e deposição de resíduos tecnologicamente testados e verificando exigentes requisitos de qualidade ambiental.

O reforço das infra-estruturas ambientais, nomeadamente as relacionadas com o saneamento básico, a gestão dos resíduos, a preservação e a gestão dos recursos hídricos, a prevenção de riscos de erosão e de catástrofes naturais, a requalificação da paisagem, a melhoria do ambiente urbano e rural, o combate à poluição marítima, a protecção de zonas do litoral e uma maior consciencialização e participação mais activa e responsável da população e dos agentes económicos para a conservação e melhoria da qualidade ambiental, constituem no contexto da Região, linhas de actuação de grande importância para um desenvolvimento sustentável.

As principais medidas e acções a concretizar em 2001 são, por grandes domínios, os seguintes:

### Legislativo/Institucional

- Aprovar um plano de gestão e ordenamento para a área protegida denominada “Parque Natural da Madeira”, fruto de um melhor conhecimento das áreas naturais e das alterações entretanto havidas desde a sua criação em 1982;
- Propôr um modelo de gestão para o uso de percursos pedonais, que actualmente já são alvo de grande procura, não só para prevenir situações de rotura, mas também para aumentar a sua segurança e transformar o potencial económico dessa actividade em benefícios reais para as populações locais;
- Prosseguir a política de aquisição de terrenos do domínio privado que tenham interesse para a conservação de espécies e habitats vulneráveis;
- Dinamizar as actuações no âmbito da CITES (Convenção para o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) e da Convenção de Berna (Convenção relativa à Protecção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa), por forma a esclarecer o público sobre os inconvenientes da introdução de determinadas espécies exóticas no meio insular e controlar o tráfico ilegal;
- Aumentar os efectivos de técnicos no serviço para dar resposta ao aumento de competências e das áreas de actuação;
- Prosseguir no esforço de manutenção do reconhecimento internacional para o património regional, nomeadamente através das classificações da UNESCO e do Conselho da Europa;
- Cumprimento dos princípios orientadores do PERRAM - Plano Estratégico e Resíduos da RAM -, através, nomeadamente da prevenção da produção de resíduos, da redução da quantidade de resíduos a confinar, da sensibilização das populações e aplicação do princípio da responsabilidade partilhada e da procura de soluções de tratamento eficazes e ambientalmente correctas;

### Infraestruturas

- Criar novos centros de apoio às diversas áreas protegidas que possam funcionar, simultaneamente, como suportes da fiscalização e locais de recepção do público para educação ambiental e ecoturismo e melhorar os já existentes;
- Prossecução das acções em curso no âmbito da correcção torrencial e regularização dos cursos de água visando a atenuação dos riscos de cheias e o aumento da segurança das zonas urbanas, a valorização social dos terrenos marginais aos cursos de água e a protecção do património edificado;
- Prosseguimento da construção de interseptores de águas residuais, reformulação de sistemas de tratamento e elaboração de estudos visando a satisfação das actuais carências no sector, tendo em conta o cenário da evolução previsível descrita e o cumprimento da Directiva do Conselho nº 91/271/CEE, transposta para o direito interno pelo Dec. Lei nº 152/97.

### Investigação Aplicada

- Promover o estado de conservação dos nossos espaços naturais com a erradicação (ou controlo) e monitorização de espécies invasoras ou que possam vir a constituir-se como ameaça, com implementação de uma Estratégia Regional de Protecção à Floresta Laurissilva;
- Apoiar os estudos que visam o melhor conhecimento do nosso património natural, quer a nível de espécies quer de habitats.

### Sensibilização das Populações e do Desenvolvimento Rural

- Diversificar as estratégias de educação e sensibilização ao dispôr da população escolar e alargá-las igualmente ao resto da população residente e aos turistas;
- Promover a criação de uma imagem forte para o “Parque Natural da Madeira”, divulgando os objectivos e os resultados dos projectos já realizados, em curso ou a executar, por forma a granjear o apoio da população;

- Promover medidas de conciliação entre as actividades agrícolas e a conservação da natureza;
- Apoiar as formas de agricultura respeitadoras do meio ambiente, nomeadamente a agricultura biológica;
- Incentivar a canalização de mais recursos financeiros para as áreas rurais importantes para a conservação da paisagem, através do apoio a actividades complementares da agricultura, como são o turismo e o artesanato.

#### Formação Profissional e Divulgação

- Promover a participação dos técnicos em cursos de formação para actualização dos seus conhecimentos, e em seminários e workshops para divulgação dos projectos regionais;
- Organizar acções de formação temáticas para guias turísticas, professores, etc, os quais, pela sua inserção estratégica na comunidade, servirão de elemento multiplicador dos conceitos transmitidos.

### **1.22 MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Relativamente à organização e funcionamento do aparelho administrativo do Governo Regional, a estratégia seguida tem procurado pautar-se pela modernização da Administração Pública, por forma a colocá-la, com maior eficácia e eficiência, ao serviço dos cidadãos e agentes económicos.

Deste modo, e tendo em vista a promoção da qualidade na Administração Pública, dar-se-á sequência, durante o ano de 2001, a um conjunto de medidas, de que se destacam:

- a promoção de acções de formação e aperfeiçoamento do pessoal afecto aos vários departamentos da Administração Regional;
- a implementação de acções de actualização e de ampliação dos meios informáticos dos diversos organismos da Administração Pública, destacando-se neste âmbito o prosseguimento dos projectos: GEDAP (Gestão Electrónica de Documentos da Administração Pública),

RIGRAM (Rede Integrada do Governo Regional da RAM) e SEG (Serviço Electrónico do Governo);

- a elaboração de inquéritos de âmbito regional e nacional, a edição de novas publicações estatísticas e a criação de sistemas de informação, tendo em vista o conhecimento actualizado da realidade regional;
- o desenvolvimento de projectos de cooperação nomeadamente com as RUP's;
- A construção/beneficiação de edifícios do Governo Regional.

Com o **objectivo** de implementar um serviço de atendimento ao cidadão, onde este possa tratar de todos os assuntos relacionados com a Administração Pública com um máximo de eficácia e um mínimo de demora, prevê-se a criação, no Funchal, de uma Loja do Cidadão onde funcionarão, em espaço integrado, os principais organismos prestadores de serviços públicos, incluindo algumas empresas públicas.

As crescentes exigências da população no capítulo da segurança implicam a existência de estudos que permitam prever algumas situações de risco e a tomada de medidas no sentido de atenuar as suas consequências e de alertar convenientemente todos os interessados e intervenientes.

Alguns riscos relativamente recentes provocados pelo crescente desenvolvimento, como por exemplo os túneis, e outros, antigos, mas agravados pela cada vez maior pressão das populações, como sejam as estruturas de solos e as características geológicas, hidrológicas e geomorfológicas, necessitam de, serem convenientemente inventariados e estudados, em colaboração com a Universidade e instituições técnicas.

Da mesma forma, os recursos existentes, humanos e materiais, necessitam de investimento, quer na formação e aperfeiçoamento, quer na substituição de equipamentos obsoletos por outros, que permitam optimizar a sua actuação e potencializar os recursos técnicos existentes.

No sentido de assegurar uma maior eficácia na protecção e segurança aos cidadãos constituem **objectivos** da política de protecção civil regional:



- Fomentar a colaboração com a Universidade e institutos técnicos para o desenvolvimento dos estudos sectoriais necessários;
- Envidar esforços no sentido da regulamentação da Lei de Bases da Protecção Civil;
- Proceder à criação dos Serviços Municipais de Protecção Civil e dos Planos Municipais de Emergência;
- Prosseguir a execução do sistema integrado de comunicações;
- Proceder à renovação de algum equipamento de intervenção e à criação do campo-escola;
- Desencadear acções de formação no sentido do desenvolvimento das várias competências indispensáveis na actuação dos vários departamentos do Governo Regional.



**2. POLÍTICA  
DE  
INVESTIMENTOS**



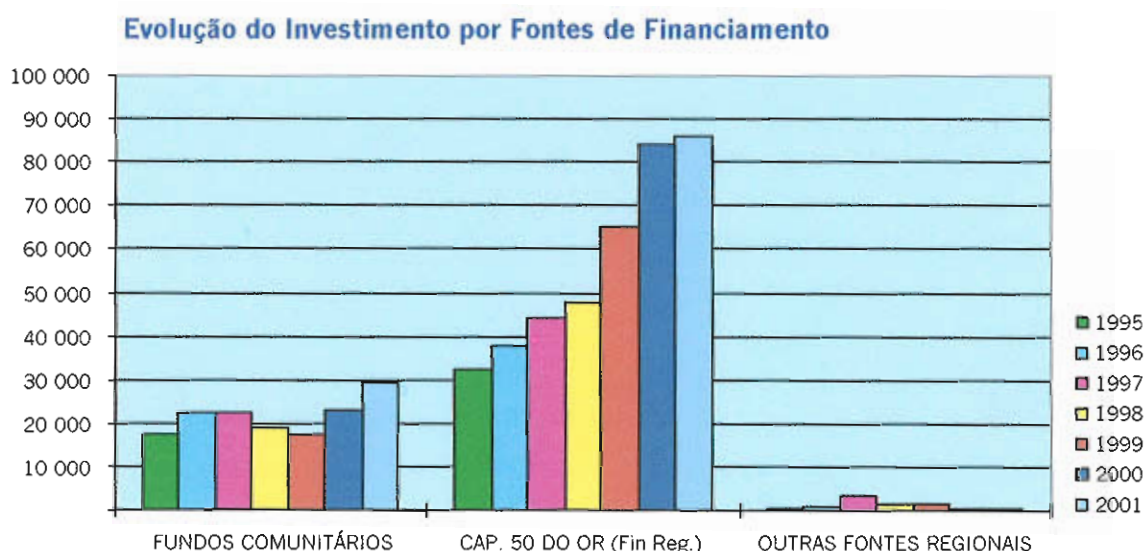
## 2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O PIDDAR 2001 integra intervenções cuja execução envolverá um volume de despesa de 116 039 279 contos. Este valor corresponde a um acréscimo de 8% em relação à dotação inicial do PIDDAR 2000.

Fontes de Financiamento	PIDDAR 2001		PIDDAR 2000		Variação 2000-2001
	Mil contos	Estrutura %	Mil contos	Estrutura %	
<b>Cap. 50 - Financiamento Regional</b>	<b>85 962</b>	<b>74,1</b>	<b>84 286</b>	<b>78,3</b>	<b>2,0%</b>
Não cofinanciado	64 752	75,3	72 027	85,5	-10,1%
Contrapartida Interna	21 210	24,7	12 259	14,5	73,0%
<b>Outras Fontes (Regionais)</b>	<b>561</b>	<b>0,5</b>	<b>720</b>	<b>0,7</b>	<b>-22,1%</b>
<b>Fundos Comunitários</b>	<b>29 516</b>	<b>25,4</b>	<b>22 670</b>	<b>21,0</b>	<b>30,2%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>116 039</b>	<b>100,0</b>	<b>107 676</b>	<b>100,0</b>	<b>7,8%</b>

O investimento a efectuar será financiado em cerca de 75% por fundos regionais, os quais registarão um ligeiro acréscimo (+2%) relativamente ao ano transacto. Cerca de 25% do financiamento regional destina-se a contrapartidas de financiamento comunitário.

Os fundos comunitários, que representarão mais de 25% do financiamento total, registarão, relativamente a 2000 um forte acréscimo (+30%), devido sobretudo à consolidação da execução do POPRAM III durante o ano 2001.



Relativamente à programação, por Departamentos do Governo Regional, da despesa que integra o PIDDAR, é de destacar o seguinte:

- ⇒ as intervenções da responsabilidade da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, na área da construção civil e obras públicas, envolvendo elevados custos de execução, representam cerca de metade do valor total do PIDDAR;
- ⇒ em termos de volume de despesa prevista, seguem-se a Sec. Reg. do Ambiente e Recursos Naturais, onde se relevam o apoio ao sector primário, a promoção da defesa e conservação ambiental e as infraestruturas de saneamento básico, a Sec. Reg. da Educação, com o seu contributo para a Valorização dos Recursos Humanos e a implementação, na Região, da Sociedade da Informação, a Vice Presidência do Governo Regional, a quem compete conceder os apoios ao sector empresarial, e as Secretarias Regionais do Turismo e Cultura, dos Assuntos Sociais e dos Recursos Humanos.

Áreas de Actuação	Valor (mil contos)	(%)
Sectores Produtivos	13 362	12
Acessibilidades	43 804	38
Valorização dos Recursos Humanos	22 559	19
Habitação Urbanismo e Ambiente	21 973	19
Saúde e Segurança Social	3 145	3
Sectores de Apoio	3 996	3
Investimentos Municipais	7 200	6
<b>TOTAL</b>	<b>116 039</b>	<b>100</b>

No conjunto do PIDDAR destacam-se as despesas relacionadas com a construção e conservação de infraestruturas rodoviárias, com vista a promover as acessibilidades intra-regionais.

Relativamente à melhoria da acessibilidade com o exterior, o investimento público é complementado com o investimento privado, no contexto da descentralização de competências tornada possível com a criação das sociedades anónimas ANAM, S.A. e APRAM, S.A..

Cerca de 36% do montante global da despesa destina-se ao conjunto dos sectores que contribuem para a Valorização dos Recursos Humanos (Educação, Formação Profissional, Desporto, Emprego e Cultura) e ao sector da Habitação e Urbanismo.

Seguem-se, por ordem decrescente do montante atribuído, os Sectores Produtivos, com destaque para o sector agrícola e apoios ao tecido empresarial, os Sectores de Apoio, que englobam acções de carácter horizontal contribuindo para a promoção da inovação, investigação, desenvolvimento tecnológico, sociedade de informação e modernização administrativa, e, finalmente, os sectores da Saúde e da Segurança Social.

No sentido de assumir os compromissos estabelecidos com as Autarquias Locais através de assinatura de contratos - programa, o Governo Regional prevê a transferência de um montante financeiro no valor de 7,2 milhões de contos. Esta verba destina-se a apoiar os municípios em investimentos não cofinanciados pela União Europeia, mas indispensáveis sobretudo para a melhoria das acessibilidades locais.

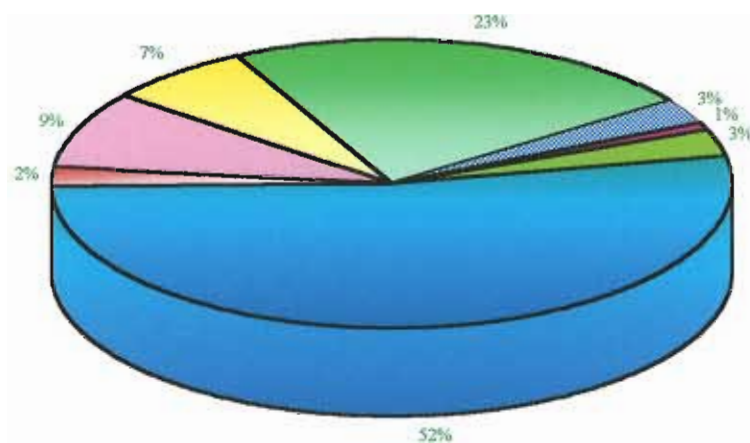
O Quadro II – “Repartição Sectorial do Investimento por Fontes de Financiamento” e o Gráfico correspondente, evidenciam, sectorialmente, o maior ou menor contributo dos Fundos Comunitários para o investimento a efectuar na Região.

Em termos absolutos, o financiamento comunitário previsto, no valor de 29,5 milhões de contos, canalizar-se-à prioritariamente para a Valorização dos Recursos Humanos.

As “Acessibilidades” absorverão 27% das verbas comunitárias seguindo-se a “Habitação, Urbanismo e Ambiente” e os “Sectores Produtivos”.



REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL  
— 2001 —



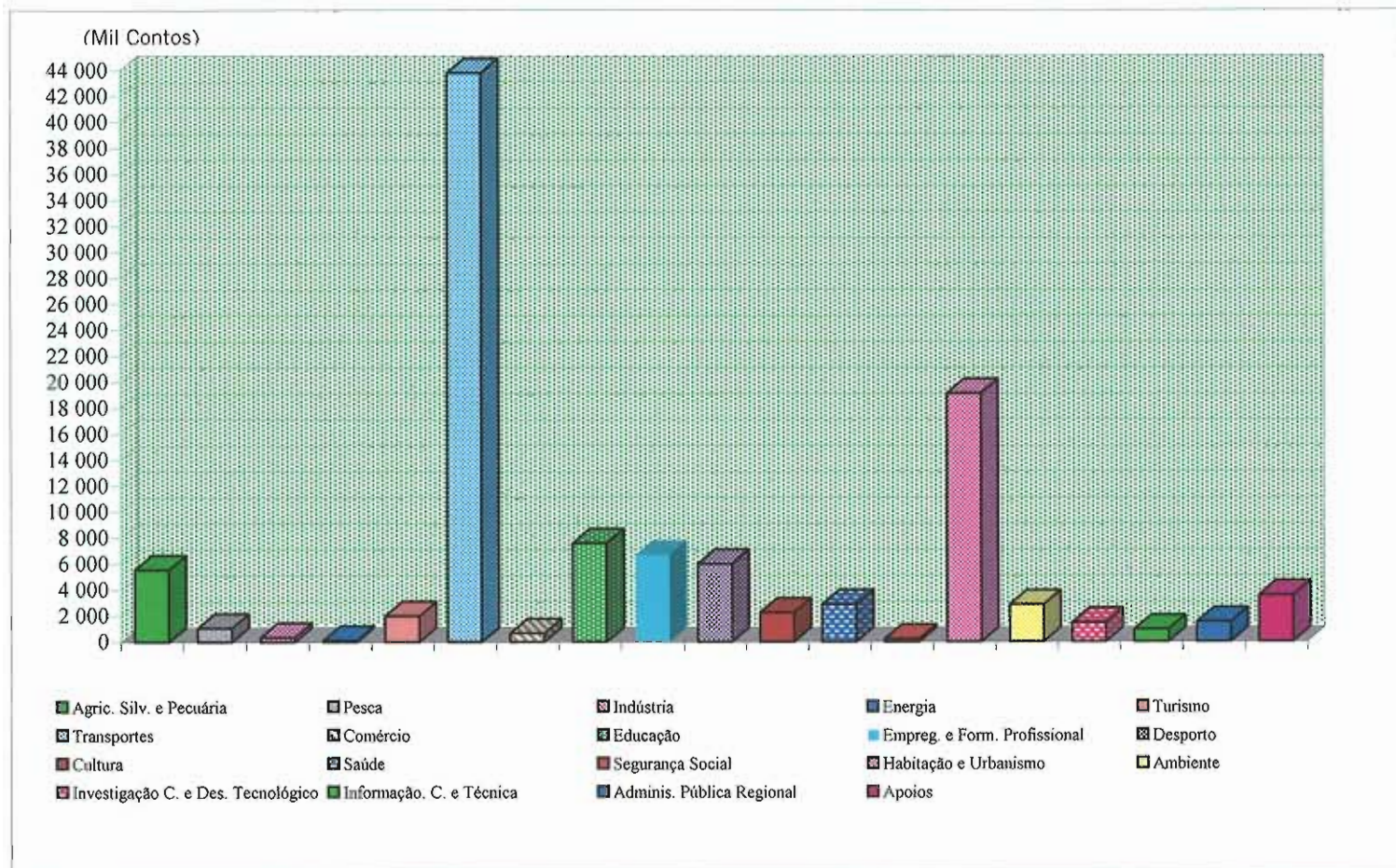
- Vice-Presidência
- Recursos Humanos
- Turismo e Cultura
- Equip. Social e Transportes
- Assuntos Sociais
- Educação
- Plano e Finanças
- Ambiente e Rec. Naturais





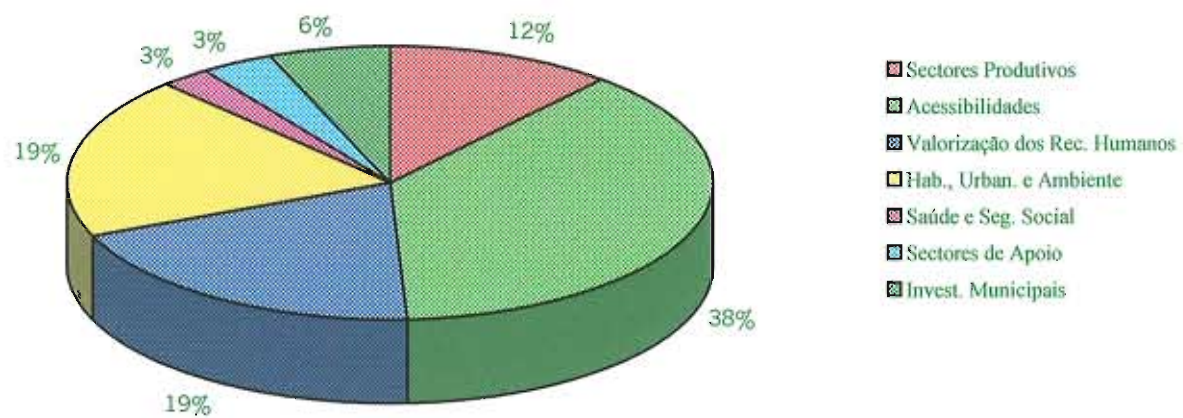
## REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO

— 2001 —



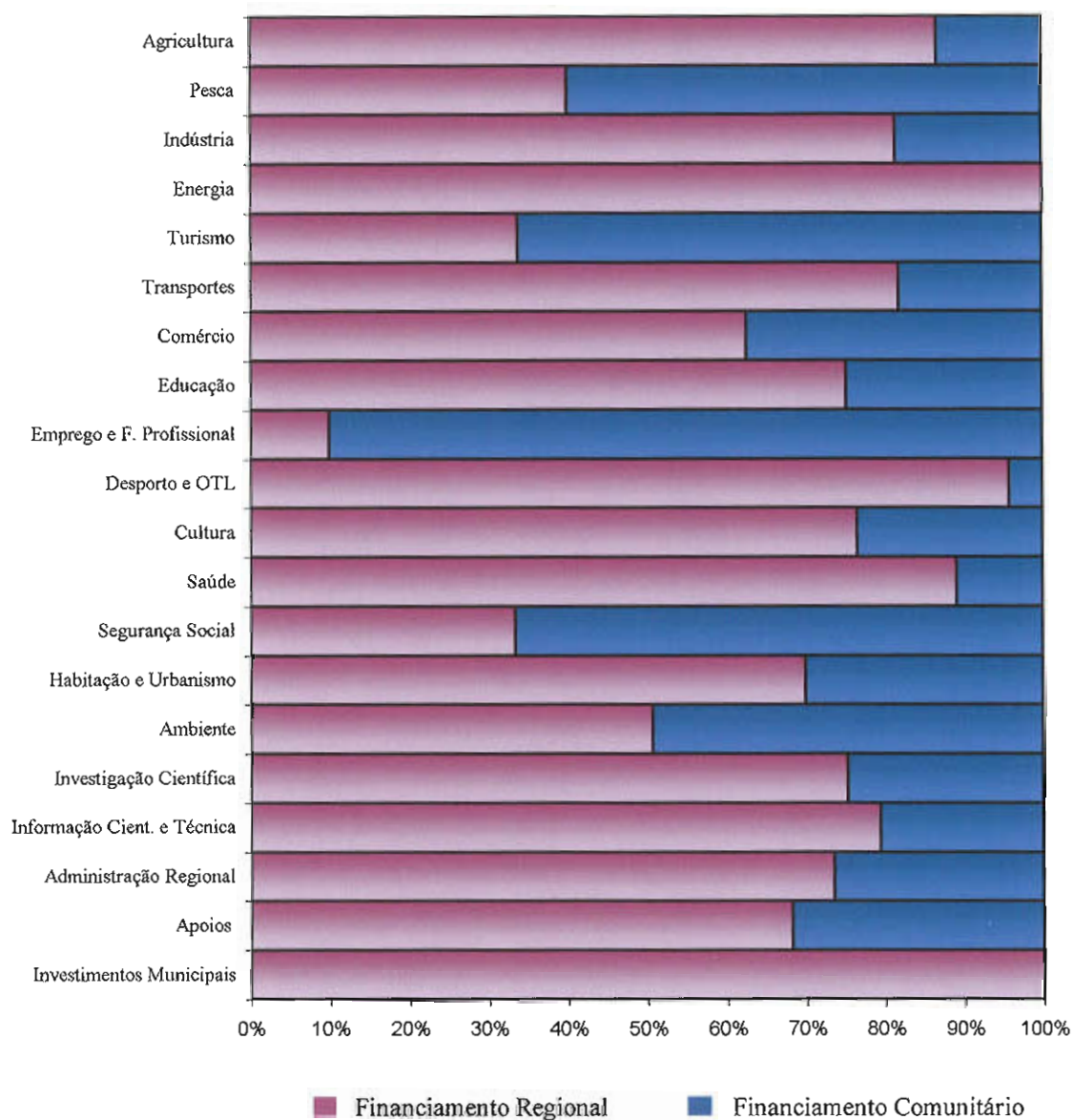


REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR ÁREAS DE ACTUAÇÃO  
— 2001 —





### Repartição Sectorial do Investimento por Fontes de Financiamento -2001-





QUADRO I

DISTRIBUIÇÃO POR SECTORES / DEPARTAMENTOS

(contos)

SECTORES	DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL								TOTAL	
	Viçe-Presidência do Governo	Recursos Humanos	Turismo o Cultura	Equipamento Social e Transportes	Assuntos Sociais	Educação	Piano o Finanças	Ambiente o Recursos Naturais		
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	4 125 164	1 016 750	3 050 619	58 597 500	2 911 110	13 519 124	7 537 331	25 281 681	116 039 279
	<b>CAP. 50</b>	2 982 664	986 900	3 050 619	58 566 500	2 115 685	9 265 649	7 537 331	24 266 772	108 772 120
1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária	<b>TOTAL</b>								5 555 588	5 555 588
	<b>CAP. 50</b>								5 033 978	5 033 978
2. Pesca	<b>TOTAL</b>								1 075 000	1 075 000
	<b>CAP. 50</b>								1 075 000	1 075 000
3. Indústria	<b>TOTAL</b>	187 000	69 850						86 000	342 850
	<b>CAP. 50</b>	187 000	40 000						52 000	279 000
4. Energia	<b>TOTAL</b>	118 000								118 000
	<b>CAP. 50</b>	118 000								118 000
5. Turismo	<b>TOTAL</b>			2 003 319						2 003 319
	<b>CAP. 50</b>			2 003 319						2 003 319
6. Transportes, Comunicações e Meteorologia	<b>TOTAL</b>				43 804 000					43 804 000
	<b>CAP. 50</b>				43 804 000					43 804 000
7. Comércio, Abastec. e Defesa do Consumidor	<b>TOTAL</b>	85 000							587 000	672 000
	<b>CAP. 50</b>	85 000							587 000	672 000
8. Educação	<b>TOTAL</b>				6 195 000		1 391 000			7 586 000
	<b>CAP. 50</b>				6 195 000		1 391 000			7 586 000
9. Emprego e Formação Profissional	<b>TOTAL</b>		920 000	16 400		65 000	5 637 600		60 000	6 699 000
	<b>CAP. 50</b>		920 000	16 400		31 000	1 384 125		60 000	2 411 525
10. Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	<b>TOTAL</b>		9 000		690 000		5 307 524			6 006 524
	<b>CAP. 50</b>		9 000		690 000		5 307 524			6 003 524
11. Cultura	<b>TOTAL</b>		17 000	970 500	920 000		360 000			2 267 500
	<b>CAP. 50</b>		17 000	970 500	920 000		360 000			2 267 500
12. Saúde	<b>TOTAL</b>				997 000	1 922 577				2 919 577
	<b>CAP. 50</b>				997 000	1 635 910				2 632 910
13. Segurança Social	<b>TOTAL</b>					225 000				225 000
	<b>CAP. 50</b>					75 000				75 000
14. Habitação e Urbanismo	<b>TOTAL</b>				3 035 000				16 074 761	19 109 761
	<b>CAP. 50</b>				3 035 000				15 664 381	18 699 381
15. Defesa e Protecção do Ambiente	<b>TOTAL</b>				1 558 000				1 305 732	2 863 732
	<b>CAP. 50</b>				1 558 000				1 256 813	2 814 813
16. Investigação Cient. e Desenv. Tecnológico	<b>TOTAL</b>				713 500		300 000		483 000	1 496 500
	<b>CAP. 50</b>				682 500		300 000		483 000	1 465 500
17. Informação Científica e Técnica	<b>TOTAL</b>	15 475			50 000	171 367	500 000	225 419		962 261
	<b>CAP. 50</b>	15 475			50 000	124 700	500 000	225 419		915 594
18. Administração Pública Regional	<b>TOTAL</b>	124 200	900	60 400	635 000	527 166	23 000	111 912	54 600	1 537 178
	<b>CAP. 50</b>	124 200	900	60 400	635 000	249 075	23 000	111 912	54 600	1 259 087
19. Apolos	<b>TOTAL</b>	3 595 489								3 595 489
	<b>CAP. 50</b>	2 452 989								2 452 989
. Investimentos Municipais	<b>TOTAL</b>						7 200 000			7 200 000
	<b>CAP. 50</b>						7 200 000			7 200 000





QUADRO II

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

(Milhares de Contos)

SECTORES	FINANCIAMENTO REGIONAL			FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	TOTAL
	TOTAL	CAP. 50 O.R. INTERNA	OUTRAS FONTES		
Agricultura, Silv. e Pecuária	4 813	4 812	1	742	5 556
Pesca	430	430	0	645	1 075
Indústria	279	279	0	64	343
Energia	118	118	0	0	118
Turismo	677	677	0	1 327	2 003
Transportes, Comun. e Metereologia	35 796	35 796	0	8 009	43 804
Com., Abast. e Def. do Consumidor	420	420	0	252	672
Educação	5 697	5 697	0	1 889	7 586
Emprego e Formação Profissional	668	518	150	6 031	6 699
Desporto e Oc. dos Tempos Livres	5 748	5 748	0	259	6 007
Cultura	1 733	1 733	0	534	2 268
Saúde	2 598	2 598	0	322	2 920
Segurança Social	75	75	0	150	225
Habitação e Urbanismo	13 350	12 939	410	5 760	19 110
Defesa e Protecção do Ambiente	1 450	1 450	0	1 413	2 864
Inv. Cient. e Desenv. Tecnológico	1 125	1 125	0	371	1 497
Informação Científica e Técnica	763	763	0	199	962
Administração Pública Regional	1 130	1 130	0	407	1 537
Apoios	2 453	2 453	0	1 143	3 595
Investimentos Municipais	7 200	7 200	0	0	7 200
<b>TOTAL</b>	<b>86 523</b>	<b>85 962</b>	<b>561</b>	<b>29 516</b>	<b>116 039</b>





**3. PROGRAMA  
DE  
INVESTIMENTOS**



QUADRO III - 3

VICE - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

(Contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	TOTAL	
<b>TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	3 233 962	840 904	4 125 164	5 279 147	4 791 695	16 000 392	34 271 265
<b>PROJECTOS EM CURSO</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	3 233 962	840 904	3 562 064	3 454 915	3 015 900	9 695 072	23 802 817
<b>PROJECTOS NOVOS</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	0	563 100	1 824 232	1 775 796	6 305 320	10 468 446
			0	0	503 100	1 625 150	1 583 200	5 860 000	9 571 450
<b>SECTOR: INDÚSTRIA</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	2 290 987	244 758	187 000	0	0	0	2 722 745
			2 290 987	244 758	187 000	0	0	0	2 722 745
<b>DINAMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	2 290 987	244 758	187 000	0	0	0	2 722 745
			2 290 987	244 758	187 000	0	0	0	2 722 745
<b>SE: VP Nº. PROJS. 5</b>									
Parque Industrial da Zona Oeste (PIZO) - DRCI		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	2 157 387	122 717	43 000	0	0	0	2 323 104
1992-01			2 157 387	122 717	43 000	0	0	0	2 323 104
Parque Industrial da Camacha (PICAM) - DRCI		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	27 912	45 102	110 000	0	0	0	183 014
1995-01			27 912	45 102	110 000	0	0	0	183 014
Parque Industrial das Ginjas - DRCI		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	9 227	2	1 000	0	0	0	10 229
1995-01			9 227	2	1 000	0	0	0	10 229
Parque Industrial da Cancela (PIC) - DRCI		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	96 461	76 936	30 000	0	0	0	203 397
1997-01			96 461	76 936	30 000	0	0	0	203 397
Parque Industrial de Madico - DRCI		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	0	3 000	0	0	0	3 000
1999-01			0	0	3 000	0	0	0	3 000
<b>SECTOR: ENERGIA</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	251 037	74 893	118 000	75 000	0	0	518 930
			251 037	74 893	118 000	75 000	0	0	518 930
<b>APOIO AOS PRODUTORES PRIVADOS DE ENERGIA</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	250 239	74 893	117 000	0	0	0	442 132
			250 239	74 893	117 000	0	0	0	442 132
<b>SE: VP Nº. PROJS. 2</b>									
Apoio aos Produtores Privados de Energia Eléctrica - DRCI (Dec.-Lei 129/88 e Res 1063/88)		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	250 239	74 893	112 000	0	0	0	437 132
1995-01			250 239	74 893	112 000	0	0	0	437 132
Incentivos para o Aproveitamento da Energia Solar Térmica para o Sector Residencial		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	0	5 000	0	0	0	5 000
2001-01			0	0	5 000	0	0	0	5 000
<b>CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DO CANIÇAL</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	798	0	1 000	75 000	0	0	76 798
			798	0	1 000	75 000	0	0	76 798
<b>SE: VP Nº. PROJS. 1</b>									
Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal - DRCI		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	798	0	1 000	75 000	0	0	76 798
1997 - 02			798	0	1 000	75 000	0	0	76 798
<b>SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	374 650	181 260	85 000	61 250	20 000	105 750	827 910
			374 650	181 260	85 000	61 250	20 000	105 750	827 910
<b>PROMOÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	5 134	0	3 000	47 000	0	0	55 134
			5 134	0	3 000	47 000	0	0	55 134
<b>SE: VP Nº. PROJS. 1</b>									
Promoção de Produtos Regionais - DRCI		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	5 134	0	3 000	47 000	0	0	55 134
1996-02			5 134	0	3 000	47 000	0	0	55 134
<b>APOIO À GESTÃO DA QUALIDADE</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	369 516	181 260	82 000	14 250	20 000	105 750	772 776
			369 516	181 260	82 000	14 250	20 000	105 750	772 776
<b>SE: VP Nº. PROJS. 3</b>									
Laboratório Regional de Metrologia		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	369 516	181 260	57 000	0	0	0	607 776
1996-01			369 516	181 260	57 000	0	0	0	607 776

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR							
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	TOTAL	
N Equipamentos Técnicos para o Laboratório Regional de Metrologia	TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000	
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000	
Programa da Promoção da Qualidade	TOTAL	0	0	10 000	14 250	20 000	105 750	150 000	
COFIN PCPRAM	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	14 250	20 000	105 750	150 000	
2000-06									
<b>SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA</b>		<b>TOTAL</b>	<b>35 368</b>	<b>7 312</b>	<b>15 475</b>	<b>25 475</b>	<b>500</b>	<b>84 130</b>	
		<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>35 368</b>	<b>7 312</b>	<b>15 475</b>	<b>25 475</b>	<b>500</b>	<b>84 130</b>	
PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE ECONÓMICA - PIDAE	TOTAL	19 379	4 829	10 000	10 000	0	0	44 208	
SE: VP Nº. PROJS. 1	CAP. 50 O.R.	19 379	4 829	10 000	10 000	0	0	44 208	
Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica (PIDAE) - DRCI	TOTAL	19 379	4 829	10 000	10 000	0	0	44 208	
1998-02	CAP. 50 O.R.	19 379	4 829	10 000	10 000	0	0	44 208	
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL	TOTAL	9 032	0	475	475	500	0	10 482	
SE: VP Nº. PROJS. 1	CAP. 50 O.R.	9 032	0	475	475	500	0	10 482	
Ações de Cooperação Externa - DRCE	TOTAL	9 032	0	475	475	500	0	10 482	
COFIN REGIST	CAP. 50 O.R.	9 032	0	475	475	500	0	10 482	
1996-03									
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA	TOTAL	6 956	2 484	5 000	15 000	0	0	29 440	
SE: VP Nº. PROJS. 1	CAP. 50 O.R.	6 956	2 484	5 000	15 000	0	0	29 440	
Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria - DRCI	TOTAL	6 956	2 484	5 000	15 000	0	0	29 440	
1997-02	CAP. 50 O.R.	6 956	2 484	5 000	15 000	0	0	29 440	
<b>SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</b>		<b>TOTAL</b>	<b>126 170</b>	<b>19 091</b>	<b>124 200</b>	<b>131 183</b>	<b>133 200</b>	<b>4 000</b>	<b>537 844</b>
		<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>126 170</b>	<b>19 091</b>	<b>124 200</b>	<b>131 183</b>	<b>133 200</b>	<b>4 000</b>	<b>537 844</b>
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL AFECTO À VICE-PRESIDÊNCIA	TOTAL	40 725	2 017	6 100	7 601	4 700	4 000	65 143	
SE: VP Nº. PROJS. 3	CAP. 50 O.R.	40 725	2 017	6 100	7 601	4 700	4 000	65 143	
N Formação e Aperf. do Pessoal Afecto ao Gab. da Vice - Presidência	TOTAL	0	0	600	650	700	0	1 950	
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	600	650	700	0	1 950	
Formação e Aperf. do Pessoal da DRCI	TOTAL	1 050	121	2 500	2 951	0	0	6 622	
1997-02	CAP. 50 O.R.	1 050	121	2 500	2 951	0	0	6 622	
Formação e Aperf. do Pessoal da DRCE	TOTAL	39 675	1 896	3 000	4 000	4 000	4 000	56 572	
1998-04	CAP. 50 O.R.	39 675	1 896	3 000	4 000	4 000	4 000	56 572	
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL E LOCAL	TOTAL	0	0	56 600	60 000	65 000	0	181 600	
SE: VP Nº. PROJS. 1	CAP. 50 O.R.	0	0	56 600	60 000	65 000	0	181 600	
Ações de Formação na Administração Pública (DRAPL)	TOTAL	0	0	56 600	60 000	65 000	0	181 600	
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	56 600	60 000	65 000	0	181 600	
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL	85 445	17 073	11 500	13 582	13 500	0	141 101	
SE: VP Nº. PROJS. 3	CAP. 50 O.R.	85 445	17 073	11 500	13 582	13 500	0	141 101	
N Informatização dos Serviços de Apoio ao Gabinete da Vice-Presidência	TOTAL	0	0	1 500	2 000	2 500	0	6 000	
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	1 500	2 000	2 500	0	6 000	
Informatização dos Serviços Afectos à DRCI	TOTAL	23 599	0	5 000	1 582	0	0	30 181	
1995-02	CAP. 50 O.R.	23 599	0	5 000	1 582	0	0	30 181	





DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	TOTAL
Centro de Empresas e Inovação da Madeira 1999-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	40 000 40 000	0 0	16 400 16 400	0 0	0 0	0 0	56 400 56 400
COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA COM A AREAM SE: VP Nº. PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	33 600 33 600	67 200 67 200	72 800 72 800	78 400 78 400	0 0	252 000 252 000
Cooperação Técnica e Científica com a AREAM COFIN 2000-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	33 600 33 600	67 200 67 200	72 800 72 800	78 400 78 400	0 0	252 000 252 000



DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
Unidades de Inserção na Vida Activa	TOTAL	26 556	18 496	30 000	35 000	40 000	150 000	300 052
1996-06	CAP. 50 O.R.	26 556	18 496	30 000	35 000	40 000	150 000	300 052
1996-06	COFIN POPRAM-FSE							
Clubes de Emprego	TOTAL	12 700	19 551	25 000	30 000	35 000	120 000	242 251
1996-06	CAP. 50 O.R.	12 700	19 551	25 000	30 000	35 000	120 000	242 251
1996-06	COFIN POPRAM-FSE							
Estágios Profissionais	TOTAL	109 346	166 700	150 000	200 000	250 000	900 000	1 776 046
1997-06	CAP. 50 O.R.	109 346	166 700	150 000	200 000	250 000	900 000	1 776 046
1997-06	COFIN POPRAM-FSE							
Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados	TOTAL	107 028	41 000	30 000	35 000	40 000	150 000	403 028
1996-06	CAP. 50 O.R.	107 028	41 000	30 000	35 000	40 000	150 000	403 028
1996-06	COFIN POPRAM-FSE							
Implementação, Controlo e Avaliação das Acções de Emprego	TOTAL	131 662	43 685	115 000	130 000	150 000	510 000	1 080 347
1997-06	CAP. 50 O.R.	131 662	43 685	115 000	130 000	150 000	510 000	1 080 347
1997-06	COFIN POPRAM-FSE							
Formação Emprego para Jovens	TOTAL	93 548	39 050	40 000	50 000	70 000	240 000	532 598
1999-06	CAP. 50 O.R.	93 548	39 050	40 000	50 000	70 000	240 000	532 598
1999-06	COFIN POPRAM-FSE							
Formação Emprego para Adultos	TOTAL	93 289	41 133	50 000	60 000	75 000	255 000	574 422
1999-06	CAP. 50 O.R.	93 289	41 133	50 000	60 000	75 000	255 000	574 422
1999-06	COFIN POPRAM-FSE							
Experiência de Trabalho para Jovens	TOTAL	41 623	49 152	50 000	60 000	75 000	255 000	530 775
1997-06	CAP. 50 O.R.	41 623	49 152	50 000	60 000	75 000	255 000	530 775
1997-06	COFIN POPRAM-FSE							
Acções de Formação Profissional ( ILE/s/ ACPE/ CPE/ AD )	TOTAL	120	1 148	25 000	30 000	40 000	150 000	246 268
1999-06	CAP. 50 O.R.	120	1 148	25 000	30 000	40 000	150 000	246 268
1999-06	COFIN POPRAM-FSE							
Programa Ocupacional de Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido	TOTAL	0	0	5 000	20 000	30 000	150 000	205 000
1999-06	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	20 000	30 000	150 000	205 000
1999-06	COFIN POPRAM-FSE							
Programa Vida / Emprego	TOTAL	0	0	10 000	15 000	25 000	90 000	140 000
2000-06	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	15 000	25 000	90 000	140 000
2000-06	COFIN POPRAM-FSE							
ACÇÕES PARA A DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-LABORAL	TOTAL	0	0	5 000	27 000	39 000	170 000	241 000
SE: SRR	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	27 000	39 000	170 000	241 000
Nº. PROJ: 4								
N Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho	TOTAL	0	0	500	3 000	4 000	25 000	32 500
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	500	3 000	4 000	25 000	32 500
2001-06	COFIN POPRAM-FSE							
N Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades	TOTAL	0	0	1 000	6 000	10 000	50 000	67 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	1 000	6 000	10 000	50 000	67 000
2001-06	COFIN POPRAM-FSE							
N Programa Higiene e Segurança no Trabalho	TOTAL	0	0	3 000	15 000	20 000	80 000	118 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	3 000	15 000	20 000	80 000	118 000
2001-06	COFIN POPRAM-FSE							
N Formação na Área do Direito do Trabalho	TOTAL	0	0	500	3 000	5 000	15 000	23 500
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	500	3 000	5 000	15 000	23 500
2001-06	COFIN POPRAM-FSE							
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	14 288	1 142	9 000	12 000	14 000	45 000	95 430
	CAP. 50 O.R.	14 288	1 142	9 000	12 000	14 000	45 000	95 430
INFRAESTRUTURAS PARA ACTIVIDADES RECREATIVAS E DESPORTIVAS	TOTAL	14 288	1 142	9 000	12 000	14 000	45 000	95 430
SE: SRR	CAP. 50 O.R.	14 288	1 142	9 000	12 000	14 000	45 000	95 430
Nº. PROJ: 1								
Infraestruturas para Actividades Recreativas e Desportivas	TOTAL	14 288	1 142	9 000	12 000	14 000	45 000	95 430
1998-06	CAP. 50 O.R.	14 288	1 142	9 000	12 000	14 000	45 000	95 430
1998-06	COFIN POPRAM-FSE							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							Total
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes		
SECTOR: CULTURA	TOTAL CAP. 50 O.R.	37 828 37 828	14 017 14 017	17 000 17 000	25 000 25 000	35 000 35 000	120 000 120 000	248 845 248 845
ACÇÕES DE APOIO ÀS COMUNIDADES MADEIRENSES	TOTAL CAP. 50 O.R.	37 828 37 828	14 017 14 017	17 000 17 000	25 000 25 000	35 000 35 000	120 000 120 000	248 845 248 845
SE: SRR Nº. PROJ: 1								
Acções de Apoio Junto das Comunidades Madeirenses 1998-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	37 828 37 828	14 017 14 017	17 000 17 000	25 000 25 000	35 000 35 000	120 000 120 000	248 845 248 845
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	33 33	900 900	2 000 2 000	3 000 3 000	8 000 8 000	13 933 13 933
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL AFECTO SEC. REG. DOS RECURSOS HUMANOS	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	33 33	900 900	2 000 2 000	3 000 3 000	8 000 8 000	13 933 13 933
SE: SRR Nº. PROJ: 1								
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da Secretaria Regional dos Recursos Humanos 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	33 33	900 900	2 000 2 000	3 000 3 000	8 000 8 000	13 933 13 933



QUADRO III - 5

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDRAR							
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL CAP. 50 O.R.	8 806 317	2 237 386	3 050 619	1 920 524	2 285 019	5 030 163	23 330 028
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL CAP. 50 O.R.	8 806 317	2 237 386	2 985 619	1 920 524	2 285 019	5 030 163	23 265 028
PROJECTOS NOVOS		TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	65 000	0	0	0	65 000
SECTOR: TURISMO		TOTAL CAP. 50 O.R.	6 648 793	1 679 009	2 003 319	1 355 524	1 385 019	4 230 163	17 301 827
PROMOÇÃO TURÍSTICA		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 368 933	330 337	690 980	638 519	640 044	1 989 913	6 658 726
SE: SRT Nº. PROJ.S: 10		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 368 933	330 337	690 980	638 519	640 044	1 989 913	6 658 726
Acções para a Diversificação de Mercados		TOTAL CAP. 50 O.R.	481 227	96 332	108 700	102 386	104 264	324 156	1 217 065
1994-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	481 227	96 332	108 700	102 386	104 264	324 156	1 217 065
Dinamização do Turismo Interno		TOTAL CAP. 50 O.R.	226 516	43 399	56 480	49 189	50 092	155 736	581 412
1994-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	226 516	43 399	56 480	49 189	50 092	155 736	581 412
Promoção do Golfe		TOTAL CAP. 50 O.R.	490 151	0	120 000	127 430	129 766	403 444	1 270 791
1994-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	490 151	0	120 000	127 430	129 766	403 444	1 270 791
Campanha de Imagem		TOTAL CAP. 50 O.R.	555 281	90 189	170 000	100 950	102 801	319 611	1 338 832
1994-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	555 281	90 189	170 000	100 950	102 801	319 611	1 338 832
Material Promocional		TOTAL CAP. 50 O.R.	494 274	54 720	130 000	130 711	133 108	413 833	1 356 646
1994-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	494 274	54 720	130 000	130 711	133 108	413 833	1 356 646
Acções Culturais e de Promoção Turística (GAB. SEC.)		TOTAL CAP. 50 O.R.	32 112	10 451	13 000	0	0	0	55 563
1994-01		TOTAL CAP. 50 O.R.	32 112	10 451	13 000	0	0	0	55 563
Acções de Relações Públicas		TOTAL CAP. 50 O.R.	0	16 610	21 900	21 031	21 415	66 588	147 544
2000-01		TOTAL CAP. 50 O.R.	0	16 610	21 900	21 031	21 415	66 588	147 544
Novas Tecnologias da Informação		TOTAL CAP. 50 O.R.	0	7 168	35 000	96 822	98 598	306 545	544 133
2000-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	0	7 168	35 000	96 822	98 598	306 545	544 133
Marca Quintas da Madeira		TOTAL CAP. 50 O.R.	0	82	15 000	10 000	0	0	25 082
2000-02 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	0	82	15 000	10 000	0	0	25 082
Acções Promocionais Diversas		TOTAL CAP. 50 O.R.	89 372	11 386	20 900	0	0	0	121 658
1994-01		TOTAL CAP. 50 O.R.	89 372	11 386	20 900	0	0	0	121 658
ANIMAÇÃO E ACONTECIMENTOS ESPECIAIS		TOTAL CAP. 50 O.R.	4 266 991	1 341 424	1 281 500	698 010	710 815	2 210 926	10 509 666
SE: SRT Nº. PROJ.S: 6		TOTAL CAP. 50 O.R.	4 266 991	1 341 424	1 281 500	698 010	710 815	2 210 926	10 509 666
Festa do Carnaval		TOTAL CAP. 50 O.R.	361 029	67 262	70 000	64 210	65 388	203 293	831 182
1994-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	361 029	67 262	70 000	64 210	65 388	203 293	831 182
Festa da Flor		TOTAL CAP. 50 O.R.	260 251	53 753	60 000	47 984	48 865	152 921	623 774
1994-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	260 251	53 753	60 000	47 984	48 865	152 921	623 774
Festa do Vinho da Madeira		TOTAL CAP. 50 O.R.	149 937	13 709	30 000	21 162	21 552	67 004	303 364
1994-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	149 937	13 709	30 000	21 162	21 552	67 004	303 364
Festa do Fim do Ano		TOTAL CAP. 50 O.R.	3 414 499	1 199 124	1 100 000	564 654	575 010	1 787 708	8 640 995
1994-06 COFIN POPRAM		TOTAL CAP. 50 O.R.	3 414 499	1 199 124	1 100 000	564 654	575 010	1 787 708	8 640 995
Encontro Regional de Bandas		TOTAL CAP. 50 O.R.	31 301	4 964	12 000	0	0	0	48 265
1995-01		TOTAL CAP. 50 O.R.	31 301	4 964	12 000	0	0	0	48 265

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
Iniciativas Diversas	TOTAL	49 974	2 612	9 500	0	0	0	62 086
1994-01	CAP. 50 O.R.	49 974	2 612	9 500	0	0	0	62 086
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO TURÍSTICO E GESTÃO DO DESTINO	TOTAL	12 869	7 248	30 839	18 995	34 160	29 324	133 435
SE: SRT	CAP. 50 O.R.	12 869	7 248	30 839	18 995	34 160	29 324	133 435
Nº. PROJES: 4								
Infra-Estruturas Turísticas Diversas	TOTAL	12 869	1 237	10 000	0	0	0	24 106
1998-01	CAP. 50 O.R.	12 869	1 237	10 000	0	0	0	24 106
Conservação e Reparação de Locais de Interesse Turístico	TOTAL	0	131	2 000	0	0	0	2 131
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	131	2 000	0	0	0	2 131
Programas de Educação Ambiental	TOTAL	0	0	8 839	8 995	9 160	9 324	36 318
2000-04	CAP. 50 O.R.	0	0	8 839	8 995	9 160	9 324	36 318
Investigação, Estudos e Inquéritos	TOTAL	0	5 880	10 000	10 000	25 000	20 000	70 880
2000-05	CAP. 50 O.R.	0	5 880	10 000	10 000	25 000	20 000	70 880
<b>SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>29 457</b>	<b>4 707</b>	<b>16 400</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50 564</b>
	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>29 457</b>	<b>4 707</b>	<b>16 400</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50 564</b>
<b>FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>29 457</b>	<b>4 707</b>	<b>16 400</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50 564</b>
SE: SRT	CAP. 50 O.R.	29 457	4 707	16 400	0	0	0	50 564
Nº. PROJES: 3								
Ações de Formação Turística	TOTAL	9 913	1 210	8 900	0	0	0	20 023
1999-01	CAP. 50 O.R.	9 913	1 210	8 900	0	0	0	20 023
COFIN	POPRAM - FSE							
Ações de Formação no âmbito da Cultura	TOTAL	17 689	2 136	3 000	0	0	0	22 825
1999-01	CAP. 50 O.R.	17 689	2 136	3 000	0	0	0	22 825
COFIN	POPRAM - FSE							
Outras Ações de Formação	TOTAL	1 855	1 361	4 500	0	0	0	7 716
1999-01	CAP. 50 O.R.	1 855	1 361	4 500	0	0	0	7 716
<b>SECTOR: CULTURA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2 045 364</b>	<b>519 144</b>	<b>970 500</b>	<b>535 000</b>	<b>900 000</b>	<b>800 000</b>	<b>5 770 008</b>
	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>2 045 364</b>	<b>519 144</b>	<b>970 500</b>	<b>535 000</b>	<b>900 000</b>	<b>800 000</b>	<b>5 770 008</b>
<b>RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PATRIMÓNIO CLASSIFICADO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>26 759</b>	<b>21 873</b>	<b>112 500</b>	<b>505 000</b>	<b>900 000</b>	<b>800 000</b>	<b>2 366 132</b>
SE: SRTC	CAP. 50 O.R.	26 759	21 873	112 500	505 000	900 000	800 000	2 366 132
Nº. PROJES: 6								
Convento de Stª. Clara	TOTAL	2 000	0	5 250	10 000	20 000	60 000	97 250
1997-06	CAP. 50 O.R.	2 000	0	5 250	10 000	20 000	60 000	97 250
COFIN	POPRAM							
Igreja da Sé do Funchal	TOTAL	0	0	41 750	50 000	75 000	200 000	366 750
2000-06	CAP. 50 O.R.	0	0	41 750	50 000	75 000	200 000	366 750
COFIN	POPRAM							
Igreja do Colégio	TOTAL	0	0	15 500	30 000	45 000	150 000	240 500
2000-06	CAP. 50 O.R.	0	0	15 500	30 000	45 000	150 000	240 500
COFIN	POPRAM							
Núcleo Histórico de Stª. Amaro	TOTAL	16 450	17 686	25 000	25 000	0	0	84 136
1997-02	CAP. 50 O.R.	16 450	17 686	25 000	25 000	0	0	84 136
Quinta do Monte	TOTAL	8 309	4 187	5 000	110 000	360 000	390 000	877 496
1997-04	CAP. 50 O.R.	8 309	4 187	5 000	110 000	360 000	390 000	877 496
Fotografia Museu Vicentes/ Arquivo de Imagem da Madeira	TOTAL	0	0	20 000	280 000	400 000	0	700 000
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	280 000	400 000	0	700 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
OBRAS DE REABILITAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO MÓVEL E IMÓVEL	TOTAL	464 259	36 102	133 000	0	0	0	633 361
	CAP. 50 O.R.	464 259	36 102	133 000	0	0	0	633 361
SE: SRTC Nº. PROJS: 6								
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava)	TOTAL	128 229	0	18 000	0	0	0	146 229
	CAP. 50 O.R.	128 229	0	18 000	0	0	0	146 229
1990-01								
Forte de São Tiago	TOTAL	109 141	2 001	14 000	0	0	0	125 142
	CAP. 50 O.R.	109 141	2 001	14 000	0	0	0	125 142
1994-01								
Casas Típicas, Molinhos e Casas de Salão	TOTAL	34 480	8 160	18 000	0	0	0	60 640
	CAP. 50 O.R.	34 480	8 160	18 000	0	0	0	60 640
1996-01								
Restauro dos Orgãos das Igrejas	TOTAL	24 456	0	8 000	0	0	0	32 456
	CAP. 50 O.R.	24 456	0	8 000	0	0	0	32 456
1995-01								
Obras Diversas de Conservação do Património da RAM	TOTAL	162 304	16 048	50 000	0	0	0	228 352
	CAP. 50 O.R.	162 304	16 048	50 000	0	0	0	228 352
1994-01								
Estudos e Projectos de Restauro do Património Regional	TOTAL	5 649	9 893	25 000	0	0	0	40 542
	CAP. 50 O.R.	5 649	9 893	25 000	0	0	0	40 542
1999-01								
ACÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO	TOTAL	0	19 849	25 000	30 000	0	0	74 849
	CAP. 50 O.R.	0	19 849	25 000	30 000	0	0	74 849
SE: CEHA Nº. PROJS: 1								
História e Autonomia do Arquipélago	TOTAL	0	19 849	25 000	30 000	0	0	74 849
	CAP. 50 O.R.	0	19 849	25 000	30 000	0	0	74 849
1999-02								
APOIO A MUSEUS E CASAS DE CULTURA	TOTAL	446 330	139 500	269 000	0	0	0	854 830
	CAP. 50 O.R.	446 330	139 500	269 000	0	0	0	854 830
SE: SRT Nº. PROJS: 10								
Casa das Mudanças	TOTAL	11 945	8 027	14 000	0	0	0	33 972
	CAP. 50 O.R.	11 945	8 027	14 000	0	0	0	33 972
1996-01								
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava)	TOTAL	67 510	11 626	20 000	0	0	0	99 136
	CAP. 50 O.R.	67 510	11 626	20 000	0	0	0	99 136
1995-01								
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago	TOTAL	74 134	19 965	22 000	0	0	0	116 099
	CAP. 50 O.R.	74 134	19 965	22 000	0	0	0	116 099
1995-01								
Museu de Arte Sacra	TOTAL	77 425	19 800	33 000	0	0	0	130 225
	CAP. 50 O.R.	77 425	19 800	33 000	0	0	0	130 225
1988-01								
Fotografia-Museu Vicentes	TOTAL	23 763	9 035	22 000	0	0	0	54 798
	CAP. 50 O.R.	23 763	9 035	22 000	0	0	0	54 798
1995-01								
Casa-Museu Cristóvão Colombo	TOTAL	2 673	3 290	25 000	0	0	0	30 963
	CAP. 50 O.R.	2 673	3 290	25 000	0	0	0	30 963
1995-01								
Museu Quinta das Cruzes	TOTAL	69 527	25 519	55 000	0	0	0	150 046
	CAP. 50 O.R.	69 527	25 519	55 000	0	0	0	150 046
1995-01								
Solar São Cristóvão	TOTAL	3 857	12 629	30 000	0	0	0	46 486
	CAP. 50 O.R.	3 857	12 629	30 000	0	0	0	46 486
1997-01								
Casa Museu Frederico de Freitas	TOTAL	101 780	17 726	40 000	0	0	0	159 506
	CAP. 50 O.R.	101 780	17 726	40 000	0	0	0	159 506
1997-01								
Centro Cultural de Edmundo Bellencourt	TOTAL	13 716	11 883	8 000	0	0	0	33 599
	CAP. 50 O.R.	13 716	11 883	8 000	0	0	0	33 599
1999-01								
APOIO AO SERVIÇO PÚBLICO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO	TOTAL	34 765	8 307	47 000	0	0	0	90 072
	CAP. 50 O.R.	34 765	8 307	47 000	0	0	0	90 072
SE: SRT Nº. PROJS: 4								
Biblioteca de Documentação Contemporânea	TOTAL	12 108	1 861	6 000	0	0	0	19 969
	CAP. 50 O.R.	12 108	1 861	6 000	0	0	0	19 969
1997-01								



DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
Arquivo Regional	TOTAL	19 294	4 810	18 000	0	0	0	42 104
1995-01	CAP. 50 O.R.	19 294	4 810	18 000	0	0	0	42 104
Biblioteca de Culturas Estrangeiras	TOTAL	3 363	1 636	3 000	0	0	0	7 999
1997-01	CAP. 50 O.R.	3 363	1 636	3 000	0	0	0	7 999
N Rede Regional de Bibliotecas Públicas	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
FESTIVAIS CULTURAIS	TOTAL	135 013	39 006	67 000	0	0	0	241 019
SE: SRT Nº. PROJS: 4	CAP. 50 O.R.	135 013	39 006	67 000	0	0	0	241 019
Festival de Música da Madeira	TOTAL	101 116	18 008	40 000	0	0	0	159 124
1992-01	CAP. 50 O.R.	101 116	18 008	40 000	0	0	0	159 124
Festival Colombo (Porto Santo)	TOTAL	0	11 091	17 000	0	0	0	28 091
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	11 091	17 000	0	0	0	28 091
Outros Festivais (Regionais)	TOTAL	33 897	9 907	10 000	0	0	0	53 804
1998-01	CAP. 50 O.R.	33 897	9 907	10 000	0	0	0	53 804
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIV. ARTÍSTICA E CULTURAL	TOTAL	938 238	254 507	317 000	0	0	0	1 509 745
SE: SRT Nº. PROJS: 4	CAP. 50 O.R.	938 238	254 507	317 000	0	0	0	1 509 745
Publicação de Edições Culturais	TOTAL	126 400	23 917	45 000	0	0	0	195 317
1994-01	CAP. 50 O.R.	126 400	23 917	45 000	0	0	0	195 317
Divulgação da Actividade Artística	TOTAL	69 150	26 568	32 000	0	0	0	127 718
1995-01	CAP. 50 O.R.	69 150	26 568	32 000	0	0	0	127 718
Apoio a Iniciativas Culturais	TOTAL	632 708	70 403	60 000	0	0	0	763 111
1998-01	CAP. 50 O.R.	632 708	70 403	60 000	0	0	0	763 111
Apoio à Descentralização Cultural	TOTAL	109 980	133 619	180 000	0	0	0	423 599
1998-01	CAP. 50 O.R.	109 980	133 619	180 000	0	0	0	423 599
<b>SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>82 703</b>	<b>34 526</b>	<b>60 400</b>	<b>30 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>207 629</b>
	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>82 703</b>	<b>34 526</b>	<b>60 400</b>	<b>30 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>207 629</b>
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SEC. REG. DO TURISMO E CULTURA	TOTAL	81 723	34 526	59 000	0	0	0	175 249
SE: SRT Nº. PROJS: 3	CAP. 50 O.R.	81 723	34 526	59 000	0	0	0	175 249
Beneficiação do Edifício da SRTC	TOTAL	62 929	32 996	5 000	0	0	0	100 925
1992-01	CAP. 50 O.R.	62 929	32 996	5 000	0	0	0	100 925
Informatização	TOTAL	18 794	1 530	9 000	0	0	0	29 324
1992-01	CAP. 50 O.R.	18 794	1 530	9 000	0	0	0	29 324
N Recuperação e Reabilitação do Edifício da DRAC	TOTAL	0	0	45 000	0	0	0	45 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	45 000	0	0	0	45 000
PROJECTOS DE COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DO TURISMO E DA CULTURA	TOTAL	980	0	1 400	30 000	0	0	32 380
SE: SRT Nº. PROJS: 2	CAP. 50 O.R.	980	0	1 400	30 000	0	0	32 380
Projectos de Cooperação com as RUP's	TOTAL	0	0	700	0	0	0	700
1997-01 COFN OC	CAP. 50 O.R.	0	0	700	0	0	0	700
Outros Projectos de Cooperação	TOTAL	980	0	700	30 000	0	0	31 680
1997-01	CAP. 50 O.R.	980	0	700	30 000	0	0	31 680

QUADRO III - 6

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
<b>TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL</b>		<b>TOTAL</b>	<b>73 188 579</b>	<b>35 297 567</b>	<b>58 597 500</b>	<b>47 964 000</b>	<b>28 262 000</b>	<b>6 042 000</b>	<b>249 351 646</b>
CAP. 50 O.R.			73 101 755	35 263 401	58 566 500	47 963 000	28 261 000	6 041 000	249 196 656
<b>PROJECTOS EM CURSO</b>		<b>TOTAL</b>	<b>73 188 579</b>	<b>35 297 567</b>	<b>49 631 500</b>	<b>33 931 000</b>	<b>20 554 000</b>	<b>4 042 000</b>	<b>216 644 646</b>
CAP. 50 O.R.			73 101 755	35 263 401	49 608 000	33 930 000	20 553 000	4 041 000	216 497 156
<b>PROJECTOS NOVOS</b>		<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 966 000</b>	<b>14 033 000</b>	<b>7 708 000</b>	<b>2 000 000</b>	<b>32 707 000</b>
CAP. 50 O.R.			0	0	8 958 500	14 033 000	7 708 000	2 000 000	32 699 500
<b>SECTOR: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA</b>		<b>TOTAL</b>	<b>60 377 667</b>	<b>30 490 584</b>	<b>43 804 000</b>	<b>33 988 000</b>	<b>20 978 000</b>	<b>4 300 000</b>	<b>193 938 251</b>
CAP. 50 O.R.			60 377 667	30 490 584	43 804 000	33 988 000	20 978 000	4 300 000	193 938 251
<b>CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS E INTERVENÇÕES E AÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIARIA</b>		<b>TOTAL</b>	<b>60 377 667</b>	<b>30 490 584</b>	<b>40 034 000</b>	<b>33 356 000</b>	<b>20 920 000</b>	<b>4 300 000</b>	<b>189 478 251</b>
CAP. 50 O.R.			60 377 667	30 490 584	40 034 000	33 356 000	20 920 000	4 300 000	189 478 251
SE: SRES Nº. PROJS: 66									
Saída Oeste do Funchal - 2ª. Fase (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>4 787 164</b>	<b>0</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4 887 164</b>
1989-02		CAP. 50 O.R.	4 787 164	0	50 000	50 000	0	0	4 887 164
Via Rápida Câmara de Lobos/Ribeira Brava - 2º Troço - 1ª e 2ª Fases (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>17 739 285</b>	<b>88 531</b>	<b>445 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18 272 816</b>
1990-01		CAP. 50 O.R.	17 739 285	88 531	445 000	0	0	0	18 272 816
Via Rápida Funchal - Aeroporto - 2ª. Fase		<b>TOTAL</b>	<b>9 644 482</b>	<b>6 505 888</b>	<b>5 920 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22 070 370</b>
1996-01		CAP. 50 O.R.	9 644 482	6 505 888	5 920 000	0	0	0	22 070 370
Circular à Cidade do Funchal Cota 200- 2ª Fase (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>10 519 328</b>	<b>4 613 095</b>	<b>4 435 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19 567 423</b>
1995-01		CAP. 50 O.R.	10 519 328	4 613 095	4 435 000	0	0	0	19 567 423
Via Expresso Machico - Faial (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>2 529 923</b>	<b>6 158 466</b>	<b>5 050 000</b>	<b>4 000 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17 738 389</b>
1997-02		CAP. 50 O.R.	2 529 923	6 158 466	5 050 000	4 000 000	0	0	17 738 389
Túnel da Encumada e Acessos		<b>TOTAL</b>	<b>3 296 479</b>	<b>2 758 100</b>	<b>6 050 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12 104 579</b>
1997-01		CAP. 50 O.R.	3 296 479	2 758 100	6 050 000	0	0	0	12 104 579
ER 101 - Troço Tabóia - P. do Sol (Reconstrução) (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>2 837 589</b>	<b>1 555 172</b>	<b>115 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4 507 761</b>
1997-01		CAP. 50 O.R.	2 837 589	1 555 172	115 000	0	0	0	4 507 761
Variante ER 102 Camacha - 2ª. Fase (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>190 000</b>	<b>435 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>625 000</b>
1996-02		CAP. 50 O.R.	0	0	190 000	435 000	0	0	625 000
Nova Ligação Calheta - Prazeres (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>1 252 703</b>	<b>1 264 703</b>	<b>1 175 000</b>	<b>2 000 000</b>	<b>1 500 000</b>	<b>0</b>	<b>7 192 406</b>
1996-03		CAP. 50 O.R.	1 252 703	1 264 703	1 175 000	2 000 000	1 500 000	0	7 192 406
Estrada Regional 223 - Paul do Mar - Jardim do Mar (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>2 111 480</b>	<b>1 839 839</b>	<b>790 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4 741 319</b>
1996-01		CAP. 50 O.R.	2 111 480	1 839 839	790 000	0	0	0	4 741 319
Reconstrução ER 101 - Troço São Vicente - Porto Moniz (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>2 253 527</b>	<b>2 461 531</b>	<b>2 480 000</b>	<b>3 000 000</b>	<b>500 000</b>	<b>0</b>	<b>10 695 058</b>
1996-03		CAP. 50 O.R.	2 253 527	2 461 531	2 480 000	3 000 000	500 000	0	10 695 058
Reformulação do Nó da Cruz de Carvalho (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>414</b>	<b>310 000</b>	<b>100 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>410 414</b>
2000-02		CAP. 50 O.R.	0	414	310 000	100 000	0	0	410 414
Variante à ER 104 na Vila da Ribeira Brava (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>101</b>	<b>375 000</b>	<b>1 000 000</b>	<b>800 000</b>	<b>0</b>	<b>2 175 101</b>
2000-03		CAP. 50 O.R.	0	101	375 000	1 000 000	800 000	0	2 175 101
Variante à ER 104 - Saramago/ Laranjal - S. Vicente (DRE)		<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>101</b>	<b>470 000</b>	<b>1 500 000</b>	<b>50 000</b>	<b>0</b>	<b>2 020 101</b>
2000-03		CAP. 50 O.R.	0	101	470 000	1 500 000	50 000	0	2 020 101



DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
Expropriação de Terrenos- (SDSR)	TOTAL	2 408 159	2 407 648	2 350 000	0	0	0	7 165 807
1999-01	CAP. 50 O.R.	2 408 159	2 407 648	2 350 000	0	0	0	7 165 807
Estudos e Projectos de Estradas Regionais (DRE)	TOTAL	27 395	130 063	280 000	0	0	0	437 458
1987-01	CAP. 50 O.R.	27 395	130 063	280 000	0	0	0	437 458
Plano Global de Sinalização e Segurança da Rede Regional (DRE)	TOTAL	0	0	70 000	80 000	0	0	150 000
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	80 000	0	0	150 000
N Beneficiação da E.R 207 - Troço Stª. Cruz/ Campo de Golf	TOTAL	0	0	235 000	200 000	100 000	0	535 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	235 000	200 000	100 000	0	535 000
N Alargamento da ER 101 Junto à Marginal da Calheta	TOTAL	0	0	50 000	100 000	0	0	150 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	100 000	0	0	150 000
N Beneficiação de Túneis entre Madalena do Mar e Arco da Calheta	TOTAL	0	0	140 000	350 000	0	0	490 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	140 000	350 000	0	0	490 000
N Beneficiação da E.R 223 - Troço Fajã da Ovelha/ Paul do Mar	TOTAL	0	0	140 000	350 000	300 000	0	790 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	140 000	350 000	300 000	0	790 000
N Beneficiação da E.R 101 - Troço Fala/ Boaventura	TOTAL	0	0	95 000	200 000	300 000	0	595 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	95 000	200 000	300 000	0	595 000
N Beneficiação da E.R 218 - Troço Santana/ Pico das Pedras	TOTAL	0	0	50 000	50 000	0	0	100 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	50 000	0	0	100 000
N Beneficiação de Diversas Estradas Regionais no P. Santo	TOTAL	0	0	150 000	19 000	0	0	169 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	19 000	0	0	169 000
N Reconstrução da Ponte Sobre a Ribª. de S. Vicente	TOTAL	0	0	190 000	135 000	0	0	325 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	190 000	135 000	0	0	325 000
N Correção da ER 237 no Centro de Agua de Pena	TOTAL	0	0	113 000	52 000	0	0	165 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	113 000	52 000	0	0	165 000
N Ligações à Via Expresso no P. da Cruz	TOTAL	0	0	75 000	230 000	0	0	305 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	75 000	230 000	0	0	305 000
N Ligação entre Canhas (Fajã e Elras) e Arco da Calheta (Pinheiro)	TOTAL	0	0	95 000	55 000	0	0	150 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	95 000	55 000	0	0	150 000
N Acesso Oeste à Cota 200	TOTAL	0	0	50 000	1 000 000	500 000	0	1 550 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	1 000 000	500 000	0	1 550 000
N Ligação entre Ribª. da Cerejeira e o Ribª. Serrão de Cima	TOTAL	0	0	25 000	100 000	50 000	0	175 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	100 000	50 000	0	175 000
N Acesso Viário à Marginal do Paul do Mar	TOTAL	0	0	95 000	300 000	0	0	395 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	95 000	300 000	0	0	395 000
N Acções de Prevenção Rodoviária	TOTAL	0	0	50 000	50 000	50 000	0	150 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	50 000	50 000	0	150 000
N Nô Rodoviário de Ligação da Cota 40 à Via de Acesso à Cota 200	TOTAL	0	0	80 000	520 000	220 000	0	820 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	80 000	520 000	220 000	0	820 000
COFIN								
N Acesso Oeste à Ligação ao Porto do Funchal	TOTAL	0	0	50 000	800 000	700 000	0	1 550 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	800 000	700 000	0	1 550 000
N Pavimentação Estrada entre Lameirão e Portela	TOTAL	0	0	40 000	0	0	0	40 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	40 000	0	0	0	40 000
N Pavimentação do Acesso da Ribª. do Natal - Caniçal	TOTAL	0	0	40 000	0	0	0	40 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	40 000	0	0	0	40 000
N Via Expresso Fala/ Santana	TOTAL	0	0	70 000	500 000	1 500 000	1 000 000	3 070 000
2001-04	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	500 000	1 500 000	1 000 000	3 070 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
N Ligação Santana - São Jorge	TOTAL	0	0	50 000	400 000	150 000	400 000	1 000 000
2001-04	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	400 000	150 000	400 000	1 000 000
N Estruturas de Apoio à Segurança e Circulação Rodoviária nos Barreiros e Zona do Hospital	TOTAL	0	0	30 000	200 000	300 000	0	530 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	200 000	300 000	0	530 000
N Ligação do Nó da Ribeira Brava à Variante da ER 104	TOTAL	0	0	45 000	500 000	0	0	545 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	45 000	500 000	0	0	545 000
N Conservação Corrente Integrada	TOTAL	0	0	190 000	200 000	200 000	0	590 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	190 000	200 000	200 000	0	590 000
N Monitorização, Segurança e Manutenção de Equipamentos de Túneis	TOTAL	0	0	30 000	20 000	0	0	50 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	20 000	0	0	50 000
N Reformulação dos Acessos à Via Rápida Ribª. Brava - Caniçal	TOTAL	0	0	330 000	350 000	0	0	680 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	330 000	350 000	0	0	680 000
N Novas Ligações Rodoviárias	TOTAL	0	0	95 000	400 000	200 000	100 000	795 000
2001-04	CAP. 50 O.R.	0	0	95 000	400 000	200 000	100 000	795 000
N Estrutura de Apoio à Segurança da Circulação Rodoviária na E.R. 101 - Portela	TOTAL	0	0	30 000	200 000	0	0	230 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	200 000	0	0	230 000
N Acesso Leste ao Campo da Barca (Cola 200)	TOTAL	0	0	95 000	600 000	300 000	0	995 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	95 000	600 000	300 000	0	995 000
GESTÃO DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS	TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
Nº. PROJS: 1								
N VIA LITORAL - Participação da RAM	TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
MELHORIA DAS ACESSIBILIDADES EXTERNAS MARÍTIMAS	TOTAL	0	0	3 020 000	632 000	58 000	0	3 710 000
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	0	0	3 020 000	632 000	58 000	0	3 710 000
Nº. PROJS: 2								
N Aquisição de Novo Navio de Ligação ao Porto Santo	TOTAL	0	0	520 000	632 000	58 000	0	1 210 000
2001-003	CAP. 50 O.R.	0	0	520 000	632 000	58 000	0	1 210 000
N APRAM - Administração dos Portos da Região	TOTAL	0	0	2 500 000	0	0	0	2 500 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	2 500 000	0	0	0	2 500 000
AEROPORTO INTERCONTINENTAL DA MADEIRA - COMPARTICIPAÇÃO DA RAM	TOTAL	0	0	600 000	0	0	0	600 000
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	0	0	600 000	0	0	0	600 000
Nº. PROJS: 1								
ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira	TOTAL	0	0	600 000	0	0	0	600 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	600 000	0	0	0	600 000
<b>SECTOR: EDUCAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5 615 240</b>	<b>3 332 438</b>	<b>6 195 000</b>	<b>3 695 000</b>	<b>2 780 000</b>	<b>1 500 000</b>	<b>23 117 678</b>
	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>5 615 240</b>	<b>3 332 438</b>	<b>6 195 000</b>	<b>3 695 000</b>	<b>2 780 000</b>	<b>1 500 000</b>	<b>23 117 678</b>
INFRAESTRUTURAS DE ENSINO BÁSICO, SECUNDÁRIO E ESPECIAL	TOTAL	5 351 649	2 960 746	5 400 000	2 855 000	2 480 000	1 500 000	20 547 395
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	5 351 649	2 960 746	5 400 000	2 855 000	2 480 000	1 500 000	20 547 395
Nº. PROJS: 16								
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo de Stª Cruz (DROP)	TOTAL	1 183 324	197 943	375 000	0	0	0	1 756 267
1997 - 01	CAP. 50 O.R.	1 183 324	197 943	375 000	0	0	0	1 756 267

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR						Total
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	
Escola Básica de São Gonçalo (DROP)	TOTAL	182 281	309 004	565 000	0	0	0	1 056 285
1998-01	CAP. 50 O.R.	182 281	309 004	565 000	0	0	0	1 056 285
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo da Ponta do Sol (DROP)	TOTAL	44 322	618 416	660 000	0	0	0	1 322 738
1997-01	CAP. 50 O.R.	44 322	618 416	660 000	0	0	0	1 322 738
COFIN	POPII-FEDER							
Escola Básica da Raposeira do Lugarinho - Fajã da Ovelha (DROP)	TOTAL	0	0	115 000	270 000	380 000	0	765 000
1999-03	CAP. 50 O.R.	0	0	115 000	270 000	380 000	0	765 000
Escola Básica do Carmo - C <sup>1</sup> . de Lobos (DROP)	TOTAL	104 854	587 533	525 000	0	0	0	1 217 387
1999-01	CAP. 50 O.R.	104 854	587 533	525 000	0	0	0	1 217 387
COFIN	POPFRAM							
Escola Básica do Caniço - Santa Cruz (DROP)	TOTAL	354 197	369 660	95 000	0	0	0	818 857
1999-01	CAP. 50 O.R.	354 197	369 660	95 000	0	0	0	818 857
Escola Básica do Campanário (DROP)	TOTAL	0	0	140 000	400 000	300 000	0	840 000
1999-03	CAP. 50 O.R.	0	0	140 000	400 000	300 000	0	840 000
COFIN	POPFRAM							
Escola Básica e Pavilhão Gimnodesportivo do Porto Moniz (DROP)	TOTAL	551 185	283 225	150 000	0	0	0	984 410
1998 - 01	CAP. 50 O.R.	551 185	283 225	150 000	0	0	0	984 410
Estudos e Projectos de Infraestruturas Escolares e Desportivas (DROP)	TOTAL	0	482	50 000	0	0	0	50 482
1999-01	CAP. 50 O.R.	0	482	50 000	0	0	0	50 482
Construção e Remodelação de Outras Escolas Básicas (DROP)	TOTAL	1 771 149	495 990	1 410 000	0	0	0	3 677 139
1997-01	CAP. 50 O.R.	1 771 149	495 990	1 410 000	0	0	0	3 677 139
COFIN								
Redimensionamento de Escolas Básicas (DROP)	TOTAL	117 268	90 981	470 000	800 000	500 000	500 000	2 478 247
1997-04	CAP. 50 O.R.	117 268	90 981	470 000	800 000	500 000	500 000	2 478 247
Benef. Conserv. de Escolas. e Equipamento Escolar (DROP)	TOTAL	1 043 071	7 512	140 000	500 000	500 000	500 000	2 690 583
1991-04	CAP. 50 O.R.	1 043 071	7 512	140 000	500 000	500 000	500 000	2 690 583
Remodelação do Internato da Quinta do Leme	TOTAL	0	0	120 000	100 000	100 000	0	320 000
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	120 000	100 000	100 000	0	320 000
N Construção de Piscinas Escolares	TOTAL	0	0	470 000	550 000	500 000	500 000	2 020 000
2001-04	CAP. 50 O.R.	0	0	470 000	550 000	500 000	500 000	2 020 000
COFIN								
N Escola Básica Horácio Bento Gouveia - Remodelação e Modernização	TOTAL	0	0	95 000	225 000	200 000	0	520 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	95 000	225 000	200 000	0	520 000
N Piscina para Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família	TOTAL	0	0	20 000	10 000	0	0	30 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	10 000	0	0	30 000
INFRAESTRUTURAS PARA O ENSINO PRE-ESCOLAR	TOTAL	33 104	95 863	245 000	340 000	0	0	713 967
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	33 104	95 863	245 000	340 000	0	0	713 967
Nº. PROUS:5								
Creche e Jardim de Infância de S. Gonçalo (DROP)	TOTAL	33 104	93 567	105 000	0	0	0	231 671
1997-01	CAP. 50 O.R.	33 104	93 567	105 000	0	0	0	231 671
Beneficiação de creches e Jardins de Infância (DROP)	TOTAL	0	2 296	60 000	0	0	0	62 296
1990-01	CAP. 50 O.R.	0	2 296	60 000	0	0	0	62 296
N Creche e Jardim de Infância da Ponta do Sol	TOTAL	0	0	20 000	120 000	0	0	140 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	120 000	0	0	140 000
N Beneficiação da Creche e Jardim de São Jorge	TOTAL	0	0	20 000	120 000	0	0	140 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	120 000	0	0	140 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
N Beneficiação de Creche e Jardim de Santana 2001-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	100 000 100 000	0 0	0 0	140 000 140 000
INFRAESTRUTURAS PARA O ENSINO SUPERIOR SE: SRES Nº. PROJS: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	500 000 500 000	300 000 300 000	0 0	850 000 850 000
Espaço de Restauração do Tecnopolo 2000-03 COFIN POPRAM	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	500 000 500 000	300 000 300 000	0 0	850 000 850 000
AQUISIÇÃO DE TERRENOS SE: SRES Nº. PROJS: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	230 487 230 487	275 829 275 829	500 000 500 000	0 0	0 0	0 0	1 006 316 1 006 316
Aquisição de Terrenos para Futuras Infraestruturas Escolares, Públicas e Desportivas (SDSR) 1999-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	230 487 230 487	275 829 275 829	500 000 500 000	0 0	0 0	0 0	1 006 316 1 006 316
<b>SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>76 620 76 620</b>	<b>54 054 54 054</b>	<b>690 000 690 000</b>	<b>850 000 850 000</b>	<b>400 000 400 000</b>	<b>0 0</b>	<b>2 070 674 2 070 674</b>
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS E DE APOIO A JUVENTUDE SE: SRES Nº. PROJS: 8	TOTAL CAP. 50 O.R.	76 620 76 620	54 054 54 054	690 000 690 000	850 000 850 000	400 000 400 000	0 0	2 070 674 2 070 674
Complexo para Natação Desportiva (DROP) 1991-03 COFIN POPRAM	TOTAL CAP. 50 O.R.	69 005 69 005	0 0	470 000 470 000	700 000 700 000	400 000 400 000	0 0	1 639 005 1 639 005
Centro de Juventude do Porto Santo - Beneficiação (DROP) 1998-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 653 6 653	53 852 53 852	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	80 505 80 505
Polidesportivo de Agua de Pena (DRU) 2000-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	101 101	60 000 60 000	10 000 10 000	0 0	0 0	70 101 70 101
Outras Infraestruturas Desportivas e de Apoio à Juventude (DRU) 2000-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	962 962	0 0	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	20 962 20 962
Polidesportivo da Fajã da Ovelha 2000-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	101 101	50 000 50 000	30 000 30 000	0 0	0 0	80 101 80 101
N Polidesportivo do Sítio das Feiteiras - Caniçal 2001-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	50 000 50 000	0 0	0 0	60 000 60 000
N Polidesportivo da Madalena do Mar 2001-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	20 000 20 000	0 0	0 0	60 000 60 000
N Polidesportivo do Lombo de São João - Ponta do Sol 2001-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	40 000 40 000	0 0	0 0	60 000 60 000
<b>SECTOR: CULTURA</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>439 340 439 340</b>	<b>84 159 84 159</b>	<b>920 000 920 000</b>	<b>1 900 000 1 900 000</b>	<b>1 100 000 1 100 000</b>	<b>0 0</b>	<b>4 443 499 4 443 499</b>
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DE INFRAESTRUTURAS CULTURAIS SE: SRES Nº. PROJS: 7	TOTAL CAP. 50 O.R.	439 340 439 340	84 159 84 159	920 000 920 000	1 900 000 1 900 000	1 100 000 1 100 000	0 0	4 443 499 4 443 499
Remodelação da Casa Museu Frederico de Freitas (DROP) 1991-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	285 655 285 655	83 874 83 874	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	399 529 399 529

D E S I G N A Ç Ã O		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
Biblioteca e Arquivo da RAM (DROP)	TOTAL	153 685	0	565 000	1 100 000	500 000	0	2 318 685
1992-03	CAP. 50 O.R.	153 685	0	565 000	1 100 000	500 000	0	2 318 685
COFIN	POPFRAM							
Arquivo Fotográfico da Madeira (DROP)	TOTAL	0	0	20 000	200 000	200 000	0	420 000
1999-03	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	200 000	200 000	0	420 000
Centro Cultural de São Gonçalo (Inclui Junta de Freguesia)	TOTAL	0	0	95 000	150 000	0	0	245 000
1999-02	CAP. 50 O.R.	0	0	95 000	150 000	0	0	245 000
Centro Cultural da Ponta do Sol (DROP)	TOTAL	0	285	120 000	250 000	100 000	0	470 285
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	285	120 000	250 000	100 000	0	470 285
N Museu de História da Madeira	TOTAL	0	0	60 000	100 000	200 000	0	360 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	100 000	200 000	0	360 000
N Museu de Artes Decorativas	TOTAL	0	0	30 000	100 000	100 000	0	230 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	100 000	100 000	0	230 000
<b>SECTOR: SAUDE</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1 518 319</b>	<b>589 386</b>	<b>997 000</b>	<b>1 990 000</b>	<b>1 025 000</b>	<b>0</b>	<b>6 119 705</b>
	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>1 518 319</b>	<b>589 386</b>	<b>997 000</b>	<b>1 990 000</b>	<b>1 025 000</b>	<b>0</b>	<b>6 119 705</b>
<b>CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE SAUDE</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1 518 319</b>	<b>578 426</b>	<b>787 000</b>	<b>1 570 000</b>	<b>425 000</b>	<b>0</b>	<b>4 878 745</b>
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	1 518 319	578 426	787 000	1 570 000	425 000	0	4 878 745
	Nº. PROJS:14							
Centro de Saúde de Machico (DROP)	TOTAL	848 803	145 444	190 000	0	0	0	1 184 247
1996-01	CAP. 50 O.R.	848 803	145 444	190 000	0	0	0	1 184 247
Centro de Saúde do Campanário (DROP)	TOTAL	153 727	171 193	60 000	0	0	0	384 920
1998-01	CAP. 50 O.R.	153 727	171 193	60 000	0	0	0	384 920
Centro de Saúde Mental e Toxicoddependência (DROP)	TOTAL	73 410	33 573	35 000	0	0	0	141 983
1996-01	CAP. 50 O.R.	73 410	33 573	35 000	0	0	0	141 983
Centro de Saúde, C. Povo, Junta de Freguesia, Centro de Dia e Polidesportivo do Santo da Serra (DRU)	TOTAL	342 779	139 785	50 000	0	0	0	532 564
1996-01	CAP. 50 O.R.	342 779	139 785	50 000	0	0	0	532 564
Centro de Saúde, Seg. Social e Junta de Freguesia da Ponta Delgada (DRU)	TOTAL	99 600	88 431	35 000	0	0	0	223 031
1996-01	CAP. 50 O.R.	99 600	88 431	35 000	0	0	0	223 031
Centro de Saúde, Junta de Freguesia e Seg. Social da Fajã da Ovelha (DRU)	TOTAL	0	0	57 000	100 000	35 000	0	192 000
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	57 000	100 000	35 000	0	192 000
N Centro de Saúde, Segurança Social do Faial	TOTAL	0	0	50 000	100 000	50 000	0	200 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	100 000	50 000	0	200 000
N Centro de Saúde da Ribeira Brava	TOTAL	0	0	50 000	700 000	150 000	0	900 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	700 000	150 000	0	900 000
COFIN	POPFRAM							
N Centro de Saúde do Monte	TOTAL	0	0	95 000	100 000	0	0	195 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	95 000	100 000	0	0	195 000
N Centro de Saúde do Estril da Calheta	TOTAL	0	0	15 000	160 000	0	0	175 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	160 000	0	0	175 000
N Centro Cívico da Serra D'Água	TOTAL	0	0	50 000	100 000	30 000	0	180 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	100 000	30 000	0	180 000
N Centro Cívico do Jardim da Serra	TOTAL	0	0	50 000	110 000	60 000	0	220 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	110 000	60 000	0	220 000



DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
N Centro de Saúde de São Roque	TOTAL	0	0	25 000	100 000	50 000	0	175 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	100 000	50 000	0	175 000
N Centro de Saúde do Caniçal	TOTAL	0	0	25 000	100 000	50 000	0	175 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	100 000	50 000	0	175 000
ESTRUTURAS HOSPITALARES	TOTAL	0	0	60 000	420 000	600 000	0	1 080 000
SE: SRES Nº. PROJS: 2	CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	420 000	600 000	0	1 080 000
N Estruturas de Apoio ao Hospital Cruz de Carvalho Saúde (SDSR)	TOTAL	0	0	30 000	270 000	500 000	0	800 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	270 000	500 000	0	800 000
N Remodelação do Hospital João de Almada	TOTAL	0	0	30 000	150 000	100 000	0	280 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	150 000	100 000	0	280 000
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL	0	10 960	150 000	0	0	0	160 960
SE: SRES Nº. PROJS: 1	CAP. 50 O.R.	0	10 960	150 000	0	0	0	160 960
Aquisições de Terrenos para Futuras Infraestruturas de Saúde (SDSR)	TOTAL	0	10 960	150 000	0	0	0	160 960
1999-01	CAP. 50 O.R.	0	10 960	150 000	0	0	0	160 960
<b>SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1 388 630</b>	<b>471 532</b>	<b>3 035 000</b>	<b>2 417 000</b>	<b>680 000</b>	<b>100 000</b>	<b>8 092 162</b>
	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>1 373 218</b>	<b>471 532</b>	<b>3 035 000</b>	<b>2 417 000</b>	<b>680 000</b>	<b>100 000</b>	<b>8 076 750</b>
RENOVAÇÃO URBANA	TOTAL	427 144	37 312	75 000	100 000	100 000	100 000	839 456
SE: SRES Nº. PROJS: 1	CAP. 50 O.R.	427 144	37 312	75 000	100 000	100 000	100 000	839 456
Renovação Urbana do Ilhéu - Câmara de Lobos (DRU)	TOTAL	427 144	37 312	75 000	100 000	100 000	100 000	839 456
1987-04 COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R.	427 144	37 312	75 000	100 000	100 000	100 000	839 456
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	TOTAL	232 017	18 807	75 000	100 000	20 000	0	445 824
SE: SRES Nº. PROJS: 2	CAP. 50 O.R.	216 605	18 807	75 000	100 000	20 000	0	430 412
Planos Directores Municipais de Urbanização e de Pormenor (DRU)	TOTAL	186 506	0	60 000	50 000	20 000	0	316 506
1992-03	CAP. 50 O.R.	186 506	0	60 000	50 000	20 000	0	316 506
Elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) (DRU)	TOTAL	45 511	18 807	15 000	50 000	0	0	129 318
1997-02	CAP. 50 O.R.	30 099	18 807	15 000	50 000	0	0	113 906
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO	TOTAL	37 372	35 117	23 000	0	0	0	95 489
SE: SRES Nº. PROJS: 2	CAP. 50 O.R.	37 372	35 117	23 000	0	0	0	95 489
Aumento de Capacidade do Reservatório da Ponta - Porto Santo (DROP)	TOTAL	23 582	24 464	15 000	0	0	0	63 046
1999-01	CAP. 50 O.R.	23 582	24 464	15 000	0	0	0	63 046
Estação de Tratamento de Águas Residuais do P. Santo	TOTAL	13 790	10 653	8 000	0	0	0	32 443
2000-01	CAP. 50 O.R.	13 790	10 653	8 000	0	0	0	32 443
VALORIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA DA RAM	TOTAL	33 600	145 981	1 772 000	1 005 000	155 000	0	3 111 581
SE: SRES Nº. PROJS: 21	CAP. 50 O.R.	33 600	145 981	1 772 000	1 005 000	155 000	0	3 111 581

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
N Fajã Artificial no Porto Novo	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
N Construção de Pontão de Apoio Náutico na Foz da Ribª. Boaventura	TOTAL	0	0	282 000	275 000	0	0	557 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	282 000	275 000	0	0	557 000
N Infraestruturas de Protecção Marítima e de Apoio na Foz Ribª. Boaventura	TOTAL	0	0	180 000	0	0	0	180 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	180 000	0	0	0	180 000
Protecção Marginal Paul do Mar	TOTAL	0	0	60 000	100 000	0	0	160 000
COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	100 000	0	0	160 000
1997-02								
Construção Quebra Mar do Seixal e P. Delgada	TOTAL	0	0	140 000	0	0	0	140 000
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	140 000	0	0	0	140 000
N Protecção Marginal do Cais do Seixal	TOTAL	0	0	95 000	220 000	0	0	315 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	95 000	220 000	0	0	315 000
Protecção Marginal do Jardim do Mar	TOTAL	0	0	50 000	50 000	125 000	0	225 000
COFIN	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	50 000	125 000	0	225 000
2000-03								
Zona Balnear do Penedo - Porto da Cruz	TOTAL	0	0	140 000	0	0	0	140 000
1997-01	CAP. 50 O.R.	0	0	140 000	0	0	0	140 000
N Piscinas e Zona Balnear do Caniçal	TOTAL	0	0	235 000	150 000	0	0	385 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	235 000	150 000	0	0	385 000
N Complexo Balnear dos Reis Magos	TOTAL	0	0	80 000	30 000	0	0	110 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	80 000	30 000	0	0	110 000
N Zona Balnear do Garajau	TOTAL	0	0	30 000	10 000	0	0	40 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	10 000	0	0	40 000
N Acessos e Requalificação da Praia da Prainha	TOTAL	0	0	30 000	70 000	0	0	100 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	70 000	0	0	100 000
N Acesso Pedonal entre Cais P. Cruz e o Compl. Balnear do Penedo	TOTAL	0	0	30 000	55 000	0	0	85 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	55 000	0	0	85 000
N Obras do Plano Frente Mar - Cª. de Lobos	TOTAL	0	0	235 000	15 000	0	0	250 000
COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R.	0	0	235 000	15 000	0	0	250 000
2001-02								
N Obras do Plano Frente Mar - Machico	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
N Apoio Cª. Municipal de C. de Lobos	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
N Apoio Cª. Municipal do Funchal - Promenade da P. Gorda à Praia Formosa	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
N Estudos e Projectos Obras do Litoral	TOTAL	0	0	30 000	30 000	30 000	0	90 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	30 000	30 000	0	90 000
N Const. e Exploração de Fajãs Artificiais	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
N Ligação Pedonal Praia Lagoa - Fajã da Areia	TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
Reparação do Cais do Porto Santo	TOTAL	33 600	145 981	30 000	0	0	0	209 581
1997-01	CAP. 50 O.R.	33 600	145 981	30 000	0	0	0	209 581
EQUIPAMENTO SOCIO - CULTURAL	TOTAL	103 546	93 042	465 000	1 187 000	405 000	0	2 253 588
SESRES Nº. PROJS: 11	CAP. 50 O.R.	103 546	93 042	465 000	1 187 000	405 000	0	2 253 588

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
Casa da Cultura de Câmara de Lobos (DRU)	TOTAL	83 142	92 595	75 000	0	0	0	250 737
1997-01	CAP. 50 O.R.	83 142	92 595	75 000	0	0	0	250 737
Edifício Sede do Santacruzense (DROP)	TOTAL	0	0	65 000	60 000	0	0	125 000
1999-02	CAP. 50 O.R.	0	0	65 000	60 000	0	0	125 000
Recuperação de Edifícios de Interesse Público em Zonas Rurais (DRU)	TOTAL	20 404	0	40 000	0	0	0	60 404
1999-01	CAP. 50 O.R.	20 404	0	40 000	0	0	0	60 404
Centro Cultural e Paroquial de Santana	TOTAL	0	447	60 000	125 000	65 000	0	250 447
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	447	60 000	125 000	65 000	0	250 447
Centro Cultural da Ribeira Grande Maroços - Machico	TOTAL	0	0	40 000	82 000	0	0	122 000
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	40 000	82 000	0	0	122 000
N Centro Cívico do Caniçal e Acessos	TOTAL	0	0	35 000	280 000	200 000	0	515 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	35 000	280 000	200 000	0	515 000
N Casa Paroquial do Caniçal	TOTAL	0	0	35 000	25 000	0	0	60 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	35 000	25 000	0	0	60 000
N Sede da Banda Municipal de Machico	TOTAL	0	0	15 000	85 000	0	0	100 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	85 000	0	0	100 000
N Centro Cívico de Santo António	TOTAL	0	0	20 000	150 000	0	0	170 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	150 000	0	0	170 000
N Centro Cívico do Porto da Cruz e Acessos	TOTAL	0	0	60 000	300 000	140 000	0	500 000
2001-03	CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	300 000	140 000	0	500 000
N Centro Cívico de Santa Maria Maior	TOTAL	0	0	20 000	80 000	0	0	100 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	80 000	0	0	100 000
<b>EQUIPAMENTO RELIGIOSO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>554 951</b>	<b>70 475</b>	<b>125 000</b>	<b>25 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>775 426</b>
<b>SE: SRES</b> Nº. PROJS: 4	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>554 951</b>	<b>70 475</b>	<b>125 000</b>	<b>25 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>775 426</b>
Construção da Igreja do Caniçal (DRU)	TOTAL	464 926	67 184	40 000	0	0	0	572 110
1994-01	CAP. 50 O.R.	464 926	67 184	40 000	0	0	0	572 110
Construção da Igreja da Nazaré (DRU)	TOTAL	85 312	3 291	50 000	25 000	0	0	163 603
1997-02	CAP. 50 O.R.	85 312	3 291	50 000	25 000	0	0	163 603
Beneficiação, Conservação e Restauro de Equipamento Religioso (DRU)	TOTAL	4 713	0	20 000	0	0	0	24 713
1999-01	CAP. 50 O.R.	4 713	0	20 000	0	0	0	24 713
N Reparação da Cobertura da Igreja do Paúl do Mar	TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
<b>AQUISIÇÃO DE TERRENOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>70 798</b>	<b>500 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>570 798</b>
<b>SE: SRES</b> Nº. PROJS: 1	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>70 798</b>	<b>500 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>570 798</b>
Aquisição de Terrenos para Infraestruturas Urbanísticas e de Ordenamento do Território	TOTAL	0	70 798	500 000	0	0	0	570 798
1998-01	CAP. 50 O.R.	0	70 798	500 000	0	0	0	570 798
<b>SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE</b>	<b>TOTAL</b>	<b>839 852</b>	<b>155 753</b>	<b>1 558 000</b>	<b>1 490 000</b>	<b>880 000</b>	<b>50 000</b>	<b>4 973 605</b>
	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>839 852</b>	<b>155 753</b>	<b>1 558 000</b>	<b>1 490 000</b>	<b>880 000</b>	<b>50 000</b>	<b>4 973 605</b>
<b>CANALIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E LIMPEZA DE RIBEIRAS E CORREGOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>839 852</b>	<b>155 753</b>	<b>1 558 000</b>	<b>1 490 000</b>	<b>880 000</b>	<b>50 000</b>	<b>4 973 605</b>
<b>SE: SRES</b> Nº. PROJS: 12	<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>839 852</b>	<b>155 753</b>	<b>1 558 000</b>	<b>1 490 000</b>	<b>880 000</b>	<b>50 000</b>	<b>4 973 605</b>









QUADRO III - 7

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(CONTOS)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
<b>TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>1 857 868</b>	<b>565 280</b>	<b>2 911 110</b>	<b>3 619 500</b>	<b>3 040 500</b>	<b>2 629 627</b>	<b>14 623 885</b>
<b>PROJECTOS EM CURSO</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>1 857 868</b>	<b>565 280</b>	<b>2 403 450</b>	<b>3 528 000</b>	<b>3 040 500</b>	<b>2 629 627</b>	<b>14 024 725</b>
<b>PROJECTOS NOVOS</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>507 660</b>	<b>91 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>599 160</b>
				<b>357 660</b>	<b>54 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>411 660</b>
<b>SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>118 803</b>	<b>17 427</b>	<b>65 000</b>	<b>70 000</b>	<b>30 000</b>	<b>20 000</b>	<b>321 230</b>
		<b>118 803</b>	<b>17 427</b>	<b>31 000</b>	<b>44 000</b>	<b>4 000</b>	<b>3 000</b>	<b>218 230</b>
<b>FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA SRAS-SFPP</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>118 803</b>	<b>17 427</b>	<b>25 000</b>	<b>40 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>201 230</b>
		<b>118 803</b>	<b>17 427</b>	<b>25 000</b>	<b>40 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>201 230</b>
SE: SRAS Nº PROJS: 1								
Formação e Aperf. Profissional do Pessoal - SFPP	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>118 803</b>	<b>17 427</b>	<b>25 000</b>	<b>40 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>201 230</b>
COFIN POPRAM - FSE 1994-02		<b>118 803</b>	<b>17 427</b>	<b>25 000</b>	<b>40 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>201 230</b>
<b>QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CENTRO HOSPITALAR DO FUNCHAL</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40 000</b>	<b>30 000</b>	<b>30 000</b>	<b>20 000</b>	<b>120 000</b>
		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 000</b>	<b>4 000</b>	<b>4 000</b>	<b>3 000</b>	<b>17 000</b>
SE: CHF Nº PROJS: 1								
Qualificação e Formação Profissional do Pessoal do CHF	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40 000</b>	<b>30 000</b>	<b>30 000</b>	<b>20 000</b>	<b>120 000</b>
COFIN POPRAM - FSE 2000-04		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 000</b>	<b>4 000</b>	<b>4 000</b>	<b>3 000</b>	<b>17 000</b>
<b>SECTOR: SAÚDE</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>1 394 594</b>	<b>320 209</b>	<b>1 922 577</b>	<b>1 653 500</b>	<b>1 495 000</b>	<b>465 000</b>	<b>7 250 880</b>
		<b>1 215 771</b>	<b>320 209</b>	<b>1 635 910</b>	<b>1 153 500</b>	<b>995 000</b>	<b>495 000</b>	<b>5 815 390</b>
<b>PROGRAMAS REGIONAIS PARA A SAÚDE</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>53 069</b>	<b>56 996</b>	<b>109 750</b>	<b>158 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>378 315</b>
		<b>53 069</b>	<b>56 996</b>	<b>109 750</b>	<b>158 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>378 315</b>
SE: SRAS Nº PROJS: 11								
"Projecto Vida"	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>42 705</b>	<b>28 504</b>	<b>58 250</b>	<b>100 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>229 459</b>
1997-02		<b>42 705</b>	<b>28 504</b>	<b>58 250</b>	<b>100 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>229 459</b>
N Cancro - Registo Oncológico	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 000</b>
2001-02		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 000</b>
Prevenção da SIDA	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>3 483</b>	<b>2 048</b>	<b>2 000</b>	<b>3 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10 531</b>
1997-02		<b>3 483</b>	<b>2 048</b>	<b>2 000</b>	<b>3 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10 531</b>
N Diabetes - DIABCARE	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 500</b>	<b>2 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4 000</b>
2001-02		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 500</b>	<b>2 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4 000</b>
Implementação do Cartão de Utente	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>21 094</b>	<b>25 000</b>	<b>10 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>56 094</b>
1997-02		<b>0</b>	<b>21 094</b>	<b>25 000</b>	<b>10 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>56 094</b>
N Prevenção Contra o Cancro da Mama	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 000</b>	<b>6 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9 000</b>
2001-02		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 000</b>	<b>6 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9 000</b>
N SIDA - Intervenção Comunitária	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 000</b>	<b>10 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15 000</b>
2001-02		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 000</b>	<b>10 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15 000</b>
Investigação e Qualidade da Saúde	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>6 881</b>	<b>5 350</b>	<b>2 000</b>	<b>4 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18 231</b>
1997-02		<b>6 881</b>	<b>5 350</b>	<b>2 000</b>	<b>4 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18 231</b>
N "Alimentação" - Hábitos Alimentares e Desenvolvimento Estado Ponderal das Crianças	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 500</b>	<b>5 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7 500</b>
2001-02		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 500</b>	<b>5 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7 500</b>



DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
N Investigação em Enfermagem	TOTAL	0	0	7 000	15 000	0	0	22 000
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	7 000	15 000	0	0	22 000
N Estudo Epidemiológico dos Factores de Risco do Cancro da Mama	TOTAL	0	0	1 500	3 000	0	0	4 500
2001-02	CAP. 50 O.R.	0	0	1 500	3 000	0	0	4 500
PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO PRECOCE E PROMOÇÃO DA SAÚDE	TOTAL	0	137 784	180 000	0	0	0	317 784
SE:CRS Nº PROJS: 3	CAP. 50 O.R.	0	137 784	180 000	0	0	0	317 784
Diagnóstico Precoce e Promoção da Saúde	TOTAL	0	132 075	90 000	0	0	0	222 075
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	132 075	90 000	0	0	0	222 075
Equipamento para o Programa de Diagnóstico Precoce e Promoção da Saúde	TOTAL	0	5 709	40 000	0	0	0	45 709
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	5 709	40 000	0	0	0	45 709
N Melhoria da Prestação de Cuidados na Comunidade	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
BENEFICIAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFÍCIOS DO CENTRO REGIONAL DE SAÚDE	TOTAL	38 255	12 939	467 500	0	0	0	518 694
SE:CRS Nº PROJS: 4	CAP. 50 O.R.	24 598	12 939	467 500	0	0	0	505 037
Remodelação e Ampliação de Centros de Saúde (Camacha, Caiçeta, C. de Lobos e Bom Jesus)	TOTAL	38 255	12 939	300 000	0	0	0	351 194
1999-01	CAP. 50 O.R.	24 598	12 939	300 000	0	0	0	337 537
Remodelação do Centro de Saúde Dr. Agostinho Cardoso	TOTAL	0	0	27 500	0	0	0	27 500
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	27 500	0	0	0	27 500
Remodelação do Laboratório de Saúde Pública	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
N Ampliação do Edifício Sede do CRS	TOTAL	0	0	120 000	0	0	0	120 000
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	120 000	0	0	0	120 000
EQUIPAMENTO DE INOVAÇÃO E DE SUBSTITUIÇÃO PARA CENTROS REGIONAIS DE SAÚDE E OUTROS SERV. DO CRS	TOTAL	0	0	115 160	0	0	0	115 160
SE:CRS Nº PROJS: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	115 160	0	0	0	115 160
N Equipamento de Inovação e de Substituição para Centro Regionais de Saúde e Outros Serviços do CRS	TOTAL	0	0	115 160	0	0	0	115 160
2001-01	CAP. 50 O.R.	0	0	115 160	0	0	0	115 160
AMPLIAÇÃO, RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ESTRUTURAS HOSPITALARES	TOTAL	1 303 270	112 490	1 050 167	1 495 000	1 495 000	465 000	5 920 927
SE:CHF Nº PROJS: 7	CAP. 50 O.R.	1 138 104	112 490	763 500	995 000	995 000	495 000	4 499 094
Infraestruturas de Apoio (Instalações Físicas e Técnicas)	TOTAL	469 482	64 946	222 500	300 000	300 000	220 000	1 576 928
1994-04	CAP. 50 O.R.	430 255	64 946	222 500	300 000	300 000	220 000	1 537 701
Modernização dos Meios Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica	TOTAL	426 883	41 517	295 000	350 000	350 000	110 000	1 573 400
1994-04	CAP. 50 O.R.	315 701	41 517	295 000	350 000	350 000	110 000	1 462 218
Modernização dos Serviços de Apoio às Áreas Médicas	TOTAL	272 479	3 746	87 500	75 000	75 000	45 000	558 725
1994-04	CAP. 50 O.R.	262 595	3 746	87 500	75 000	75 000	45 000	548 841
Acolhimento e Atendimento de Doentes	TOTAL	134 426	2 281	50 000	50 000	50 000	25 000	311 707
1994-01	CAP. 50 O.R.	129 553	2 281	50 000	50 000	50 000	25 000	306 834

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR							Total
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes		
Implementação do Plano Director do Centro Hospitalar do Funchal COFIN POPRAM 1995-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	320 000 80 000	325 000 75 000	325 000 75 000	20 000 50 000	990 000 280 000
Internamentos de Longa Duração - Hospital Dr. João de Almada COFIN POPRAM 1997-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	66 667 20 000	350 000 100 000	350 000 100 000	0 0	766 667 220 000
Equipamento para o Desenvolvimento dos Serviços e Tecnologias 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	8 500 8 500	45 000 45 000	45 000 45 000	45 000 45 000	143 500 143 500
<b>SECTOR: SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>64 471 64 471</b>	<b>16 174 16 174</b>	<b>225 000 75 000</b>	<b>80 000 42 500</b>	<b>0 0</b>	<b>0 0</b>	<b>385 645 198 145</b>
<b>ESTRUTURAS E ACÇÕES DE APOIO SOCIAL</b> SE: SRAS Nº PROJ: 2	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>64 471 64 471</b>	<b>16 174 16 174</b>	<b>225 000 75 000</b>	<b>80 000 42 500</b>	<b>0 0</b>	<b>0 0</b>	<b>385 645 198 145</b>
Apoio a Famílias e Instituições Particulares de Solidariedade Social (Gab. Sec.) 1997-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	64 471 64 471	16 174 16 174	25 000 25 000	30 000 30 000	0 0	0 0	135 645 135 645
N Unidade de Apoio Integrado para Idosos Dependentes COFIN POPRAM 2000-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 50 000	50 000 12 500	0 0	0 0	250 000 62 500
<b>SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0 0</b>	<b>40 470 40 470</b>	<b>171 367 124 700</b>	<b>180 000 30 000</b>	<b>180 000 30 000</b>	<b>180 000 30 000</b>	<b>751 837 255 170</b>
<b>SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE NA RAM</b> SE: SRAS Nº PROJ: 2	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0 0</b>	<b>40 470 40 470</b>	<b>171 367 124 700</b>	<b>180 000 30 000</b>	<b>180 000 30 000</b>	<b>180 000 30 000</b>	<b>751 837 255 170</b>
RISM - Rede Integrada da Saúde nda Madeira (CHF) COFIN POPRAM 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	5 689 5 689	66 667 20 000	180 000 30 000	180 000 30 000	180 000 30 000	612 356 115 689
RISM - Rede Integrada de Saúde da Madeira (CRS) COFIN POPRAM 2000-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	34 781 34 781	104 700 104 700	0 0	0 0	0 0	139 481 139 481
<b>SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>280 000 280 000</b>	<b>171 000 171 000</b>	<b>527 166 249 075</b>	<b>1 636 000 500 400</b>	<b>1 335 500 200 325</b>	<b>1 964 627 263 493</b>	<b>5 914 293 1 664 293</b>
<b>PROTECÇÃO CIVIL</b> SE: SRIPC Nº PROJ: 5	<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	<b>0 0</b>	<b>0 0</b>	<b>327 166 49 075</b>	<b>1 636 000 200 400</b>	<b>1 335 500 200 325</b>	<b>1 964 627 263 493</b>	<b>4 963 293 713 293</b>
Aquisição de Equipamento de Socorro COFIN POPRAM 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	150 000 22 500	150 000 22 500	150 000 22 500	518 220 50 720	968 220 118 220
Construção do Campo Escola COFIN POPRAM 2000-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	28 500 4 275	236 000 35 400	235 500 35 325	0 0	500 000 75 000
Desenvolvimento de Estudos Técnicos COFIN POPRAM 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	9 500 1 425	50 000 7 500	50 000 7 500	189 800 27 875	299 300 44 300

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
Sistema Integrado de Telecomunicações	TOTAL	0	0	100 000	300 000	300 000	795 773	1 495 773
COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	45 000	45 000	115 773	220 773
1998-06								
Construção de Instalações de Apoio ao Sistema de Protecção	TOTAL	0	0	39 166	600 000	600 000	460 834	1 700 000
COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R.	0	0	5 875	90 000	90 000	69 125	255 000
2000-04								
APOIO À CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS DE BOMBEIROS	TOTAL	280 000	171 000	200 000	300 000	0	0	951 000
SE: SRAS	CAP. 50 O.R.	280 000	171 000	200 000	300 000	0	0	951 000
Nº PROJS: 1								
Apoio à Construção de Quartéis de Bombeiros (Gab. Sec.)	TOTAL	280 000	171 000	200 000	300 000	0	0	951 000
1998-02	CAP. 50 O.R.	280 000	171 000	200 000	300 000	0	0	951 000

QUADRO III - 8

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
<b>TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	40 545 444	10 009 308	13 519 124	8 086 000	8 389 223	19 192 959	99 742 058
			25 798 844	7 271 232	9 265 649	4 567 437	4 930 235	9 901 133	61 734 530
<b>PROJECTOS EM CURSO</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	40 545 444	10 009 308	12 814 124	7 209 650	7 512 356	16 868 611	94 959 493
			25 798 844	7 271 232	8 560 649	3 691 087	4 053 368	7 576 785	56 951 965
<b>PROJECTOS NOVOS</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	0	705 000	876 350	876 867	2 324 348	4 782 565
			0	0	705 000	876 350	876 867	2 324 348	4 782 565
<b>SECTOR: EDUCAÇÃO</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	2 122 736	635 440	1 391 000	2 282 500	2 517 500	5 456 893	14 406 069
			2 122 736	635 440	1 391 000	2 282 500	2 517 500	5 456 893	14 406 069
<b>DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL ESCOLAR</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	281 250	233 506	841 000	841 000	841 000	2 523 000	5 560 756
SE: SRE Nº. PROJES: 8			281 250	233 506	841 000	841 000	841 000	2 523 000	5 560 756
Apoio à Construção e Reapetrechamento de Escolas Particulares 1994-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	249 439	106 499	412 000	412 000	412 000	1 236 000	2 827 938
			249 439	106 499	412 000	412 000	412 000	1 236 000	2 827 938
Centro Coordenador da Rede Regional Escolar 1994-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	12 566	11 234	20 000	20 000	20 000	60 000	143 800
			12 566	11 234	20 000	20 000	20 000	60 000	143 800
Ampliação e Reapetrechamento de Estabelecimento de 1ª Infância 1994-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	19 245	7 447	18 000	18 000	18 000	54 000	134 692
			19 245	7 447	18 000	18 000	18 000	54 000	134 692
Equipamento Escolar - Informático 2000-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	70 053	110 000	110 000	110 000	330 000	730 053
COFIN POPRAM - FEDER			0	70 053	110 000	110 000	110 000	330 000	730 053
Equipamento Escolar - Laboratórios Científicos 2000-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	22 558	36 000	36 000	36 000	108 000	238 558
COFIN POPRAM - FEDER			0	22 558	36 000	36 000	36 000	108 000	238 558
Equipamento Escolar - Básico 2000-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	3 104	30 000	30 000	30 000	90 000	183 104
COFIN POPRAM - FEDER			0	3 104	30 000	30 000	30 000	90 000	183 104
Equipamento Escolar - Técnico/ Específico 2000-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	12 611	15 000	15 000	15 000	45 000	102 611
COFIN POPRAM - FEDER			0	12 611	15 000	15 000	15 000	45 000	102 611
Redimensionamento, Modernização e Ampliação de Infraestruturas Escolares de 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar 2001-04		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	0	200 000	200 000	200 000	600 000	1 200 000
			0	0	200 000	200 000	200 000	600 000	1 200 000
<b>EDUCAÇÃO DIGITAL</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	3 763	145 000	835 000	1 090 000	2 493 893	4 567 656
SE: SRE Nº. PROJES: 10			0	3 763	145 000	835 000	1 090 000	2 493 893	4 567 656
REI XXI - Rede Escolar Escolar Integrada Séc XXI 2000-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	2 657	55 000	125 000	100 000	195 000	477 657
COFIN POPRAM			0	2 657	55 000	125 000	100 000	195 000	477 657
RIA - Rede Intra-Escolar Avançada 2000-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	0	45 000	200 000	225 000	650 000	1 120 000
COFIN POPRAM			0	0	45 000	200 000	225 000	650 000	1 120 000
ROSE - Rede de Organismos e Serviços da Educação 2000-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	1 106	5 000	70 000	40 000	98 893	214 999
COFIN POPRAM			0	1 106	5 000	70 000	40 000	98 893	214 999
R1.3 - Projecto de Equipamento dos Serviços e Organismos da Educação 2000-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	0	5 000	150 000	125 000	365 000	645 000
COFIN POPRAM			0	0	5 000	150 000	125 000	365 000	645 000
BATMÓVEL - Criação de uma Biblioteca de Alta Tecnologia Móvel 2000-04		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	0	0	20 000	20 000	10 000	50 000
COFIN POPRAM			0	0	0	20 000	20 000	10 000	50 000
PIGA - Desenv. de um Package de Gestão de Alunos e Administração 2000-06		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0	0	5 000	50 000	60 000	75 000	190 000
COFIN POPRAM			0	0	5 000	50 000	60 000	75 000	190 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
CIPE - Cartão Inteligente de Identificação do Pessoal da Educação	TOTAL	0	0	5 000	50 000	50 000	290 000	395 000
2000-06	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	50 000	50 000	290 000	395 000
COFIN	POPRAM							
Gluxu - Gestão Documental e Processual Integrada	TOTAL	0	0	5 000	65 000	190 000	320 000	580 000
2000-06	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	65 000	190 000	320 000	580 000
COFIN	POPRAM							
Edumática - Canal Temático de TV Educação	TOTAL	0	0	5 000	75 000	250 000	410 000	740 000
2000-06	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	75 000	250 000	410 000	740 000
COFIN	POPRAM							
Madeira - EDU - Sítio da Educação	TOTAL	0	0	15 000	30 000	30 000	80 000	155 000
2000-06	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	30 000	30 000	80 000	155 000
COFIN	POPRAM							
REEQUIPAMENTO DO CENTRO DE RECURSOS EDUCATIVOS	TOTAL	17 853	4 060	5 000	5 000	4 000	0	35 913
SE: SRE	CAP. 50 O.R.	17 853	4 060	5 000	5 000	4 000	0	35 913
Nº. PROJS: 1								
Reequipamento do Centro de Recursos Educativos	TOTAL	17 853	4 060	5 000	5 000	4 000	0	35 913
1994-03	CAP. 50 O.R.	17 853	4 060	5 000	5 000	4 000	0	35 913
FORMAÇÃO DE PROFESSORES	TOTAL	164 794	35 100	40 000	42 000	43 000	0	324 894
SE: SRE	CAP. 50 O.R.	164 794	35 100	40 000	42 000	43 000	0	324 894
Nº. PROJS: 3								
Metodologias	TOTAL	61 407	7 063	10 000	10 000	11 000	0	99 470
1996-03	CAP. 50 O.R.	61 407	7 063	10 000	10 000	11 000	0	99 470
COFIN	POPRAM - FSE							
Áreas Técnicas e Tecnológicas	TOTAL	48 065	9 825	10 000	12 000	12 000	0	91 890
1995-03	CAP. 50 O.R.	48 065	9 825	10 000	12 000	12 000	0	91 890
COFIN	POPRAM - FSE							
Projectos de Inovação Educacional	TOTAL	55 322	18 212	20 000	20 000	20 000	0	133 534
1996-03	CAP. 50 O.R.	55 322	18 212	20 000	20 000	20 000	0	133 534
COFIN	POPRAM - FSE							
EDUCAÇÃO PERMANENTE	TOTAL	61 489	7 032	10 000	12 000	12 000	0	102 521
SE: SRE	CAP. 50 O.R.	61 489	7 032	10 000	12 000	12 000	0	102 521
Nº. PROJ: 1								
Ações de Educação Permanente	TOTAL	61 489	7 032	10 000	12 000	12 000	0	102 521
1989-03	CAP. 50 O.R.	61 489	7 032	10 000	12 000	12 000	0	102 521
COFIN	POPRAM - FSE							
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL	159 408	47 288	58 000	67 500	67 500	0	399 696
SE: SRE	CAP. 50 O.R.	159 408	47 288	58 000	67 500	67 500	0	399 696
Nº. PROJS: 3								
Formação de Pessoal Docente e Técnico	TOTAL	122 062	31 569	40 000	47 500	47 500	0	288 631
1994-03	CAP. 50 O.R.	122 062	31 569	40 000	47 500	47 500	0	288 631
COFIN	POPRAM - FSE							
Formação Contínua	TOTAL	20 366	5 135	8 000	10 000	10 000	0	53 501
1994-03	CAP. 50 O.R.	20 366	5 135	8 000	10 000	10 000	0	53 501
COFIN	POPRAM - FSE							
Programa Regional de Apoio aos Sobredotados	TOTAL	16 980	10 584	10 000	10 000	10 000	0	57 564
1997-03	CAP. 50 O.R.	16 980	10 584	10 000	10 000	10 000	0	57 564
COFIN	POPRAM - FSE							
FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE DEPICIENTES	TOTAL	912 554	196 363	160 000	250 000	250 000	250 000	2 018 917
SE: SRE	CAP. 50 O.R.	912 554	196 363	160 000	250 000	250 000	250 000	2 018 917
Nº. PROJS: 3								
Formação Pré-Profissional de Deficientes	TOTAL	38 681	17 633	20 000	20 000	20 000	20 000	136 314
1989-04	CAP. 50 O.R.	38 681	17 633	20 000	20 000	20 000	20 000	136 314

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
Formação Profissional de Deficientes	TOTAL	688 559	141 230	100 000	180 000	180 000	180 000	1 469 789	
	CAP. 50 O.R.	688 559	141 230	100 000	180 000	180 000	180 000	1 469 789	
1994-04	CORIN POPRAM - FSE								
Integração Profissional de Deficientes	TOTAL	185 314	37 500	40 000	50 000	50 000	50 000	412 814	
	CAP. 50 O.R.	185 314	37 500	40 000	50 000	50 000	50 000	412 814	
1994-04	CORIN POPRAM - FSE								
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA DEFICIENTES	TOTAL	525 388	108 328	132 000	230 000	210 000	190 000	1 395 716	
	CAP. 50 O.R.	525 388	108 328	132 000	230 000	210 000	190 000	1 395 716	
SE: SRE	Nº. PROJS: 5								
Instalação de Centros Psico-Pedagógicos	TOTAL	167 683	47 780	30 000	55 000	55 000	45 000	400 463	
	CAP. 50 O.R.	167 683	47 780	30 000	55 000	55 000	45 000	400 463	
1994-04									
Equipamento de Estabelecimentos de Jovens Deficientes e Serviços de Apoio	TOTAL	357 705	60 548	50 000	80 000	80 000	80 000	708 253	
	CAP. 50 O.R.	357 705	60 548	50 000	80 000	80 000	80 000	708 253	
1987-04									
Habitação Social para Jovens e Adultos Deficientes	TOTAL	0	0	10 000	20 000	20 000	20 000	70 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	20 000	20 000	20 000	70 000	
1997-04									
Instalação de Centros de Actividades Ocupacionais	TOTAL	0	0	17 000	25 000	25 000	25 000	92 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	17 000	25 000	25 000	25 000	92 000	
2001-04									
Criação de Centros de Emprego Protegido	TOTAL	0	0	25 000	50 000	30 000	20 000	125 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	50 000	30 000	20 000	125 000	
2001-04									
<b>SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>		<b>TOTAL</b>	<b>18 924 767</b>	<b>4 056 864</b>	<b>5 637 600</b>	<b>5 235 150</b>	<b>5 226 856</b>	<b>12 056 718</b>	<b>51 137 955</b>
		<b>CAP. 50 O.R.</b>	<b>4 178 167</b>	<b>1 318 788</b>	<b>1 384 125</b>	<b>1 716 587</b>	<b>1 767 868</b>	<b>2 764 892</b>	<b>13 130 427</b>
IMPLEMENTAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL	3 051 498	642 202	600 000	800 000	800 000	2 400 000	8 293 700
		CAP. 50 O.R.	3 051 498	642 202	600 000	800 000	800 000	2 400 000	8 293 700
SE: SRE	Nº. PROJS: 1								
Implementação Controle e Avaliação de Ações de Formação Profissional	TOTAL	3 051 498	642 202	600 000	800 000	800 000	2 400 000	8 293 700	
	CAP. 50 O.R.	3 051 498	642 202	600 000	800 000	800 000	2 400 000	8 293 700	
1994-06	CORIN POPRAM - FSE								
PROGRAMAS POR INICIATIVA DE OUTRÉM		TOTAL	14 525 110	2 547 975	4 033 100	3 279 300	3 199 500	8 929 500	36 514 485
		CAP. 50 O.R.	1 650	2 375	3 000	3 300	3 500	10 500	24 325
SE: Fundo Autónomo FSE	Nº. PROJS: 1								
Programas Por iniciativa de Outrém	TOTAL	14 525 110	2 547 975	4 033 100	3 279 300	3 199 500	8 929 500	36 514 485	
	CAP. 50 O.R.	1 650	2 375	3 000	3 300	3 500	10 500	24 325	
1994-06	CORIN POPRAM - FSE								
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA DE HOTELARIA DA MADEIRA		TOTAL	988 855	696 237	780 000	890 000	1 000 000	0	4 355 092
		CAP. 50 O.R.	910 837	589 261	650 000	750 000	850 000	0	3 750 098
SE: EHTM	Nº. PROJS: 2								
Ações de Formação Profissional na EHTM	TOTAL	988 855	696 237	766 874	890 000	1 000 000	0	4 341 966	
	CAP. 50 O.R.	910 837	589 261	636 874	750 000	850 000	0	3 736 972	
1999-03	CORIN POPRAM - FSE								
Curso Bietápico em Direcção e Gestão Hotelaria	TOTAL	0	0	13 126	0	0	0	13 126	
	CAP. 50 O.R.	0	0	13 126	0	0	0	13 126	
2000-01	CORIN POPRAM - FSE								
PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO EMPREGO		TOTAL	196 148	114 000	124 500	136 750	150 650	497 100	1 219 148
		CAP. 50 O.R.	51 026	28 500	31 125	34 187	37 662	124 274	306 774
SE: SRE	Nº. PROJS: 3								
Programa "Leonardo Da Vinci"	TOTAL	48 917	28 500	31 000	34 000	37 500	123 750	303 667	
	CAP. 50 O.R.	12 243	7 125	7 750	8 500	9 375	30 937	75 930	
1995-06	CORIN POCFSE								

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
Programa "Equal"	TOTAL	102 231	57 000	62 500	68 750	75 650	249 600	615 731
1996-06 COFIN PICOIC	CAP. 50 O.R.	27 533	14 250	15 625	17 187	18 912	62 400	155 907
Outros Programas Comunitários	TOTAL	45 000	28 500	31 000	34 000	37 500	123 750	299 750
1996-06 COFIN PICOIC	CAP. 50 O.R.	11 250	7 125	7 750	8 500	9 375	30 937	74 937
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	0	0	30 000	55 000	0	0	85 000
SE: SRE Nº. PROJ: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	55 000	0	0	85 000
N Construção da Biblioteca, Sala de Estudo e Zona de Lazer dos Formandos	TOTAL	0	0	30 000	55 000	0	0	85 000
2001-02 COFIN POPRAM - FSE	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	55 000	0	0	85 000
ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO POPRAM - COMPONENTE FSE	TOTAL	163 156	56 450	70 000	74 100	76 706	230 118	670 530
SE: SRE Nº. PROJ: 3	CAP. 50 O.R.	163 156	56 450	70 000	74 100	76 706	230 118	670 530
Monitorização do Sub-Programa	TOTAL	64 257	6 600	40 000	43 000	44 875	134 625	333 357
1994-06 COFIN POPRAM - FSE	CAP. 50 O.R.	64 257	6 600	40 000	43 000	44 875	134 625	333 357
Funcionamento da Comissão de Gestão	TOTAL	27 657	15 850	20 000	20 500	20 500	61 500	166 007
1994-06 COFIN POPRAM - FSE	CAP. 50 O.R.	27 657	15 850	20 000	20 500	20 500	61 500	166 007
Estudos, Publicidade e Promoção	TOTAL	71 242	34 000	10 000	10 600	11 331	33 993	171 166
1994-06 COFIN POPRAM - FSE	CAP. 50 O.R.	71 242	34 000	10 000	10 600	11 331	33 993	171 166
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES	TOTAL	19 015 760	4 843 191	5 307 524	0	0	0	29 166 475
	CAP. 50 O.R.	19 015 760	4 843 191	5 307 524	0	0	0	29 166 475
ACÇÕES DE FOMENTO DESPORTIVO	TOTAL	19 015 760	4 843 191	5 307 524	0	0	0	29 166 475
SE: IDRAM Nº. PROJ: 1	CAP. 50 O.R.	19 015 760	4 843 191	5 307 524	0	0	0	29 166 475
Acções de Fomento Desportivo	TOTAL	19 015 760	4 843 191	5 307 524	0	0	0	29 166 475
1991-01	CAP. 50 O.R.	19 015 760	4 843 191	5 307 524	0	0	0	29 166 475
SECTOR: CULTURA	TOTAL	37 583	2 678	360 000	540 350	621 867	1 679 348	3 241 826
	CAP. 50 O.R.	37 583	2 678	360 000	540 350	621 867	1 679 348	3 241 826
EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES	TOTAL	37 583	2 678	10 000	10 000	10 000	0	70 261
SE: SRE Nº. PROJ: 1	CAP. 50 O.R.	37 583	2 678	10 000	10 000	10 000	0	70 261
Edição de Publicações	TOTAL	37 583	2 678	10 000	10 000	10 000	0	70 261
1988-03	CAP. 50 O.R.	37 583	2 678	10 000	10 000	10 000	0	70 261
ACÇÕES A REALIZAR NO ÂMBITO DO CONSERVATÓRIO/ ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA	TOTAL	0	0	350 000	530 350	611 867	1 679 348	3 171 565
SE: SRE - CEPAM Nº. PROJ: 2	CAP. 50 O.R.	0	0	350 000	530 350	611 867	1 679 348	3 171 565
N Acções de Formação no Âmbito do CEPAM	TOTAL	0	0	211 540	348 080	411 370	949 315	1 920 305
2001-06 COFIN FSE	CAP. 50 O.R.	0	0	211 540	348 080	411 370	949 315	1 920 305
N Produção, Promoção e Divulgação Artística	TOTAL	0	0	138 460	182 270	200 497	730 033	1 251 260
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	138 460	182 270	200 497	730 033	1 251 260

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDRAR							
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	0	387 847	500 000	0	0	0	887 847
	CAP. 50 O.R.	0	387 847	500 000	0	0	0	887 847
MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDOGENA	TOTAL	0	147 105	100 000	0	0	0	247 105
	CAP. 50 O.R.	0	147 105	100 000	0	0	0	247 105
SRE/Mad. Tec	Nº PROJES: 1							
Dinamização Empresarial	TOTAL	0	147 105	100 000	0	0	0	247 105
	CAP. 50 O.R.	0	147 105	100 000	0	0	0	247 105
2000-01	CORIN							
	REGIS e POP							
SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	TOTAL	0	240 742	400 000	0	0	0	640 742
	CAP. 50 O.R.	0	240 742	400 000	0	0	0	640 742
SE:SRE / NESI	Nº PROJES: 3							
Info - Acesso	TOTAL	0	4 101	100 000	0	0	0	104 101
	CAP. 50 O.R.	0	4 101	100 000	0	0	0	104 101
2000-06	CORIN							
	POPRAM							
Info - Conteúdo	TOTAL	0	125 552	150 000	0	0	0	275 552
	CAP. 50 O.R.	0	125 552	150 000	0	0	0	275 552
2000-06	CORIN							
	POPRAM							
Info - Escola Conectiva	TOTAL	0	111 089	150 000	0	0	0	261 089
	CAP. 50 O.R.	0	111 089	150 000	0	0	0	261 089
2000-06	CORIN							
	POPRAM							
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DES. TECNOLÓGICO	TOTAL	438 857	72 558	300 000	0	0	0	811 415
	CAP. 50 O.R.	438 857	72 558	300 000	0	0	0	811 415
POLO TECNOLÓGICO DA MADEIRA	TOTAL	438 857	72 558	300 000	0	0	0	811 415
	CAP. 50 O.R.	438 857	72 558	300 000	0	0	0	811 415
SRE/Mad. Tec	Nº PROJES: 5							
Gestão e Projectos Comunitários	TOTAL	438 857	72 558	130 000	0	0	0	641 415
	CAP. 50 O.R.	438 857	72 558	130 000	0	0	0	641 415
1994-06	CORIN							
Estudos de Expansão do Madeira Tecnopólo	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
2000-06	CORIN							
Promoção do Polo Tecnológico e Congressos	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
2000-06	CORIN							
Esplanada do Jardim	TOTAL	0	0	70 000	0	0	0	70 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	0	0	0	70 000
2000-06	CORIN							
M Conservatório e Escola de Artes	TOTAL	0	0	70 000	0	0	0	70 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	0	0	0	70 000
2001-06	CORIN							
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	5 741	10 730	23 000	28 000	23 000	0	90 471
	CAP. 50 O.R.	5 741	10 730	23 000	28 000	23 000	0	90 471
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO	TOTAL	5 741	10 730	23 000	28 000	23 000	0	90 471
	CAP. 50 O.R.	5 741	10 730	23 000	28 000	23 000	0	90 471
SE: SRE	Nº PROJES: 1							



DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
			Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
Acções de Formação no Âmbito da DRAP			TOTAL	5 741	10 730	10 000	12 000	13 000	0	51 471
1998-03	CORN	POPRAM-FSE	CAP. 50 O.R.	5 741	10 730	10 000	12 000	13 000	0	51 471
N Formação Especializada de Inspectores de Educação - Gab. Sec.			TOTAL	0	0	13 000	16 000	10 000	0	39 000
2001-03	CORN	POPRAM	CAP. 50 O.R.	0	0	13 000	16 000	10 000	0	39 000

QUADRO III - 9

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(CONTOS)

D E S I G N A Ç Ã O	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
<b>TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL</b>	5 683 879	3 114 593	7 537 331	0	0	0	16 335 803
	5 683 879	3 114 593	7 537 331	0	0	0	16 335 803
<b>PROJECTOS EM CURSO</b>	5 683 879	3 114 593	7 537 331	0	0	0	16 335 803
	5 683 879	3 114 593	7 537 331	0	0	0	16 335 803
<b>PROJECTOS NOVOS</b>	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0
<b>SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA</b>	291 100	124 436	225 419	0	0	0	640 955
	291 100	124 436	225 419	0	0	0	640 955
<b>MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDÓGENA</b>	2 400	123	5 986	0	0	0	8 509
SE:SRP Nº. PROJ: 4	2 400	123	5 986	0	0	0	8 509
Representação da Região na Comissão Regional de Selecção do IOADE II (DRP)	0	123	876	0	0	0	999
COFIN	0	123	876	0	0	0	999
200-01							
Redes de Cooperação (DRP)	2 400	0	730	0	0	0	3 130
COFIN REGISII	2 400	0	730	0	0	0	3 130
1998-01							
Projectos de Cooperação - RUP (DRP)	0	0	730	0	0	0	730
COFIN REGISII	0	0	730	0	0	0	730
1998-01							
Ações de Desenvolvimento Local	0	0	3 650	0	0	0	3 650
2000-01	0	0	3 650	0	0	0	3 650
<b>PROGRAMA DE COOPERAÇÃO COM A ADERAM</b>	37 000	51 270	11 678	0	0	0	99 948
SE:SRP Nº. PROJ: 1	37 000	51 270	11 678	0	0	0	99 948
Programa de Cooperação com a ADERAM (Gab. Sec.)	37 000	51 270	11 678	0	0	0	99 948
1999-01	37 000	51 270	11 678	0	0	0	99 948
<b>PROJECTOS DE INFORMAÇÃO REGIONAL</b>	2 516	0	1 695	0	0	0	4 211
SE:SRP Nº. PROJ: 2	2 516	0	1 695	0	0	0	4 211
Contas Económicas Regionais (DRE)	2 516	0	235	0	0	0	2 751
1994-01	2 516	0	235	0	0	0	2 751
Base de Dados de Legislação (DRI)	0	0	1 460	0	0	0	1 460
1999-01	0	0	1 460	0	0	0	1 460
<b>GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS</b>	207 089	37 818	173 707	0	0	0	418 614
SE:SRP Nº. PROJ: 4	207 089	37 818	173 707	0	0	0	418 614
Monitorização do Programa na Direcção Regional de Planeamento	38 681	2 319	4 379	0	0	0	45 379
COFIN POPRAM	38 681	2 319	4 379	0	0	0	45 379
1994-01							
Funcionamento da Unidade de Gestão-DRP	112 353	23 610	163 488	0	0	0	299 451
COFIN POPRAM	112 353	23 610	163 488	0	0	0	299 451
1994-01							
Estudos, Publicidade e Promoção	23 050	11 889	2 920	0	0	0	37 859
COFIN POPRAM	23 050	11 889	2 920	0	0	0	37 859
1994-01							
Gestão e Acompanhamento	33 005	0	2 920	0	0	0	35 925
COFIN POPRAM	33 005	0	2 920	0	0	0	35 925
1994-01							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
ESTUDOS E PREPARAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	25 222 25 222	19 572 19 572	15 649 15 649	0 0	0 0	0 0	60 443 60 443
SE: SRP Nº. PROJ: 3							
Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Turístico da RAM (DRP)	25 222 25 222	19 572 19 572	10 218 10 218	0 0	0 0	0 0	55 012 55 012
1998-01 COFIN REGIS II							
Estudos Estratégicos e Sectoriais (DRP)	0 0	0 0	2 920 2 920	0 0	0 0	0 0	2 920 2 920
1997-00							
Estudo e Caracterização da Passagem da Madeira (DRP)	0 0	0 0	2 511 2 511	0 0	0 0	0 0	2 511 2 511
2000-01 COFIN							
GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE ACÇÕES COM APOIO COMUNITÁRIO	16 052 16 052	13 735 13 735	10 863 10 863	0 0	0 0	0 0	40 650 40 650
SE: SRP Nº. PROJ: 4							
RIME - Regime de Apoio às Micro-Empresas - DRP	15 813 15 813	12 673 12 673	6 628 6 628	0 0	0 0	0 0	35 114 35 114
1998-01 COFIN							
Apoio às Pequenas e Médias Empresas - PIC PME's	126 126	1 062 1 062	1 461 1 461	0 0	0 0	0 0	2 649 2 649
1999-01							
Gestão e Acompanhamento de Outras Acções - DRP	113 113	0 0	2 044 2 044	0 0	0 0	0 0	2 157 2 157
1998-01							
Acções de Acompanhamento Diversas - DRP	0 0	0 0	730 730	0 0	0 0	0 0	730 730
1998-01							
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	821 821	1 918 1 918	5 841 5 841	0 0	0 0	0 0	8 580 8 580
SE: SRP Nº. PROJ: 2							
No Âmbito do Programa REGIS II (DRP)	183 183	112 112	2 920 2 920	0 0	0 0	0 0	3 215 3 215
1998-01 COFIN							
No Âmbito do Fundo de Coesão (DRP)	638 638	1 806 1 806	2 921 2 921	0 0	0 0	0 0	5 365 5 365
1998-01 COFIN							
<b>SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</b>	<b>94 092 94 092</b>	<b>8 892 8 892</b>	<b>111 912 111 912</b>	<b>0 0</b>	<b>0 0</b>	<b>0 0</b>	<b>214 896 214 896</b>
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA DIRECÇÃO REGIONAL DO PLANEAMENTO	5 608 5 608	3 686 3 686	2 190 2 190	0 0	0 0	0 0	11 484 11 484
SE: SRP Nº. PROJ: 1							
Acções de Formação (DRP)	5 608 5 608	3 686 3 686	2 190 2 190	0 0	0 0	0 0	11 484 11 484
1998-01 COFIN POP II - FSE							
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SEC. REG. DO PLANO E FINANÇAS	2 037 2 037	2 525 2 525	1 325 1 325	0 0	0 0	0 0	5 887 5 887
SE: SRP Nº. PROJ: 4							
Afecto à Dir. Reg. de Informática	768 768	861 861	876 876	0 0	0 0	0 0	2 505 2 505
1998-01							
Afecto à Dir. Reg. de Estatística	254 254	134 134	63 63	0 0	0 0	0 0	451 451
1998-01							

D E S I G N A Ç Ã O	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
Afecto à Dir. Reg. de Finanças	510	450	193	0	0	0	1 153
1998-01	510	450	193	0	0	0	1 153
Afecto à Dir. Reg. de Orçamento e Contabilidade	505	1 080	193	0	0	0	1 778
1998-01	505	1 080	193	0	0	0	1 778
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7 741	1 961	2 774	0	0	0	12 476
SE:SRP Nº. PROJ: 1	7 741	1 961	2 774	0	0	0	12 476
No Domínio da Informática (DRI)	7 741	1 961	2 774	0	0	0	12 476
1998-001 COFIN POPRAM	7 741	1 961	2 774	0	0	0	12 476
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIR. REG. DE INFORMÁTICA	78 706	720	98 324	0	0	0	177 750
SE:SRP Nº. PROJ: 4	78 706	720	98 324	0	0	0	177 750
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos (DRI)	78 706	661	26 066	0	0	0	105 433
1994-01	78 706	661	26 066	0	0	0	105 433
GEDAP - Gestão Electrónica de Documentos da Administração Pública (DRI)	0	0	24 815	0	0	0	24 815
2000-01 COFIN POPRAM	0	0	24 815	0	0	0	24 815
RIGRAM - Rede Integrada do Governo Regional da RAM (DRI)	0	59	39 560	0	0	0	39 619
2000-01 COFIN POPRAM	0	59	39 560	0	0	0	39 619
SEG - Serviço Electrónico do Governo (DRI)	0	0	7 883	0	0	0	7 883
2000-01 COFIN POPRAM	0	0	7 883	0	0	0	7 883
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA SEC. REG. DO PLANO E FINANÇAS	0	0	7 299	0	0	0	7 299
SE:SRP Nº. PROJ: 1	0	0	7 299	0	0	0	7 299
Modernização do Sistema de Tratamento da Informação da DRP	0	0	7 299	0	0	0	7 299
1998-00 COFIN POPRAM	0	0	7 299	0	0	0	7 299
APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS	5 298 687	2 981 265	7 200 000	0	0	0	15 479 952
CF: 420	5 298 687	2 981 265	7 200 000	0	0	0	15 479 952
Câmara Municipal da Calheta	539 217	148 487	542 000	0	0	0	1 229 704
	539 217	148 487	542 000	0	0	0	1 229 704
Câmara Municipal do Funchal	1 439 264	779 418	1 810 500	0	0	0	4 029 182
	1 439 264	779 418	1 810 500	0	0	0	4 029 182
Câmara Municipal de Câmara de Lobos	775 294	318 568	854 100	0	0	0	1 947 962
	775 294	318 568	854 100	0	0	0	1 947 962
Câmara Municipal de Machico	373 954	138 583	734 700	0	0	0	1 247 237
	373 954	138 583	734 700	0	0	0	1 247 237
Câmara Municipal da Ponta do Sol	422 399	153 592	333 500	0	0	0	909 491
	422 399	153 592	333 500	0	0	0	909 491
Câmara Municipal do Porto Moniz	154 903	119 092	322 500	0	0	0	596 495
	154 903	119 092	322 500	0	0	0	596 495
Câmara Municipal do Porto Santo	206 787	229 003	388 450	0	0	0	824 240
	206 787	229 003	388 450	0	0	0	824 240
Câmara Municipal da Ribeira Brava	286 547	306 077	590 450	0	0	0	1 183 074
	286 547	306 077	590 450	0	0	0	1 183 074
Câmara Municipal de Santana	452 876	96 225	424 800	0	0	0	973 901
	452 876	96 225	424 800	0	0	0	973 901
Câmara Municipal de Santa Cruz	385 453	474 771	703 000	0	0	0	1 563 224
	385 453	474 771	703 000	0	0	0	1 563 224
Câmara Municipal de Sao Vicente	261 993	217 449	496 000	0	0	0	975 442
	261 993	217 449	496 000	0	0	0	975 442



QUADRO III - 10

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Centos)

D E S I G N A Ç Ã O		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						Total	
		Executado Até 1999	2000 (page até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes		
<b>TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	35 127 612 31 724 203	13 891 292 13 837 251	25 281 681 24 266 772	27 879 432 27 836 932	11 180 230 11 137 730	21 047 369 20 882 111	134 507 636 129 794 999
<b>TOTAL DOS PROJECTOS EM CURSO</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	35 127 612 31 724 203	13 891 292 13 837 251	23 702 455 22 736 465	21 360 117 21 317 617	4 386 335 4 343 835	8 590 980 8 435 702	107 058 791 102 395 073
<b>TOTAL DOS PROJECTOS NOVOS</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0 0	0 0	1 579 226 1 530 307	6 619 315 6 619 315	6 793 895 6 793 895	12 456 409 12 456 409	27 448 845 27 399 926
<b>SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA</b>		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	12 443 643 10 902 398	1 707 797 1 707 797	5 555 598 5 033 978	6 663 911 6 663 911	5 060 825 5 060 825	14 265 209 14 265 209	46 696 973 43 634 118
APOIOS À AGRICULTURA MADEIRENSE SE: DRA N° PROJ. 1		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	922 769 922 769	63 554 63 554	300 000 300 000	714 196 714 196	942 430 942 430	4 543 800 4 543 800	7 486 749 7 486 749
Acções de Apoio a Agricultura Madeirense 1994-06 COFIN POPRAM - FEOGA - G		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	922 769 922 769	63 554 63 554	300 000 300 000	714 196 714 196	942 430 942 430	4 543 800 4 543 800	7 486 749 7 486 749
APOIOS NO ÂMBITO DO PDAR SE: PDAR N° PROJ. 2		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	4 031 783 2 490 538	841 792 841 792	2 407 278 1 885 668	0 0	0 0	0 0	7 280 853 5 217 998
Comparticipação Regional nos Projectos da Administração Pública Regional 1997-01 COFIN POP II - FEOGA - O		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	4 031 783 2 490 538	841 792 841 792	1 521 610 1 000 000	0 0	0 0	0 0	6 395 185 4 332 330
Comparticipação Regional nos Projectos do Sector Privado e das Autarquias Locais 1997-01 COFIN POP II - FEOGA - O		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0 0	0 0	885 668 885 668	0 0	0 0	0 0	885 668 885 668
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL SE: DRA N° PROJ. 1		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0 0	0 0	600 000 600 000	3 506 890 3 506 890	3 440 180 3 440 180	8 307 090 8 307 090	15 854 160 15 854 160
N Agricultura e Desenvolvimento Rural (Comp. Regional) 2001-06 COFIN POP III - FEOGA - O		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0 0	0 0	600 000 600 000	3 506 890 3 506 890	3 440 180 3 440 180	8 307 090 8 307 090	15 854 160 15 854 160
P. O RESTRUTURAÇÃO DA VINHA NA RAM SE: SRADRA N° PROJ. 1		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	30 433 30 433	1 757 1 757	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	42 190 42 190
Reestruturação da Vinha 1993-01		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	30 433 30 433	1 757 1 757	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	42 190 42 190
ORIENTAÇÃO FOMENTO E MELHORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL SE: SFA N° PROJ. 9		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	2 750 549 2 750 549	136 639 136 639	441 000 441 000	436 500 436 500	0 0	0 0	3 764 688 3 764 688
Planos de Desenvolvimento Agrícola (Fruticultura, Floricultura e Bananicultura) 1976-02		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	1 780 928 1 780 928	96 681 96 681	200 000 200 000	330 000 330 000	0 0	0 0	2 407 609 2 407 609
Campanha de Catagens 1990-02		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	178 491 178 491	23 963 23 963	30 000 30 000	50 000 50 000	0 0	0 0	282 454 282 454
Sanidade Vegetal 1976-02		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	283 832 283 832	1 353 1 353	2 000 2 000	6 500 6 500	0 0	0 0	293 685 293 685
Inspeção Fitossanitária 1990-02		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	128 434 128 434	13 605 13 605	30 000 30 000	30 000 30 000	0 0	0 0	202 039 202 039
Campanha de Desratização 1996-01		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	179 375 179 375	0 0	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	329 375 329 375
Posoima - Medidas Agrícolas 1993-01		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	191 898 191 898	0 0	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	206 898 206 898
Campanha de Desinfestação de Solos 1997-02		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	7 591 7 591	1 037 1 037	8 000 8 000	20 000 20 000	0 0	0 0	36 628 36 628
N Campanha de Fertilização 2001-01		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0 0	0 0	1 000 1 000	0 0	0 0	0 0	1 000 1 000
N Eliminação das Carrças no Porto Santo 2001-01		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE APROVISIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE REGA SE: SFA N° PROJ. 3		<b>TOTAL CAP. 50 O.R.</b>	1 412 983 1 412 983	97 803 97 803	322 082 322 082	219 000 219 000	0 0	0 0	2 051 868 2 051 868

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
Lagoa do Santo da Serra 1989-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 041 072 1 041 072	38 654 38 654	17 082 17 082	49 000 49 000	0 0	0 0	1 145 808 1 145 808
Cobertura e Resguardo do Tanquos 1990-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	28 411 28 411	3 917 3 917	5 000 5 000	20 000 20 000	0 0	0 0	57 328 57 328
Outras Obras de Hidráulica Agrícola 1994-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	343 500 343 500	55 232 55 232	300 000 300 000	150 000 150 000	0 0	0 0	848 732 848 732
APETRECHAMENTO ESPECIAL DE SERVIÇOS SE: SRA N° PROJ. 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 212 452 1 212 452	110 544 110 544	236 000 236 000	54 000 54 000	0 0	0 0	1 612 996 1 612 996
Centro de Fruticultura Subtropical 1989-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	111 498 111 498	8 784 8 784	25 000 25 000	0 0	0 0	0 0	145 282 145 282
Mecanização Agrícola 1989-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 035 956 1 035 956	97 982 97 982	180 000 180 000	0 0	0 0	0 0	1 313 938 1 313 938
Centros de Formação Agrária 1994-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	64 998 64 998	3 778 3 778	30 000 30 000	30 000 30 000	0 0	0 0	128 776 128 776
Apetrechamento e Modernização de Centros do Desenvolvimento Agrícola 1996-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	24 000 24 000	0 0	0 0	25 000 25 000
INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL E DEMONSTRAÇÃO SE: SRA N° PROJ. 9	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	19 190 19 190	107 608 107 608	141 500 141 500	0 0	0 0	268 498 268 498
Criação de Centros de Desenvolvimento Agrícola e Experimental 1996-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	103 103	1 000 1 000	62 500 62 500	0 0	0 0	63 603 63 603
Estudos das Variedades Regionais de Fruteiras de Clima Temperado 2000-02 COFIN REGIS#	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	4 424 4 424	16 000 16 000	20 000 20 000	0 0	0 0	40 424 40 424
Prospecção de Variedades de Castanhas - Ecologia do Bichado 2000-02 COFIN REGIS#	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	9 470 9 470	5 500 5 500	10 000 10 000	0 0	0 0	24 970 24 970
Estorilização e Transformação da Castanha 2000-02 COFIN REGIS#	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	600 600	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	0 0	20 600 20 600
Protecção Integrada na RAM 2000-02 COFIN REGIS#	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	4 593 4 593	23 800 23 800	30 000 30 000	0 0	0 0	58 393 58 393
N Centro de Experimentação e de Demonstração Hortícola do Porto Moniz 2001-01 COFIN REGIS#	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	44 000 44 000	0 0	0 0	0 0	44 000 44 000
N Mecanização de Vinhos (Estudo) 2001-02 COFIN REGIS#	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	9 000 9 000	0 0	0 0	10 000 10 000
N Estudo de Variedades Regionais de Fruteiras de Clima Subtropical 2001-01 COFIN REGIS#	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	0 0	0 0	0 0	1 000 1 000
N Comparação do Sistema de "Poda Tradicional" em Vários Cultivares com um Novo Sistema de "Poda Inovadora" 2001-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	5 508 5 508	0 0	0 0	0 0	5 508 5 508
SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA SE: SRA N° PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 173 6 173	11 572 11 572	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	47 745 47 745
Sistema Integrado de Informação da Actividade Agrícola da RAM 1996-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 173 6 173	11 572 11 572	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	47 745 47 745
PROMOÇÃO SOCIAL DOS MEIOS RURAIS SE: SRA N° PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 229 353 1 229 353	203 791 203 791	237 500 237 500	255 000 255 000	0 0	0 0	1 925 644 1 925 644
Promoção Social dos Meios Rurais - Apoio às Casas do Povo 1988-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 229 353 1 229 353	203 791 203 791	237 500 237 500	255 000 255 000	0 0	0 0	1 925 644 1 925 644
CRIAÇÃO E MELHORAMENTO DAS ESTRUTURAS DE APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA SE: SRA/DR Pecuária N° PROJ. 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	213 338 213 338	56 920 56 920	157 020 157 020	148 000 148 000	33 000 33 000	0 0	608 278 608 278

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Bovinos e Cavalos	TOTAL CAP. 50 O.R.	127 493 127 493	39 999 39 999	94 800 94 800	40 000 40 000	0 0	0 0	302 292 302 292
1995-02								
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Ovinos e Caprinos	TOTAL CAP. 50 O.R.	85 845 85 845	16 921 16 921	59 220 59 220	38 000 38 000	0 0	0 0	199 986 199 986
1995-02								
N Serviço de Apoio À Reprodução de Bovinos (Reg. CE 1257/99)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	30 000 30 000	20 800 20 800	0 0	51 800 51 800
2001-03 COFN FEOGA - O								
N Serviço de Apoio as Explorações de Ovinos (Reg. CE 1257/99)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	15 000 15 000	8 000 8 000	0 0	24 000 24 000
2001-03 COFN FEOGA - O								
N Instalação de Sistema de Rega no Centro de Ovinicultura - Santana (Reg. CE 1257/99)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	25 000 25 000	4 200 4 200	0 0	30 200 30 200
2001-03 COFN FEOGA - O								
LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA SE: SRVDR Pecuária Nº. PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	337 987 337 987	141 332 141 332	400 000 400 000	430 000 430 000	0 0	0 0	1 309 319 1 309 319
Construção Laboratório Regional de Veterinária 1994-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	337 987 337 987	141 332 141 332	400 000 400 000	430 000 430 000	0 0	0 0	1 309 319 1 309 319
PROGRAMA DE DESPISTE E DE PREVENÇÃO DE ZOOSEOS NA RAM SE: SRVDR Pecuária Nº. PROJ. 3	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	102 500 102 500	25 900 25 900	20 000 20 000	20 000 20 000	168 400 168 400
Programa de Despiste de Zoonoses na RAM 1999-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	25 900 25 900	20 000 20 000	20 000 20 000	85 900 85 900
N Unidade Laboratorial para o Rastreo da BSE 2001-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	22 500 22 500	0 0	0 0	0 0	22 500 22 500
N Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Funchal 2001-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	60 000 60 000	0 0	0 0	0 0	60 000 60 000
CONTROLE DE CARRAÇAS NA ILHA DO PORTO SANTO SE: SRVDR Pecuária Nº. PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	3 400 3 400	925 925	1 425 1 425	750 750	6 500 6 500
N Controlo de Carrapatos na ilha do Porto Santo 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	3 400 3 400	925 925	1 425 1 425	750 750	6 500 6 500
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DEMONSTRAÇÃO NO ÂMBITO DA PECUÁRIA (Reg. CE Nº 1257/99, QCA III) SE: SRVDR Pecuária Nº. PROJ. 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	29 000 29 000	158 000 158 000	99 700 99 700	36 569 36 569	323 359 323 359
N Campo de Demonstração de Forragens e Pastagens no Modo de Produção Biológico 2001-06 COFN FEOGA - O	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 25 000	60 000 60 000	40 000 40 000	36 569 36 569	161 569 161 569
N Aproveitamento de Subprodutos da Agroindústria para a Alimentação Animal 2001-03 COFN FEOGA - O	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	40 000 40 000	12 100 12 100	0 0	53 100 53 100
N Demonstração de Galinheiros para o Modo de Produção Biológica de Aves de Capoeira 2001-03 COFN FEOGA - O	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	8 000 8 000	3 350 3 350	0 0	12 350 12 350
N Fabrico, Demonstração e Promoção de Queijo de Ovelha e de Cabra - Centro de Ovinicultura - Santana 2001-03 COFN FEOGA - O	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	40 000 40 000	36 840 36 840	0 0	77 840 77 840
N Tipificação, Controlo da Qualidade e Promoção de Produtos Regionais de Origem Animal 2001-03 COFN FEOGA - O	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	10 000 10 000	7 500 7 500	0 0	18 500 18 500
MEDIDAS COMPLEMENTARES DA REFORMA DA PAC SE: SRVDRF Nº. PROJ. 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	31 454 31 454	4 054 4 054	25 000 25 000	120 000 120 000	115 000 115 000	125 000 125 000	420 508 420 508
Medidas Agro-Ambientais (REG., CEE 2078/92) 1995-03 COFN FEOGA-G	TOTAL CAP. 50 O.R.	31 454 31 454	4 054 4 054	13 000 13 000	35 000 35 000	30 000 30 000	0 0	113 508 113 508
N Florestação de Terras Agrícolas 2001-06 COFN FEOGA-G	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	50 000 50 000	50 000 50 000	50 000 50 000	160 000 160 000



DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executada Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
N Manutenção de Terras Agrícolas no Interior das Florestas	TOTAL	0	0	1 000	5 000	5 000	15 000	26 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	1 000	5 000	5 000	15 000	26 000
COFIN	FEOGA-G							
N Preservação dos Bosques ou Maciços com Interesse Ecológico e Paisagístico	TOTAL	0	0	1 000	30 000	30 000	60 000	121 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	1 000	30 000	30 000	60 000	121 000
COFIN	FEOGA-G							
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SILVICULTURA (REG. CE Nº. 1257/99)	TOTAL	0	0	104 000	425 000	400 000	1 232 000	2 161 000
SE: SRA/DRF	CAP. 50 O.R.	0	0	104 000	425 000	400 000	1 232 000	2 161 000
Nº. PROJ. 5								
N Florestação e Beneficiação Florestal	TOTAL	0	0	80 000	250 000	250 000	1 000 000	1 580 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	80 000	250 000	250 000	1 000 000	1 580 000
COFIN	FEOGA-O							
N Colheita, Transformação e Comercialização de Produtos Silvícolas	TOTAL	0	0	5 000	55 000	30 000	80 000	170 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	55 000	30 000	80 000	170 000
COFIN	FEOGA-O							
N Organização de Proprietários Florestais	TOTAL	0	0	2 000	25 000	25 000	27 000	79 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	2 000	25 000	25 000	27 000	79 000
COFIN	FEOGA-O							
N Prevenção de Riscos	TOTAL	0	0	15 000	75 000	75 000	100 000	265 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	75 000	75 000	100 000	265 000
COFIN	FEOGA-O							
N Valorização e Conservação de Espaços Florestais de Interesse Público	TOTAL	0	0	2 000	20 000	20 000	25 000	67 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	0	2 000	20 000	20 000	25 000	67 000
COFIN	FEOGA-O							
RACIONALIZAÇÃO DO REGIME SILVO-PASTORIL	TOTAL	214 853	16 847	40 000	0	0	0	271 700
SE: SRA/DR Florestas	CAP. 50 O.R.	214 853	16 847	40 000	0	0	0	271 700
Nº. PROJ. 1								
Racionalização do Regime Silvo-pastoril (DRF)	TOTAL	214 853	16 847	40 000	0	0	0	271 700
1995-01	CAP. 50 O.R.	214 853	16 847	40 000	0	0	0	271 700
REPOVOAMENTO PISCÍCOLA	TOTAL	12 082	303	1 000	15 000	0	0	28 385
SE: SRA/DR Florestas	CAP. 50 O.R.	12 082	303	1 000	15 000	0	0	28 385
Nº. PROJ. 1								
Repopoamento Piscícola	TOTAL	12 082	303	1 000	15 000	0	0	28 385
1994-02	CAP. 50 O.R.	12 082	303	1 000	15 000	0	0	28 385
FOMENTO CINAGÉTIKO	TOTAL	37 434	1 699	2 000	14 000	9 000	0	64 133
SE: SRA/DR Florestas	CAP. 50 O.R.	37 434	1 699	2 000	14 000	9 000	0	64 133
Nº. PROJ. 1								
Fomento Cinagético	TOTAL	37 434	1 699	2 000	14 000	9 000	0	64 133
1993-03	CAP. 50 O.R.	37 434	1 699	2 000	14 000	9 000	0	64 133
SECTOR: PESCA	TOTAL	2 655 508	287 785	1 075 000	615 000	435 000	415 000	5 493 291
	CAP. 50 O.R.	2 655 508	287 785	1 075 000	615 000	435 000	415 000	5 493 291
APOIO À FROTA PESQUEIRA	TOTAL	1 212 550	11 751	40 000	40 000	40 000	40 000	1 384 301
SE: SRA/DRPs	CAP. 50 O.R.	1 212 550	11 751	40 000	40 000	40 000	40 000	1 384 301
Nº. PROJ. 1								
Apoio à Frota Pesqueira (DRR nº. 12/83/M e DRR nº. 9/97/M-Bonificação de juros)	TOTAL	1 212 550	11 751	40 000	40 000	40 000	40 000	1 384 301
1987-04	CAP. 50 O.R.	1 212 550	11 751	40 000	40 000	40 000	40 000	1 384 301
EQUIPAMENTO DOS PORTOS DE PESCA	TOTAL	629 917	91 288	779 000	260 000	120 000	120 000	2 000 205
SE: SRA/DRPs	CAP. 50 O.R.	629 917	91 288	779 000	260 000	120 000	120 000	2 000 205
Nº. PROJ. 6								
Remodelação e Reequipamento de Letas	TOTAL	53 667	17 651	20 000	30 000	30 000	30 000	181 318
1995-04	CAP. 50 O.R.	53 667	17 651	20 000	30 000	30 000	30 000	181 318
COFIN	POP/AM-IFOP							
Const. Maquinaria e Equipamento do Entreposto Frigorífico do Porto Novo	TOTAL	412 984	30 870	50 000	50 000	20 000	20 000	583 854
1995-04	CAP. 50 O.R.	412 984	30 870	50 000	50 000	20 000	20 000	583 854
COFIN	ICPESCA-IFOP							
Construções Maquinaria e Equipamentos - Entreposto Frigorífico do Funchal	TOTAL	150 228	33 120	250 000	20 000	30 000	30 000	513 348
1995-04	CAP. 50 O.R.	150 228	33 120	250 000	20 000	30 000	30 000	513 348
COFIN	POP/AM-IFOP							





DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR					
			Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes
Estudos e Projectos (IHM)	TOTAL	6 116	1 874	15 000	0	0	0	22 990
1994-01	CAP. 50 O.R.	5 013	1 874	15 000	0	0	0	21 887
1994-01	COFIN							
Aquisição do Terrenos (IHM)	TOTAL	438 232	48 519	100 000	0	0	0	586 751
1994-01	CAP. 50 O.R.	244 045	46 978	80 000	0	0	0	371 023
1994-01	COFIN							
REFORÇO E MELHORIA DE SISTEMAS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA	TOTAL	0	1 641 550	1 130 000	0	0	0	2 771 550
	CAP. 50 O.R.	0	1 641 550	1 130 000	0	0	0	2 771 550
SE: IGA								
	Nº. PROJES: 1							
Reforço e Melhoria do Sistemas de Captação, Adução e Tratamento de Água	TOTAL	0	1 641 550	1 130 000	0	0	0	2 771 550
	CAP. 50 O.R.	0	1 641 550	1 130 000	0	0	0	2 771 550
2000-01	COFIN							
REFORÇO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS	TOTAL	947 030	46 978	659 381	1 450 000	2 805 000	3 280 000	9 188 369
	CAP. 50 O.R.	947 030	46 978	659 381	1 450 000	2 805 000	3 280 000	9 188 369
SE: SRA								
	Nº. PROJES: 17							
Destino Final de Águas Residuais em Zonas Rurais (DRSB)	TOTAL	934 453	46 978	80 000	20 000	20 000	980 000	2 081 431
	CAP. 50 O.R.	934 453	46 978	80 000	20 000	20 000	980 000	2 081 431
1990-06	COFIN							
Interceptor de Águas Residuais no Caniço e Camacha (DRSB)	TOTAL	12 577	0	300 000	650 000	90 000	0	1 052 577
	CAP. 50 O.R.	12 577	0	300 000	650 000	90 000	0	1 052 577
1997-03	COFIN							
	POPRAM							
Reformulação do Sistema de Tratamento na ETAR do Funchal (DRSB) - (Dec. Lei nº 152/ 97)	TOTAL	0	0	38 500	190 000	125 000	0	263 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	38 500	190 000	125 000	0	263 500
2000-03	COFIN							
	POPRAM							
Reformulação do Sistema de Tratamento na ETAR de Câmara de Lobos (DRSB) - (Dec. Lei nº 152/ 97)	TOTAL	0	0	15 000	65 000	95 000	0	175 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	65 000	95 000	0	175 000
2000-03	COFIN							
	POPRAM							
Interceptor e ETAR nas Freguesias da Ponta do Sol e Canhas (DRSB)	TOTAL	0	0	70 000	80 000	200 000	170 000	520 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	80 000	200 000	170 000	520 000
2000-04	COFIN							
	POPRAM							
Destino Final Águas Residuais no Porto Moniz (DRSB)	TOTAL	0	0	60 000	165 000	0	0	225 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	165 000	0	0	225 000
2000-02	COFIN							
Interceptor e ETAR na Freguesia da Boaventura (DRSB)	TOTAL	0	0	15 000	15 000	100 000	70 000	200 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	15 000	100 000	70 000	200 000
2000-04	COFIN							
N Destino de Águas Residuais do Ponto da Cruz	TOTAL	0	0	2 500	20 000	100 000	220 000	342 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	2 500	20 000	100 000	220 000	342 500
2001-05	COFIN							
N Destino de Águas Residuais na Freguesia de Santana	TOTAL	0	0	5 800	30 000	1 500 000	190 000	1 725 800
	CAP. 50 O.R.	0	0	5 800	30 000	1 500 000	190 000	1 725 800
2001-04	COFIN							
N Destino de Águas Residuais na Freguesia de Machico	TOTAL	0	0	5 000	50 000	150 000	650 000	855 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	50 000	150 000	650 000	855 000
2001-06	COFIN							
	POPRAM							
N Destino de Águas Residuais nas Freguesias da Calheta e Arco da Calheta	TOTAL	0	0	5 000	100 000	100 000	570 000	775 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	100 000	100 000	570 000	775 000
2001 06	COFIN							
	POPRAM							
N Destino de Águas Residuais na Freguesia de São Vicente	TOTAL	0	0	2 500	100 000	150 000	200 000	452 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	2 500	100 000	150 000	200 000	452 500
2001-04	COFIN							
	POPRAM							
N Destino de Águas Residuais na Freguesia da Ponta Delgada	TOTAL	0	0	2 500	20 000	150 000	230 000	402 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	2 500	20 000	150 000	230 000	402 500
2001-06	COFIN							
	POPRAM							
N Laboratorio de Controlo da Qualidade de Águas Residuais (Operação)	TOTAL	0	0	11 536	15 000	15 000	0	41 536
	CAP. 50 O.R.	0	0	11 536	15 000	15 000	0	41 536
2001-03	COFIN							
N Plano Geral de Águas Residuais da Ilha da Madeira	TOTAL	0	0	20 000	20 000	10 000	0	50 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	20 000	10 000	0	50 000
2001-03	COFIN							
N Implementação e Execução do Programa de Monitorização Ambiental e dos Sistemas de Destino Final em C. de Lobos, Funchal, Caniço e St. Cruz	TOTAL	0	0	6 045	0	0	0	6 045
	CAP. 50 O.R.	0	0	6 045	0	0	0	6 045
2001-01	COFIN							
N Digitalização de Sistemas - DRSB	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
2001-01	COFIN							
SISTEMA INTEGRADO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	TOTAL	4 163 771	7 304 394	8 675 000	16 147 000	1 600 000	1 300 000	39 190 165
	CAP. 50 O.R.	4 163 771	7 304 394	8 675 000	16 147 000	1 600 000	1 300 000	39 190 165
SE: SRRN								
	Nº. PROJES: 7							



DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
N Reserva Natural da Rocha do Navio - PNM	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	10 000	10 000	0	30 000
2001-03		0	0	10 000	10 000	10 000	0	30 000
N Recuperação do Ecossistema do Maciço Montanhoso e Laurissilva - PNM	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	97 837	104 500	0	0	202 337
2001-02 COFN P.LIFE		0	0	48 918	104 500	0	0	153 418
CONSERVAÇÃO DO SOLO, PROTECÇÃO AMBIENTAL E DA COBERTURA VEGETAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	823 868	85 096	127 000	303 000	100 000	300 000	1 738 964
SE: SRA/PIDR Florestas Nº. PROJ. 6		823 868	85 096	127 000	303 000	100 000	300 000	1 738 964
Plano de Repovoamento Florestal e Correção Torrencial	TOTAL CAP. 50 O.R.	737 993	48 070	80 000	150 000	100 000	300 000	1 416 063
1988-06		737 993	48 070	80 000	150 000	100 000	300 000	1 416 063
Recuperação de Espaços Verdes no Jardim Botânico	TOTAL CAP. 50 O.R.	78 723	5 645	20 000	80 000	0	0	184 368
1994-02		78 723	5 645	20 000	80 000	0	0	184 368
Melhoramento de Infraestruturas e Apetrechamento em Equipamento do Corpo de Polícia Florestal	TOTAL CAP. 50 O.R.	7 152	31 381	20 000	60 000	0	0	118 533
1999-02		7 152	31 381	20 000	60 000	0	0	118 533
N Controlo Sanitário de Povoaamentos Florestais da RAM	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	1 000	9 000	0	0	10 000
2001-02		0	0	1 000	9 000	0	0	10 000
N Formação Contínua do Corpo de Polícia Florestal	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	3 000	2 000	0	0	5 000
2001-02		0	0	3 000	2 000	0	0	5 000
N Sistemas de Informação Sobre Incêndios Florestais	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	3 000	2 000	0	0	5 000
2001-02		0	0	3 000	2 000	0	0	5 000
PROMOÇÃO DA CULTURA AMBIENTAL E FOMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FLORESTA	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 844	15 927	15 000	62 276	0	0	100 047
SE: SRA Nº. PROJ. 3		6 844	15 927	15 000	62 276	0	0	100 047
Formação, Promoção e Extensão Florestal	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 439	1 816	2 000	18 000	0	0	23 255
1999-02		1 439	1 816	2 000	18 000	0	0	23 255
Educação Ambiental e Divulgação	TOTAL CAP. 50 O.R.	224	3 466	3 000	9 500	0	0	16 190
1999-02		224	3 466	3 000	9 500	0	0	16 190
Construção e Melhoramento de Infraestruturas de Lazer em Parques Florestais	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 181	10 645	10 000	34 776	0	0	60 602
1999-02		5 181	10 645	10 000	34 776	0	0	60 602
MEDIDAS VISANDO A PROTECÇÃO DO AMBIENTE	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	2 788	585 000	361 000	274 900	340 500	1 564 188
SE: SRA - D.R.Amb. Nº. PROJOS: 16		0	2 721	585 000	361 000	274 900	340 500	1 564 121
Cartografia e Controlo de Ruído (D.R.Amb.)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	20 000	0	0	40 000
2000-02 COFN FCSF		0	0	20 000	20 000	0	0	40 000
Campanhas de Sensibilização Ambiental no Âmbito do Projecto Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha da Madeira (D.R.Amb.)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	2 721	75 000	60 000	24 900	0	162 621
2000-03 COFN F. COESÃO		0	2 721	75 000	60 000	24 900	0	162 621
Banco de Dados do Ambiente (D.R.Amb.)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	19 000	0	0	69 000
2000-02 COFN PRPA		0	0	50 000	19 000	0	0	69 000
Inspeção Ambiental (D.R.Amb.)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	10 000	10 000	10 000	55 000
2000-04 COFN PRPA		0	0	25 000	10 000	10 000	10 000	55 000
Inventário de Emissões Atmosféricas (D.R.Amb.)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	4 000	2 000	2 000	4 000	12 000
2000-05 COFN PRPA		0	0	4 000	2 000	2 000	4 000	12 000
Mentorização de Impactes Ambientais (D.R.Amb.)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	62 000	62 000	62 000	124 000	310 000
2000-05 COFN PRPA		0	0	62 000	62 000	62 000	124 000	310 000
Redes de Estações de Controlo da Poluição Atmosférica (D.R.Amb.)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	67	156 000	12 000	9 000	0	177 067
2000-03 COFN PRPA		0	0	156 000	12 000	9 000	0	177 000
Recuperação de Áreas com Riscos de Erosão (D.R.Amb.)	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	47 500	47 500	47 500	142 500	285 000
2000-06 COFN PRPA		0	0	47 500	47 500	47 500	142 500	285 000
N Avaliação da Qualidade das Águas Costeiras Doces Superficiais e Subterrâneas da RAM	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	50 000	50 000	0	160 000
2001-03 COFN CJC		0	0	60 000	50 000	50 000	0	160 000
N Redes de Águas Marinhas Protegidas	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	6 000	4 000	4 000	0	14 000
2001-03 COFN		0	0	6 000	4 000	4 000	0	14 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado Até 1999	2000 (pago até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total
N	Estudo de Estado de Conservação da Biodiversidade Indígena e Endémica 2001-03 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	7 000 7 000	7 000 7 000	5 500 5 500	0 0	19 500 19 500
N	Medidas de Valorização da Qualidade da Paisagem 2001-03 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	30 000 30 000	30 000 30 000	30 000 30 000	0 0	90 000 90 000
N	Plano de Gestão de Resíduos Perigosos 2001-02 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	5 000 5 000	5 000 5 000	0 0	0 0	10 000 10 000
N	Elaboração de Cadastro de Resíduos Industriais - Plano Estratégico de Resíduos Industriais 2001-01 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000
N	Elaboração de Cadastro de Resíduos Agrícolas - Plano Estratégico de Resíduos Agrícolas 2001-02 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	2 500 2 500	2 500 2 500	0 0	0 0	5 000 5 000
N	Actividades de Educação Ambiental 2001-05 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	30 000 30 000	30 000 30 000	30 000 30 000	60 000 60 000	150 000 150 000
	COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA COM O CONCELHO EUROPEU DO AMBIENTE (CEDE) SE: SRA Nº. PROJ.S: 1 Cooperação Técnica e Científica com o CEDE 1998-03	TOTAL CAP. 50 O.R. 15 680 15 680	0 0	58 150 58 150	53 000 53 000	53 000 53 000	0 0	179 830 179 830
	<b>SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO</b>	<b>TOTAL CAP. 50 O.R. 2 487 440 2 487 440</b>	<b>328 898 328 898</b>	<b>483 000 483 000</b>	<b>815 000 815 000</b>	<b>185 000 185 000</b>	<b>155 000 155 000</b>	<b>4 454 338 4 454 338</b>
	PROGRAMA DE LUTA BIOLÓGICA SE: SRA Nº. PROJ. 1 Programa de Luta Biotógica 1994-02 COFIN REGISSE e POSEMA	TOTAL CAP. 50 O.R. 1 965 826 1 965 826	213 861 213 861	340 000 340 000	350 000 350 000	0 0	0 0	2 869 687 2 869 687
	INVESTIGAÇÃO APLICADA ÀS PESCAS SE: SRA/DRPs Nº. PROJ. 7 Investigação Aplicada as Pescas e à Aquacultura 1995-04 Acção Interregional para a Transferência de Tecnologia no Âmbito da Aquacultura - Inter RACTT 1998-04 COFIN FEDER Melhoria da Produtividade das Artes da Pesca 2000-04 COFIN POPRAM - IFOP	TOTAL CAP. 50 O.R. 258 910 258 910	10 911 10 911	63 000 63 000	445 000 445 000	155 000 155 000	125 000 125 000	1 057 821 1 057 821
	N Novo Modelo de Produção Integrada Marinha 2001-04 COFIN INTERREG II - Exo B	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	1 000 1 000	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	31 000 31 000
	N Investigação e Cooperação Tecnológica para o Desenvolvimento das Pescas 2001-04 COFIN INTERREG II - Exo c	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	1 000 1 000	20 000 20 000	25 000 25 000	25 000 25 000	71 000 71 000
	N TINON - "Ocean and Tuna Integrated Monitoring" 2001-03 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	10 000 10 000	25 000 25 000	30 000 30 000	0 0	65 000 65 000
	N Embarcação de Investigação 2001-02 COFIN POPRAM - IFOP	TOTAL CAP. 50 O.R. 0 0	0 0	10 000 10 000	290 000 290 000	0 0	0 0	300 000 300 000
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AQUACULTURA SE: SRA/DRPs Nº. PROJ. 1 Centro de Aquacultura da Calheta 1995-04	TOTAL CAP. 50 O.R. 262 704 262 704	104 126 104 126	80 000 80 000	20 000 20 000	30 000 30 000	30 000 30 000	526 830 526 830

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado Até 1999	2000 (page até 29 de Dez)	2001	2002	2003	Anos Seguintes	Total	
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 179 5 179	15 046 15 046	54 600 54 600	165 000 165 000	165 000 165 000	445 000 445 000	849 825 849 825
ESTUDO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 179 5 179	15 046 15 046	5 000 5 000	5 000 5 000	5 000 5 000	5 000 5 000	40 225 40 225
SE: DRF/DRPs Nº. PROJ. 1								
Gestão e Acompanhamento do POPRAM II - Sub. Pescas	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 179 5 179	15 046 15 046	5 000 5 000	5 000 5 000	5 000 5 000	5 000 5 000	40 225 40 225
COFIN POPE - IFOP 1997-04								
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA SRA	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	39 600 39 600	100 000 100 000	100 000 100 000	340 000 340 000	579 600 579 600
SE: SRA Nº. PROJ. 1								
N Sistema de Informação da SRA - (Gab. Sec.) 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	39 600 39 600	100 000 100 000	100 000 100 000	340 000 340 000	579 600 579 600
ESTUDOS E PROJECTOS	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	60 000 60 000	60 000 60 000	100 000 100 000	230 000 230 000
SE: SRA Nº. PROJ. 1								
N Estudos e Projectos - (Gab. Sec.) 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	60 000 60 000	60 000 60 000	100 000 100 000	230 000 230 000









REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Governo Regional